

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	8
DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	9
DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	10
Demonstração de Valor Adicionado	11

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	13
Balanço Patrimonial Passivo	15
Demonstração do Resultado	17
Demonstração do Resultado Abrangente	19
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	20

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	23
DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	24
DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	25
Demonstração de Valor Adicionado	26

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	28
---	----

Notas Explicativas	49
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	168
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	170
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	171
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	172

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	185.243.902
Preferenciais	0
Total	185.243.902
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
1	Ativo Total	2.485.150	963.720	998.870
1.01	Ativo Circulante	864.356	47.455	121.361
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	23	41	80.730
1.01.02	Aplicações Financeiras	804.887	9.373	0
1.01.03	Contas a Receber	56.116	33.794	37.921
1.01.03.01	Clientes	0	0	-4
1.01.03.01.01	Contas a receber de clientes	0	0	-4
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	56.116	33.794	37.925
1.01.03.02.01	Dividendos a receber	54.984	33.193	37.911
1.01.03.02.02	Outros créditos	604	601	14
1.01.03.02.03	Serviços pedidos	280	0	0
1.01.03.02.05	Operações Swap	248	0	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.330	4.247	2.710
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.330	4.247	2.710
1.01.06.01.01	Impostos a recuperar	0	0	1.982
1.01.06.01.02	Impostos sobre o lucro	3.330	4.247	728
1.02	Ativo Não Circulante	1.620.794	916.265	877.509
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	311.994	9.453	10.724
1.02.01.03	Contas a Receber	303.220	0	0
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	303.220	0	0
1.02.01.06	Tributos Diferidos	0	0	109
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	0	109
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	8.774	9.453	10.615
1.02.01.09.03	Impostos a recuperar	0	0	2.443
1.02.01.09.04	Impostos sobre o lucro	8.774	9.453	8.170
1.02.01.09.05	Depósitos judiciais	0	0	2
1.02.02	Investimentos	1.308.502	906.514	866.487
1.02.03	Imobilizado	298	298	298

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
2	Passivo Total	2.485.150	963.720	998.870
2.01	Passivo Circulante	313.719	41.542	45.063
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	124	92	72
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	124	92	72
2.01.01.02.01	Folha de Pagamento e Provisão de Férias e Encargos	124	92	72
2.01.02	Fornecedores	1.764	173	151
2.01.03	Obrigações Fiscais	323	1.344	1.592
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	323	1.344	1.592
2.01.03.01.02	Impostos e Contribuições a Recolher	295	1.259	1.070
2.01.03.01.03	Imposto sobre o lucro	28	85	522
2.01.05	Outras Obrigações	311.508	39.933	43.248
2.01.05.02	Outros	311.508	39.933	43.248
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	33.579	38.078	41.468
2.01.05.02.04	Operações Swap	2.050	0	0
2.01.05.02.06	Participação nos Lucros	3.762	1.800	1.744
2.01.05.02.07	Outras Contas a Pagar	272.117	55	36
2.02	Passivo Não Circulante	50	50	52
2.02.03	Tributos Diferidos	50	50	50
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	50	50	50
2.02.04	Provisões	0	0	2
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	0	0	2
2.03	Patrimônio Líquido	2.171.381	922.128	953.755
2.03.01	Capital Social Realizado	1.742.519	566.831	566.831
2.03.02	Reservas de Capital	14.080	13.339	11.936
2.03.04	Reservas de Lucros	437.044	341.958	374.988
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-22.262	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	0	1.570	734
3.03	Resultado Bruto	0	1.570	734
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	140.075	154.944	180.412
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-22.967	-9.400	-13.852
3.04.02.01	Despesas Administrativas	-13.345	-2.467	-2.540
3.04.02.02	Despesas com Pessoal e Administradores	-9.622	-6.933	-11.312
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-5.816	-8.389	0
3.04.03.01	Amortização do direito de concessão	-5.816	-8.389	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-5.076	-1.429	-1.876
3.04.05.01	Outras despesas/receitas não operacionais	-5.076	-1.429	-1.876
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	173.934	174.162	196.140
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	140.075	156.514	181.146
3.06	Resultado Financeiro	707	3.504	8.219
3.06.01	Receitas Financeiras	4.263	4.215	8.232
3.06.02	Despesas Financeiras	-3.556	-711	-13
3.06.02.02	Outras	-3.556	-711	-13
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	140.782	160.018	189.365
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	213	-22	-494
3.08.01	Corrente	213	-22	-444
3.08.02	Diferido	0	0	-50
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	140.995	159.996	188.871
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	140.995	159.996	188.871
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,7105	1,4657	1,741

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
4.01	Lucro Líquido do Período	140.995	159.996	188.871
4.03	Resultado Abrangente do Período	140.995	159.996	188.871

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-12.812	-9.529	-5.441
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-60.806	-8.517	6.466
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	140.995	159.996	188.871
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	5.816	8.389	6.308
6.01.01.03	Liquidação de plano de opção efetuadas com títulos patrimoniais	0	0	6.933
6.01.01.04	Resultado da Equivalência Patrimonial	-173.934	-174.162	-196.140
6.01.01.05	Pagamento com base em ações	741	0	0
6.01.01.06	Imposto de renda e contribuição social correntes	-213	22	494
6.01.01.07	Outros	0	1.453	0
6.01.01.08	Rendimentos de Aplicação Financeira	-2.526	-4.215	0
6.01.01.09	Dividendos propostos a pagar	-33.487	0	0
6.01.01.10	Perdas cambias de atividades financeiras	1.802	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	47.994	737	-11.907
6.01.02.01	Serviços pedidos e outros	-280	0	0
6.01.02.02	Impostos a Recuperar	0	0	-740
6.01.02.03	Impostos sobre o Lucro	1.752	0	663
6.01.02.05	Dividendos a Receber	75.061	0	0
6.01.02.06	Outros Créditos a Receber	-51.200	-591	6
6.01.02.07	Fornecedores	1.591	22	2
6.01.02.08	Impostos e Contribuições a Recolher	-964	1.211	60
6.01.02.09	Folha de Pagamento	32	20	-53
6.01.02.11	Participação nos lucros	1.962	56	-4.935
6.01.02.12	Outras Contas a pagar	20.040	19	-6.910
6.01.03	Outros	0	-1.749	0
6.01.03.01	Imposto de renda e Contribuição Social Pagos	0	-1.749	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.145.972	125.397	0
6.02.01	Aquisição no investimento	-352.983	-4.000	0
6.02.02	Resgates/Aplicações financeiras	-792.989	25.152	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.02.04	Dividendos recebidos	0	134.555	0
6.02.05	Aplicação em fundo de investimento	0	-30.310	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.158.766	-196.557	7.370
6.03.01	Dividendos pagos	-16.922	-196.557	38.681
6.03.02	Redução capital	0	0	-31.311
6.03.03	Recebimento pela emissão de ações / aumento de capital	1.175.688	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-18	-80.689	1.929
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	41	80.730	78.801
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	23	41	80.730

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	566.831	13.339	341.958	0	0	922.128
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	566.831	13.339	341.958	0	0	922.128
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.175.688	741	-34.684	0	0	1.141.745
5.04.01	Aumentos de Capital	1.210.114	0	0	0	0	1.210.114
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-34.426	0	0	0	0	-34.426
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	741	0	0	0	741
5.04.06	Dividendos	0	0	-12.422	0	0	-12.422
5.04.08	Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	-22.262	0	0	-22.262
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	140.995	0	140.995
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	140.995	0	140.995
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	107.508	-140.995	0	-33.487
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	107.258	-107.258	0	0
5.06.04	Dividendo Adicionais propostos	0	0	250	-33.737	0	-33.487
5.07	Saldos Finais	1.742.519	14.080	414.782	0	0	2.171.381

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	566.831	11.936	402.098	-27.110	0	953.755
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	566.831	11.936	402.098	-27.110	0	953.755
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	1.403	-155.168	0	0	-153.765
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	1.403	0	0	0	1.403
5.04.06	Dividendos	0	0	-155.168	0	0	-155.168
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-26.969	187.106	0	160.137
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	159.996	0	159.996
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-26.969	27.110	0	141
5.05.02.06	Absorção Prejuízo	0	0	-26.969	27.110	0	141
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	121.997	-159.996	0	-37.999
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	109.575	-109.575	0	0
5.06.04	Dividendos Adicionais Propostos	0	0	12.422	-50.421	0	-37.999
5.07	Saldos Finais	566.831	13.339	341.958	0	0	922.128

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	907.485	5.003	270.224	36.727	0	1.219.439
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	907.485	5.003	270.224	36.727	0	1.219.439
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-340.654	6.933	-1.171	-78.223	0	-413.115
5.04.01	Aumentos de Capital	18.511	0	0	0	0	18.511
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	6.933	0	0	0	6.933
5.04.06	Dividendos	0	0	-1.171	0	0	-1.171
5.04.08	Cisão Parcial do Acervo Conforme AGOE de 29/04/2010	-359.165	0	0	-14.386	0	-373.551
5.04.09	Ajuste de adoção inicial de IFRS/CPC	0	0	0	-63.837	0	-63.837
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	188.871	0	188.871
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	188.871	0	188.871
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	133.045	-174.485	0	-41.440
5.06.04	Reserva Legal	0	0	8.724	-8.724	0	0
5.06.05	Dididendos	0	0	0	-41.440	0	-41.440
5.06.06	Dividendos Adicionais	0	0	124.321	-124.321	0	0
5.07	Saldos Finais	566.831	11.936	402.098	-27.110	0	953.755

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.01	Receitas	-5.076	402	-1.020
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	0	1.831	856
7.01.02	Outras Receitas	-5.076	-1.429	-1.876
7.01.02.01	Outras Receitas / Despesas operacionais	-5.076	-1.429	-1.764
7.01.02.02	Outras Receitas / Despesas não recorrentes	0	0	-112
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-13.345	-2.467	-2.540
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-13.345	-2.467	-2.540
7.03	Valor Adicionado Bruto	-18.421	-2.065	-3.560
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-18.421	-2.065	-3.560
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	168.825	169.277	221.540
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	173.934	165.773	196.140
7.06.02	Receitas Financeiras	4.263	4.215	8.232
7.06.03	Outros	-9.372	-711	17.168
7.06.03.01	Outras	-3.556	-711	-13
7.06.03.02	Reversão de Reservas de Lucros	0	0	17.181
7.06.03.03	Amortização do direito de concessão	-5.816	0	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	150.404	167.212	217.980
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	150.404	167.212	217.980
7.08.01	Pessoal	9.622	6.933	11.312
7.08.01.01	Remuneração Direta	9.051	6.294	10.800
7.08.01.02	Benefícios	106	97	62
7.08.01.03	F.G.T.S.	24	31	21
7.08.01.04	Outros	441	511	429
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-213	283	616
7.08.02.01	Federais	0	191	573
7.08.02.02	Estaduais	-213	0	0
7.08.02.03	Municipais	0	92	43
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	140.995	159.996	206.052

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.08.04.02	Dividendos	33.487	50.421	196.608
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	107.508	109.575	9.444

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
1	Ativo Total	9.433.461	3.398.831	3.276.531
1.01	Ativo Circulante	3.378.976	1.053.617	1.098.535
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	135.146	242.655	550.077
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.592.099	205.745	0
1.01.03	Contas a Receber	1.516.282	527.637	489.169
1.01.03.01	Clientes	1.151.254	472.627	427.370
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	365.028	55.010	61.799
1.01.03.02.01	Serviços pedidos	81.527	29.102	55.335
1.01.03.02.02	Outros créditos	40.696	7.965	6.464
1.01.03.02.03	Depósitos judiciais	89.411	17.943	0
1.01.03.02.04	Aquisição de combustível - conta CCC	153.394	0	0
1.01.04	Estoques	29.247	8.752	7.965
1.01.06	Tributos a Recuperar	106.202	68.828	51.324
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	106.202	68.828	51.324
1.01.06.01.01	Impostos e contribuições a recuperar	78.951	38.594	50.596
1.01.06.01.03	Imposto sobre o lucro	27.251	30.234	728
1.02	Ativo Não Circulante	6.054.485	2.345.214	2.177.996
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.756.111	417.150	428.949
1.02.01.03	Contas a Receber	89.366	69.980	58.177
1.02.01.03.01	Clientes	89.366	69.980	58.177
1.02.01.06	Tributos Diferidos	11.663	75.911	148.027
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	11.663	75.911	148.027
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.655.082	271.259	222.745
1.02.01.09.03	Ativo Financeiro da Concessão - líquido	1.052.945	79.214	50.409
1.02.01.09.05	Outros créditos	45.812	8.950	8.842
1.02.01.09.06	Depósitos judiciais	180.584	133.321	112.511
1.02.01.09.07	Impostos e contribuições a recuperar	104.891	40.321	42.813
1.02.01.09.08	Impostos sobre o lucro	52.397	9.453	8.170

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
1.02.01.09.09	Aplicação em garantia	6.754	0	0
1.02.01.09.10	Sub-rogação da CCC	211.699	0	0
1.02.02	Investimentos	9.736	272	221
1.02.03	Imobilizado	134.613	137.749	142.245
1.02.04	Intangível	4.154.025	1.790.043	1.606.581

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
2	Passivo Total	9.433.461	3.398.831	3.276.531
2.01	Passivo Circulante	2.654.184	787.004	666.585
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	28.170	8.249	7.651
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	28.170	8.249	7.651
2.01.01.02.01	Folha de Pagamento Provisão de Férias e Encargos	27.938	8.249	7.651
2.01.01.02.02	Indenizações trabalhistas	232	0	0
2.01.02	Fornecedores	709.930	189.203	174.047
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	709.930	189.203	174.047
2.01.03	Obrigações Fiscais	312.329	77.109	46.402
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	312.329	77.109	46.402
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	5.067	14.717	4.643
2.01.03.01.02	Taxas Regulamentares a recolher	24.706	9.227	5.434
2.01.03.01.03	Impostos e Contribuições a Recolher	282.556	53.165	36.325
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	826.167	342.185	257.092
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	648.706	276.747	190.151
2.01.04.02	Debêntures	177.461	65.438	66.941
2.01.05	Outras Obrigações	745.204	134.474	143.255
2.01.05.02	Outros	745.204	134.474	143.255
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	90.547	54.816	61.154
2.01.05.02.04	Taxa de Iluminação Pública	46.098	14.534	13.493
2.01.05.02.05	Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	59.150	14.657	15.890
2.01.05.02.06	Participação nos Lucros	25.817	18.682	18.538
2.01.05.02.07	Outras Contas a Pagar	512.579	31.785	34.180
2.01.05.02.08	Operações Swap	2.050	0	0
2.01.05.02.09	Recuperação Judicial	8.963	0	0
2.01.06	Provisões	32.384	35.784	38.138
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	32.384	35.784	38.138
2.02	Passivo Não Circulante	4.251.752	1.353.284	1.339.029

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.351.685	1.127.211	1.084.609
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.995.057	928.122	831.470
2.02.01.02	Debêntures	356.628	199.089	253.139
2.02.02	Outras Obrigações	1.122.751	79.841	135.704
2.02.02.02	Outros	1.122.751	79.841	135.704
2.02.02.02.03	Impostos e Contribuições a Recolher	431.706	37.727	84.329
2.02.02.02.04	Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	71.211	23.305	28.111
2.02.02.02.05	Outras Contas a Pagar	106.695	18.809	23.264
2.02.02.02.06	Plano de Aposentadoria e Pensão	15.349	0	0
2.02.02.02.07	Taxas Regulamentares	88.260	0	0
2.02.02.02.08	Recuperação judicial	409.530	0	0
2.02.03	Tributos Diferidos	22.828	0	0
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	22.828	0	0
2.02.04	Provisões	754.488	146.232	118.716
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	754.488	146.232	118.716
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	2.527.525	1.258.543	1.270.917
2.03.01	Capital Social Realizado	1.742.519	566.831	566.831
2.03.02	Reservas de Capital	14.080	13.339	11.936
2.03.04	Reservas de Lucros	793.188	678.373	692.150
2.03.04.10	Participação de acionistas não controladores	356.144	336.415	317.162
2.03.04.11	Reserva de lucro	437.044	341.958	374.988
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-22.262	0	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.987.183	1.980.528	1.798.883
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.122.864	-1.276.724	-1.105.927
3.03	Resultado Bruto	864.319	703.804	692.956
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-436.875	-346.373	-284.641
3.04.01	Despesas com Vendas	-146.980	-110.472	-84.929
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-176.976	-100.468	-98.847
3.04.02.01	Despesas Administrativas	-154.280	-88.111	-77.016
3.04.02.02	Despesas com Pessoal e administradores	-22.696	-12.357	-21.831
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-59.123	-27.907	-35.905
3.04.03.01	Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perda com créditos incobráveis	-58.109	-27.907	-35.905
3.04.03.02	Provisão plano de pensão e aposentadoria	-1.014	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-53.796	-107.526	-73.038
3.04.05.01	Provisão (reversão) de contingências	18.092	-18.533	-32.095
3.04.05.02	Depreciação e Amortização	-23.078	-24.415	-15.360
3.04.05.03	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-42.994	-56.189	-25.583
3.04.05.04	Amortização do direito de concessão	-5.816	-8.389	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	0	8.078
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	427.444	357.431	408.315
3.06	Resultado Financeiro	-98.490	-53.428	-64.013
3.06.01	Receitas Financeiras	260.565	111.037	99.767
3.06.02	Despesas Financeiras	-359.055	-164.465	-163.780
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	328.954	304.003	344.302
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-113.884	-57.834	-58.204
3.08.01	Corrente	-45.630	-26.979	-39.359
3.08.02	Diferido	-68.254	-30.855	-18.845
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	215.070	246.169	286.098
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	215.070	246.169	286.098
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	140.995	159.996	188.871

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	74.075	86.173	97.227
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,7105	1,4657	1,741

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	215.070	246.169	286.098
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	215.070	246.169	286.098
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	140.995	246.169	286.098
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	74.075	0	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-199.284	311.561	257.404
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	642.623	604.208	664.946
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	215.070	246.169	286.098
6.01.01.02	Depreciação e amortização	115.764	108.359	104.802
6.01.01.03	Despesas de Juros	127.639	142.277	95.811
6.01.01.04	Perdas cambiais de atividades financeiras	24.105	0	0
6.01.01.05	Atualização financeira do ativo financeiro	-32.861	0	0
6.01.01.06	Perda na venda de intangível / imobilizado	20.360	15.580	0
6.01.01.07	Provisão (reversão) de contingências	54.817	45.185	85.270
6.01.01.08	Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perda	27.451	27.907	35.906
6.01.01.09	Resultado de equivalência patrimonial	0	0	-8.078
6.01.01.10	Liquidação de pano de opção efetuadas com títulos patrimoniais	0	0	6.933
6.01.01.11	Perdas com derivativos	2.050	0	0
6.01.01.12	Imposto de renda e contribuição social diferidos	68.254	30.855	0
6.01.01.13	Imposto de renda e contribuição social correntes	45.630	26.979	58.204
6.01.01.15	Rendimentos de aplicações financeiras	-25.656	-41.082	0
6.01.01.16	Outros	0	1.979	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-673.293	-153.565	-176.754
6.01.02.01	Contas a receber	-195.537	-84.967	-101.646
6.01.02.02	Estoques	-11.595	-787	-2.445
6.01.02.03	Impostos a recuperar	-22.971	3.664	3.215
6.01.02.04	Impostos sobre o lucro	15.280	0	-1.853
6.01.02.05	Impostos e contribuições diferidos	0	0	18.687
6.01.02.06	Serviços pedidos e outros	-13.764	26.233	-37.056
6.01.02.07	Depósitos judiciais	-98.344	-38.754	0
6.01.02.08	Aquisição ativo financeiro de concessão	-264.939	-53.562	0
6.01.02.09	Outros créditos a receber	52.499	-1.608	-35.978
6.01.02.10	Fornecedores	194.995	15.156	-9.018

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.01.02.11	Impostos e contribuições a recolher	-201.103	12.474	4.083
6.01.02.12	Folha de Pagamento	-7.188	598	1.180
6.01.02.13	Provisão para Contingências	-23.778	-27.216	-33.661
6.01.02.14	Taxas regulamentares	-7.146	4.834	2.484
6.01.02.15	Programa de eficientização	2.523	-6.039	10.239
6.01.02.16	Participação nos lucros	7.019	144	-2.048
6.01.02.17	Outras contas a pagar	-57.902	-3.735	9.274
6.01.02.18	Aquisição CCC	-41.342	0	0
6.01.02.19	Taxa de Iluminação Pública	0	0	-2.211
6.01.03	Outros	-168.614	-139.082	-230.788
6.01.03.01	Juros Pagos	-113.334	-101.243	-133.601
6.01.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-55.280	-37.839	-97.187
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.528.533	-443.297	-201.283
6.02.01	Aquisições no ativo intangível	-302.120	-275.308	-228.314
6.02.03	Aquisição ativo imobilizado	-1.652	-3.326	-26.287
6.02.04	Aquisição CELPA	44.811	0	0
6.02.05	Aquisição no investimento	-1.931	0	53.318
6.02.06	Resgates/Aplicações financeiras	-1.267.641	18.284	0
6.02.07	Aplicação em fundo de investimento	0	-182.947	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.620.308	-175.686	53.449
6.03.01	Captação de empréstimos e financiamentos	519.226	283.027	218.018
6.03.02	Amortização de empréstimos e financiamentos	-254.010	-138.827	-113.033
6.03.03	Dividendos pagos	-83.040	-266.426	-70.047
6.03.04	Redução capital	0	0	18.511
6.03.05	Debêntures	318.612	0	0
6.03.06	Amortização de debêntures	-59.544	-53.460	0
6.03.07	Recebimento pela emissão de ações / Aumento de capital	1.179.064	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-107.509	-307.422	109.570

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	242.655	550.077	440.507
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	135.146	242.655	550.077

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	566.831	13.339	341.958	0	0	922.128	336.415	1.258.543
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	566.831	13.339	341.958	0	0	922.128	336.415	1.258.543
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.175.688	741	-34.684	0	0	1.141.745	-54.346	1.087.399
5.04.01	Aumentos de Capital	1.210.114	0	0	0	0	1.210.114	-54.346	1.155.768
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-34.426	0	0	0	0	-34.426	0	-34.426
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	741	0	0	0	741	0	741
5.04.06	Dividendos	0	0	-12.422	0	0	-12.422	0	-12.422
5.04.08	Ajuste de avaliação patrimonial	0	0	-22.262	0	0	-22.262	0	-22.262
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	140.995	0	140.995	74.075	215.070
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	140.995	0	140.995	74.075	215.070
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	107.508	-140.995	0	-33.487	0	-33.487
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	107.258	-107.258	0	0	0	0
5.06.04	Dividendos Adicionais Propostos	0	0	250	-33.737	0	-33.487	0	-33.487
5.07	Saldos Finais	1.742.519	14.080	414.782	0	0	2.171.381	356.144	2.527.525

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	566.831	11.936	402.098	-27.110	0	953.755	317.162	1.270.917
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	566.831	11.936	402.098	-27.110	0	953.755	317.162	1.270.917
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	1.403	-155.168	0	0	-153.765	-50.464	-204.229
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	1.403	0	0	0	1.403	0	1.403
5.04.06	Dividendos	0	0	-155.168	0	0	-155.168	-50.464	-205.632
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-26.969	187.106	0	160.137	86.173	246.310
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	159.996	0	159.996	86.173	246.169
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-26.969	27.110	0	141	0	141
5.05.02.06	Absorção Prejuízo	0	0	-26.969	27.110	0	141	0	141
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	121.997	-159.996	0	-37.999	-16.456	-54.455
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	109.575	-109.575	0	0	0	0
5.06.04	Dividendos	0	0	12.422	-50.421	0	-37.999	-16.456	-54.455
5.07	Saldos Finais	566.831	13.339	341.958	0	0	922.128	336.415	1.258.543

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	907.485	5.003	270.224	36.727	0	1.219.439	247.349	1.466.788
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	907.485	5.003	270.224	36.727	0	1.219.439	247.349	1.466.788
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-340.654	6.933	-1.171	-78.223	0	-413.115	0	-413.115
5.04.01	Aumentos de Capital	18.511	0	0	0	0	18.511	0	18.511
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	6.933	0	0	0	6.933	0	6.933
5.04.06	Dividendos	0	0	-1.171	0	0	-1.171	0	-1.171
5.04.08	Cisão Parcial do Acervo Conforme AGOE de 29/04/2010	-359.165	0	0	-14.386	0	-373.551	0	-373.551
5.04.09	Ajuste de adoção inicial de IFRS/CPC	0	0	0	-63.837	0	-63.837	0	-63.837
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	188.871	0	188.871	97.227	286.098
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	188.871	0	188.871	97.227	286.098
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	133.045	-174.485	0	-41.440	-27.414	-68.854
5.06.04	Reserva Legal	0	0	8.724	-8.724	0	0	0	0
5.06.05	Dividendos	0	0	0	-41.440	0	-41.440	-27.414	-68.854
5.06.06	Dividendos Adicionais	0	0	124.321	-124.321	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	566.831	11.936	402.098	-27.110	0	953.755	317.162	1.270.917

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.01	Receitas	3.799.431	2.473.610	2.235.310
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.883.453	2.581.002	2.328.894
7.01.02	Outras Receitas	-25.913	-79.485	-57.678
7.01.02.01	Outras Receitas / Despesas operacionais	-38.316	-18.337	-38.209
7.01.02.02	Outras Receitas / Despesas não recorrentes	-4.675	-42.615	-11.725
7.01.02.04	Provisão (reversão) de contingências	18.092	-18.533	-7.744
7.01.02.05	Provisão plano de aposentadoria e pensão	-1.014	0	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-58.109	-27.907	-35.906
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.218.429	-1.323.162	-1.105.620
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.871.080	-1.114.063	-954.228
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-343.373	-205.047	-156.590
7.02.04	Outros	-3.976	-4.052	5.198
7.02.04.02	Despesas Comerciais e Outras	-3.976	-4.052	5.198
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.581.002	1.150.448	1.129.690
7.04	Retenções	-109.948	-108.359	-98.494
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-109.948	-108.359	-98.494
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.471.054	1.042.089	1.031.196
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	22.709	55.817	89.225
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	0	8.078
7.06.02	Receitas Financeiras	260.565	111.037	99.767
7.06.03	Outros	-237.856	-55.220	-18.620
7.06.03.01	Reversão de reservas de lucros	0	0	17.181
7.06.03.02	Outras	-232.040	-55.220	-35.801
7.06.03.03	Amortização do direito de concessão	-5.816	0	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.493.763	1.097.906	1.120.421
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.493.763	1.097.906	1.120.421
7.08.01	Pessoal	136.302	85.522	88.943
7.08.01.01	Remuneração Direta	89.683	75.808	63.414

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.08.01.02	Benefícios	56.872	10.439	11.654
7.08.01.03	F.G.T.S.	13.644	3.672	3.941
7.08.01.04	Outros	-23.897	-4.397	9.934
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.010.154	657.848	596.550
7.08.02.01	Federais	528.613	344.075	304.445
7.08.02.02	Estaduais	480.321	311.971	291.078
7.08.02.03	Municipais	1.220	1.802	1.027
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	132.237	108.367	131.649
7.08.03.01	Juros	127.015	104.482	127.979
7.08.03.02	Aluguéis	5.222	3.885	3.670
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	215.070	246.169	303.279
7.08.04.02	Dividendos	33.487	50.421	196.608
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	107.508	109.575	9.444
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	74.075	86.173	97.227

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração

A Administração da Equatorial Energia S.A., em cumprimento às disposições legais e de acordo com a legislação societária vigente, apresenta a seguir o Relatório da Administração, suas demonstrações financeiras e as demonstrações financeiras consolidadas, com as respectivas notas explicativas e o parecer dos auditores independentes, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2012. As informações não financeiras da Companhia e suas controladas, as relacionadas ao programa “Luz para Todos” (PLPT), o Balanço Social, assim como as referentes às expectativas da administração quanto ao desempenho futuro da Companhia e suas controladas não foram revisadas pelos auditores independentes.

01. Perfil da Companhia

Visão Geral

Com atuação no setor elétrico, a Equatorial Energia é uma *holding* com atuação no setor elétrico.

No segmento de distribuição, a Equatorial Energia controla a CEMAR (Companhia Energética do Maranhão), única concessionária do Estado do Maranhão, que possui área de atuação de 332 mil km² - cerca de 3,9% do território brasileiro - e abrange cerca de 6,5 milhões de habitantes – ou 3,3% da população do Brasil. Ainda no mesmo setor, a Companhia controla a Celpa (Centrais Elétricas do Pará), única concessionária do Estado do Pará, que possui área de atuação de 1.248 mil km² - cerca de 6,3% do território brasileiro - e abrange cerca de 7,6 milhões de habitantes – ou 4,0% da população do Brasil.

No segmento de geração, a Equatorial detém 25% de participação na Geramar, sociedade responsável pela operação de 2 usinas termoeletricas localizadas no Maranhão, com capacidade instalada conjunta de 330MW, e em operação comercial desde o 1º trimestre de 2010.

Desde novembro de 2011, no segmento de comercialização, a Equatorial passou a deter, indiretamente, por meio da sua subsidiária Equatorial Soluções S.A, 51% de participação na Sol Energias, empresa comercializadora de energia e desenvolvedora de novos produtos e serviços.

Em novembro de 2012, a Equatorial adquiriu o controle societário da Celpa – Centrais Elétricas do Pará S.A. – companhia em recuperação judicial, cujo Plano de Recuperação Judicial foi aprovado em setembro de 2012. Já em dezembro, a Equatorial aumentou o capital da Celpa em R\$351,0 milhões.

Em dezembro de 2012, a Equatorial concluiu sua operação de aumento de capital (*follow on*) no mercado, através do qual captou liquidamente pouco mais de R\$1,1 bilhão.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

02. Destaques de 2012

- ▶ O **volume total de energia** faturada da CEMAR cresceu 9,7% em 2012 em relação a 2011. O volume total distribuído pela Celpa (mercados cativo e livre) cresceu 3,0% no período.
- ▶ A **receita operacional líquida (ROL)** de 2012 atingiu R\$2.987,2 milhões, mais do que dobrando em relação à ROL de 2011, o que reflete o início de consolidação da Celpa.
- ▶ Em 2012, o **EBITDA** somou R\$566,6 milhões, aumento de 12,5% em relação ao valor ajustado em 2011.
- ▶ No ano, o **Lucro Líquido** somou R\$141,0 milhões, valor 11,9% inferior ao apresentado em 2011.
- ▶ Em 2012, os **investimentos** consolidados da Equatorial totalizaram R\$1.097,2 milhões já considerando os investimentos realizados por Celpa em todo o ano.
- ▶ No encerramento de 2012, os índices de **DEC e FEC** da CEMAR (acumulados dos últimos 12 meses) foram de 21,7 horas, aumento de 1,2%, e 11,0 vezes, redução de 5,4%, quando comparados aos índices observados ao final de 2011. Na Celpa, estes mesmos indicadores encerraram o ano em 101,6 horas e 50,9 vezes, respectivamente.
- ▶ Na CEMAR, as **perdas** de energia dos últimos 12 meses encerrados em dezembro de 2012 representaram 20,7% da energia requerida, com redução de 0,3 p.p. em relação aos 21,0% verificados ao final de 2011. Na Celpa, as perdas totais encerraram o ano em 35,0% da energia requerida.
- ▶ Os resultados de **Celpa** são consolidados apenas nos meses de novembro e dezembro de 2012, tendo em vista que a data de sua aquisição pela Equatorial foi 1º de novembro.
- ▶ A proposta da Administração da Companhia, a ser submetida à AGOE, é de distribuição de R\$33,7 milhões em dividendos, equivalentes a R\$0,17 por ação.
- ▶ Em dezembro de 2012, a Equatorial concluiu sua operação de aumento de capital (*follow on*) na qual captou pouco mais de R\$1,1 bilhão de recursos líquidos através da emissão de novas ações precificadas a R\$16,00 cada.
- ▶ Em dezembro de 2012, a Companhia publicou Fato Relevante informando da assinatura de Compromisso de Investimento, Compra e Venda de Ações com vistas à aquisição do Grupo Rede Energia, conjuntamente com a CPFL Energia.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

03. Mensagem do Presidente

2012 foi um ano de transformação na Equatorial Energia. Em novembro, concluímos a aquisição do controle Celpa, distribuidora de energia que abastece todo o Estado do Pará, atualmente em recuperação judicial. Na CEMAR, realizamos o maior investimento da história da companhia, visando atender o forte crescimento do mercado consumidor, melhorar os indicadores de qualidade e ampliar a universalização do acesso à energia elétrica.

Em dezembro, concluímos a importante captação líquida de pouco mais de R\$1,1 bilhão, através de operação de aumento de capital na BM&FBOVESPA (*follow on*). Esses recursos serão destinados ao aporte de recursos novos na Celpa, de acordo com o Plano de Recuperação Judicial aprovado pelos credores da mesma, e para potenciais atividades de M&A (fusões e aquisições) futuras.

Do ponto de vista financeiro, obtivemos excelentes resultados com nosso EBITDA atingindo a marca de R\$566,6 milhões no ano e o lucro líquido, R\$141 milhões, já refletindo o início de consolidação dos resultados da Celpa a partir de 1º de novembro de 2012.

Do ponto de vista de fluxo de caixa, na CEMAR priorizamos linhas de financiamento de longo prazo com taxas atraentes vis-à-vis às de mercado. Fizemos captações relevantes, principalmente no BNDES, para financiar o forte programa de investimentos da companhia. Na Celpa, cabe destacar a reestruturação do endividamento da companhia através da aprovação do seu Plano de Recuperação Judicial.

Nossa controlada CEMAR elegeu seus investimentos como uma das prioridades para o ano de 2012 e investiu o volume recorde de R\$618,7 milhões. Dos quais R\$441,2 milhões foram efetuados em investimentos próprios e R\$177,5 milhões pelo Programa Luz Para Todos (PLPT), através do qual, até o momento, já foram conectadas mais de 320 mil famílias, beneficiando praticamente 2,0 milhões de pessoas no estado do Maranhão.

Esse elevado nível de investimentos permitiu mais uma vez à CEMAR manter a qualidade técnica de seus serviços, mesmo apesar do forte crescimento de seu mercado consumidor, de 9,7% em 2012. Os indicadores DEC e FEC encerraram o ano em 21,7 horas e 11,0 vezes, respectivamente. A exemplo das perdas, a melhoria da qualidade no serviço prestado é um grande desafio que temos pela frente na recém adquirida Celpa, que encerrou 2012 com DEC e FEC de 101,6 horas e 50,9 vezes, respectivamente.

Outro ponto de destaque é o contínuo sucesso do programa de combate às perdas na CEMAR que conseguiu reduzir as perdas totais da companhia em 0,2 ponto percentual neste ano. Nos últimos anos, a queda é ainda maior. Encerramos 2008 com perdas de 28,9%, caindo para 20,7% ao final de 2012. Temos um enorme desafio de obter sucesso semelhante com o programa de combate às perdas da Celpa, que encerraram 2012 em 35,0% da energia requerida.

Por fim, estamos com bastante energia para seguirmos transformando em 2013 e otimistas quanto a potenciais novas oportunidades de investimento para a Equatorial Energia acompanhando o movimento de consolidação do setor elétrico brasileiro.

Agradecemos a todos os nossos colaboradores, acionistas, fornecedores e parceiros pelo apoio e confiança ao longo desses anos.

Firmino Ferreira Sampaio Neto

Diretor-Presidente

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

04. Gestão dos Negócios

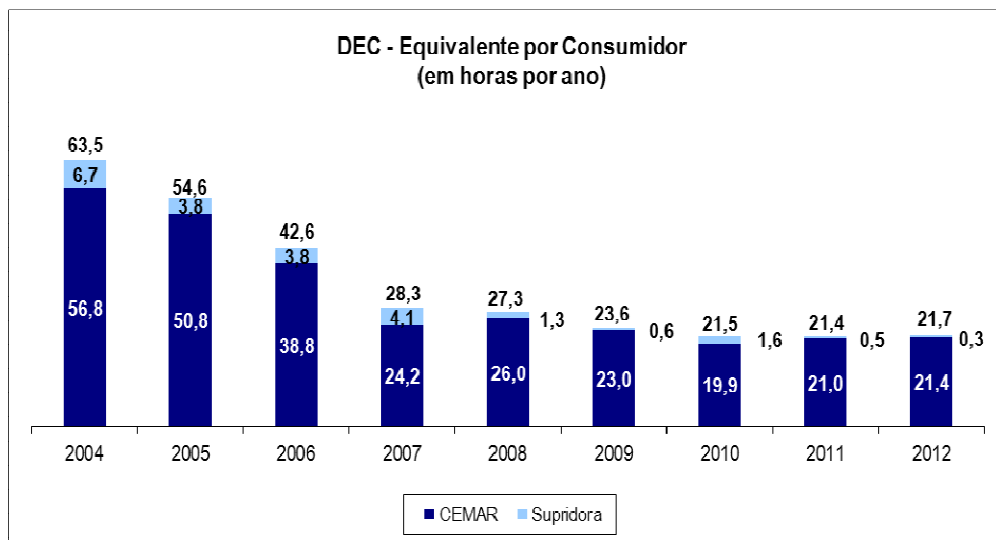
4.1 Qualidade

CEMAR

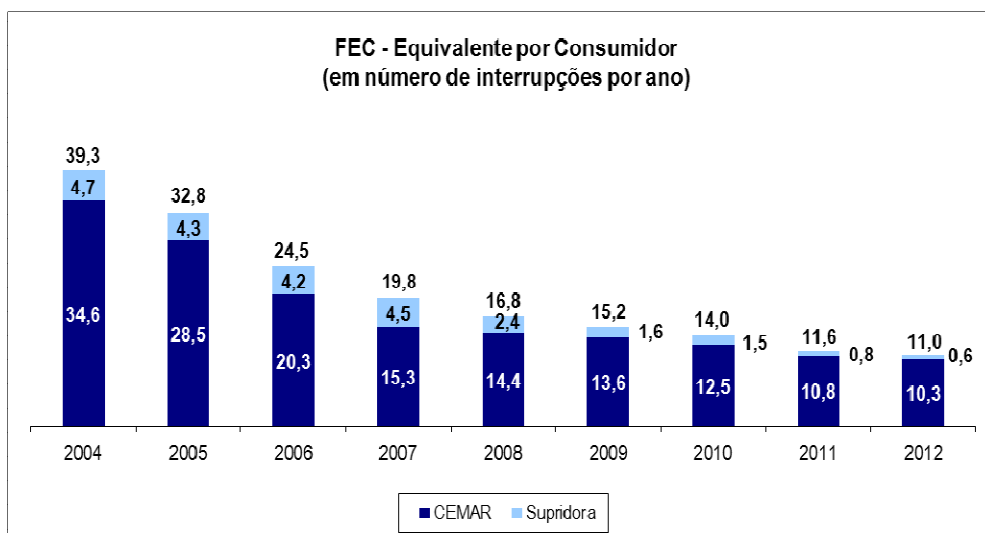
DEC e FEC

Ao longo dos últimos anos, a CEMAR apresentou melhoras significativas na qualidade técnica do seu serviço, reduzindo expressivamente a duração e a frequência de interrupções no fornecimento de energia.

Em 2012, o DEC (Duração Equivalente por Consumidor) da Companhia, que mede a duração média das interrupções, em horas por consumidor por período, aumentou apenas 0,7% em relação ao ano anterior, atingindo 21,7 horas. Em comparação ao índice de 2004, essa melhora foi de 65,8%.



Já o FEC (Frequência Equivalente por Consumidor), que mede a frequência das interrupções, em vezes por consumidor por período, diminuiu 5,4% na comparação com o índice de 2011, atingindo 11,0 vezes. Em relação a 2004, tal queda foi de 72,1%.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Celpa

DEC e FEC

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL utiliza alguns índices para verificação da qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias de energia elétrica aos seus consumidores. Os principais são: DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em horas) e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em número de vezes).

INDICADOR	2012	2011	Var. %
DEC	101,60	99,30	2,3%
FEC	50,90	53,00	-4,0%

O indicador de qualidade DEC apresentou um aumento de 2,3% em relação ao exercício anterior, considerando a grande expansão do sistema elétrico na área rural, onde as linhas estão chegando às mais distantes regiões do Estado. Essas áreas, apesar de abrangerem apenas 25% dos consumidores da CELPA os mesmos estão instalados em 92% da rede de média tensão e contribuem com mais de 50% do valor do DEC e FEC Total.

São regiões afastadas dos pólos de manutenção e apresentam geografia complexa, presença de reservas indígenas, densa vegetação, fatores climáticos adversos, alta dispersão entre os consumidores fora das áreas urbanas e infra-estrutura viária precária, o que compromete o desempenho operacional, bem como os atendimentos emergenciais e de manutenção.

Vale ressaltar que na Região Metropolitana de Belém, que representa 34% dos consumidores da CELPA e 40% da energia vendida e onde as obras do Plano de Melhorias foram concluídas no ano de 2012, apresentou uma significativa redução de 20,4% para o DEC e 16,2% para o FEC.

4.2 Combate às Perdas

CEMAR

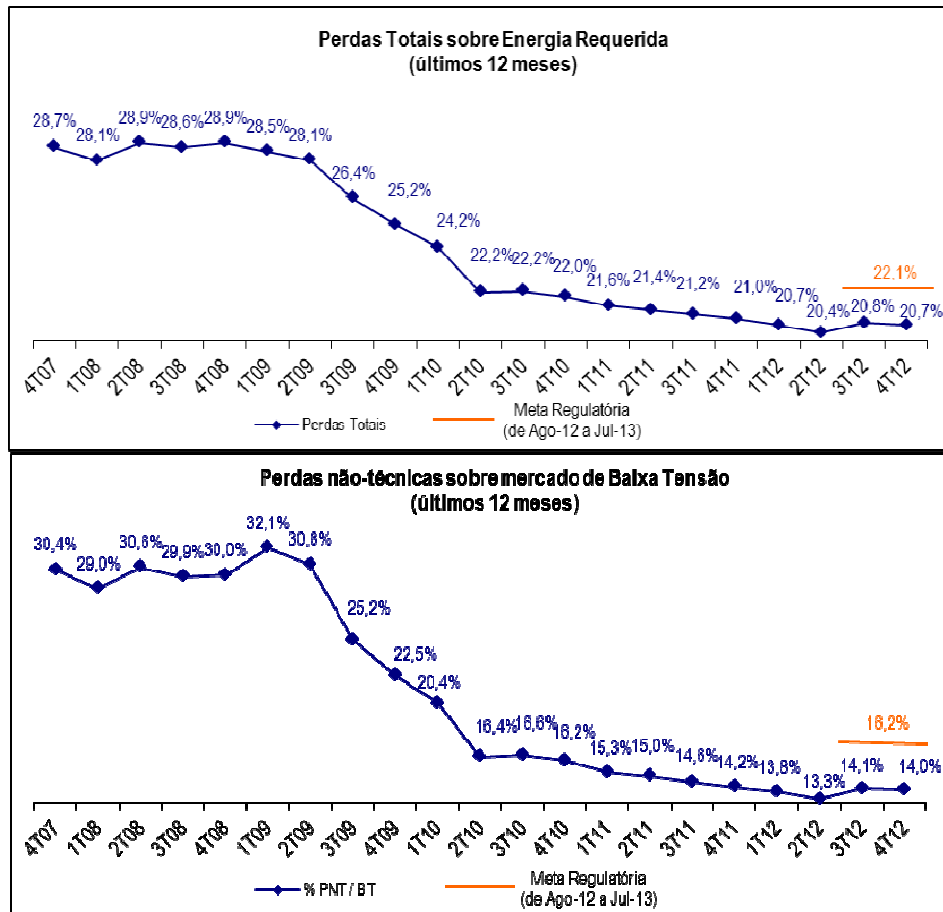
Em 2008, a reestruturação da Gerência de Combate às Perdas foi essencial para a revisão dos processos, desde a seleção de pessoas, treinamento, adequação dos procedimentos internos (aderentes às normas regulatórias e judiciais), até a padronização de atividades e abordagem ao cliente. Esta transformação e a criação do Comitê de Perdas, onde todos os envolvidos no processo prestavam contas de suas ações em reuniões semanais, refletiram desde o início de 2008, quando deu se o início do projeto de redução das perdas, até Dezembro de 2012, redução de 8,2 p.p. em perdas acumuladas.

Em 2012, a estratégia de Combate às Perdas foi mantida, alcançando o índice de 20,7% nas perdas globais que, se comparado a 2011, melhorou 0,3 p.p. Em relação às perdas não-técnicas sobre o mercado de baixa tensão, a CEMAR atingiu o percentual de 14,0% em 2012, apresentando melhora em 0,2 p.p se comparado à 2011.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A quantidade de energia elétrica requerida pelo sistema da CEMAR alcançou o patamar de 6.059 GWh e o faturamento ficou em 4.804 GWh, crescimento de 9,4% e 9,7%, respectivamente, em relação a 2011. As perdas de energia registradas pela Companhia em 2012 totalizaram 1.255GWh.

No ano de 2012, a CEMAR continuou avançando na implantação da medição fiscal, totalizando 6.909 transformadores e 707.510 unidades consumidoras, o que representa 34,1% do mercado de energia da CEMAR.

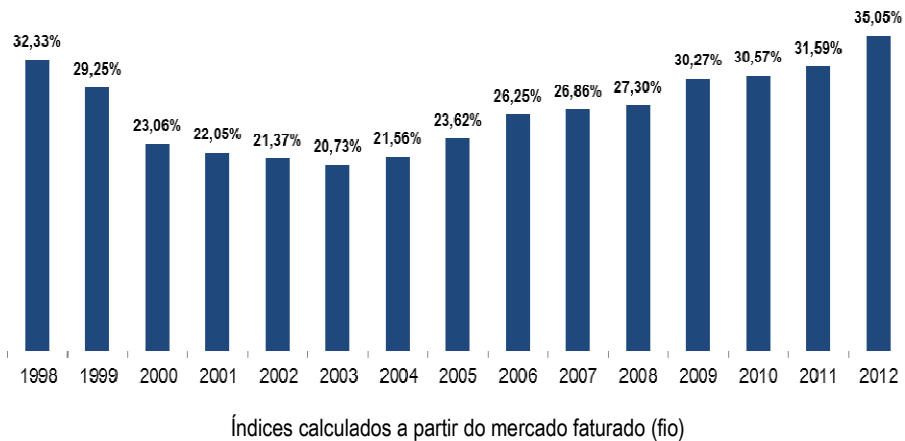


Celipa

Calculada pela diferença entre o consumo e a energia requerida, as perdas totais em 2012 foram de 3.600 GWh, o correspondente a 35,05%, portanto, 3,46 pontos percentuais acima do apurado em 2011, cujos principais fatores foram:

- Crescimento urbano desordenado;
- Existência de quadrilhas especializadas em vendas de fraudes;
- Surgimento de novas áreas de invasão;
- Implementação do Programa de Expansão Rural; e
- Dificuldades para execução de inspeções de combate à fraude, em razão do aumento da violência.
- A concessionária entrou em recuperação judicial a partir de 28/02/2012, reduzindo o volume de ações de combate às perdas.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



A CELPA, com o seu Programa de Redução de Perdas de energia elétrica, tem como base os projetos que, em 2012, somaram um investimento total de R\$ 76 milhões.

- Projeto CMB – Caixa de Medição Blindada;
- Fiscalização;
- Instalação de Systrafo;
- Regularização de áreas de Invasão;
- Regularização de clientes sem medição

Com o crescimento constante do furto de energia, seja por irregularidade na medição ou por desvio, a empresa passa a contar com uma nova ferramenta de combate: a Caixa de Medição Blindada (CMB), que consiste em um quadro de medição com capacidade para atender entre 60 e 100 unidades consumidoras simultaneamente, composto de concreto e folhas metálicas, sensores de quebra de vidro, vibração e abertura de porta. O projeto piloto contou com a instalação de 12 caixas no município de Marituba, área metropolitana de Belém. Posteriormente, o projeto foi expandido para o alimentador AM-03, onde existem 109 caixas instaladas (algumas ainda parcialmente instaladas), dentre as quais podemos destacar uma perda mensal de menos de 1% por CMB (circuito de transformador), e perda do alimentador próxima de 5% ao mês.

Destacamos também o Projeto de Fiscalização, que compreende a contratação de serviços de fiscalização. Com um total de 105 equipes atuando no Estado, obtendo como resultado uma energia total agregada pelo projeto foi de 36,7 GWh.

Para consumidores de média tensão, a companhia continuou investindo em conjuntos de medição blindados – Systrafo. No ano de 2012 foram implantados 241 equipamentos.

Outra ação da companhia é a regularização de clientes sem medição, a companhia regularizou em 2012 15 mil unidades consumidoras, distribuídos entre a região metropolitana de Belém e interior do Estado.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

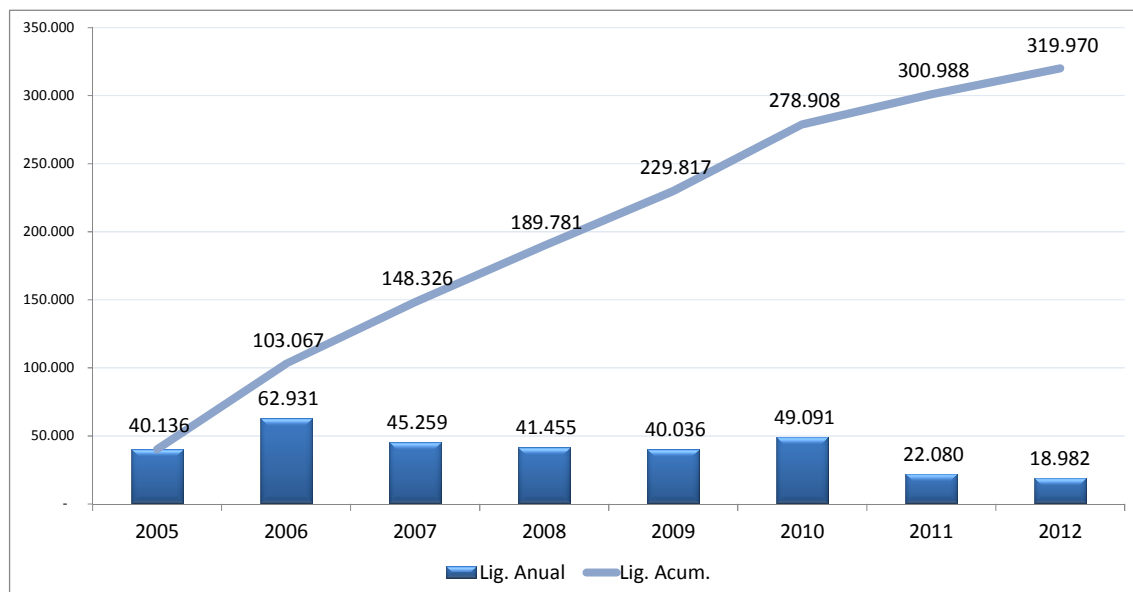
05. Programa Luz Para Todos

CEMAR

Lançado em 2004 pelo Governo Federal, o "Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - Luz para Todos" (PLPT) tem como objetivo levar energia elétrica para a população do meio rural, de modo a estimular o desenvolvimento sócio-econômico destas regiões que, geralmente, apresentam baixo desempenho no IDH (Índice de Desenvolvimento Humano).

A CEMAR desempenha o papel de agente executor do Programa no Maranhão. O Estado está inserido entre os 04 maiores programas do país, representando 10% de todo o volume de ligações executadas pelo Programa Luz para Todos no Brasil. Para atingir suas metas, a Companhia estruturou sólidas parcerias comerciais com contratação de mão-de-obra terceirizada, que envolvem mais de 20 empresas de engenharia e mais de 1.000 pessoas direta e indiretamente.

Em 31 de dezembro de 2012, a CEMAR alcançou a marca histórica de 319.970 famílias ligadas à rede de distribuição de energia elétrica através do PLPT, gerando um benefício direto para aproximadamente 1 milhão e 600 mil habitantes. O PLPT já está presente em 100% dos 217 municípios maranhenses, contribuindo para o desenvolvimento de áreas isoladas dos aglomerados rurais e para a geração de renda nestas localidades. Durante o ano de 2012, o investimento direto no PLPT, que inclui gastos contábeis com materiais e serviços de terceiros, foi de R\$ 177,5 milhões.



Celpe

PROGRAMA LUZ PARA TODOS ("LPT") e PROGRAMA NACIONAL DE UNIVERSALIZAÇÃO: em 2012, a companhia investiu R\$ 45,5 milhões. A principal característica desses Programas é possibilitar o acesso e uso da energia elétrica, a todos os cidadãos domiciliados nas áreas urbanas e rurais do Estado. Os recursos para atendimento do LPT são provenientes da Reserva Global de Reversão ("RGR"), Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), Estado e Fonte Própria.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

06. Assuntos Regulatórios

CEMAR

A CEMAR busca constantemente manter um intercâmbio produtivo de experiências com os órgãos reguladores e associações do setor de energia elétrica. Esse foco visa difundir as melhores práticas de atuação, criar sinergia entre as diversas organizações, bem como ampliar sua capacidade de pleitear demandas junto às agências reguladoras.

Reajuste Tarifário Anual 2012

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Homologatória nº 1.333, de 20 de agosto de 2012 homologou os resultados do Reajuste Tarifário Anual de 2012. Como resultado do processo as tarifas da CEMAR foram em média, reajustadas em 6,24% (seis vírgula vinte e quatro resultante da consideração de componentes financeiros no valor de 0,62% (zero vírgula sessenta e dois por cento). Ainda, foi fixado o valor anual da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE em R\$) com um efeito médio percebido pelo consumidor de 7,24% (sete vírgula vinte e quatro por cento), R\$ 4.222.403,87.

Celpe

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 1.188 de 02 de agosto de 2011, com vigência a partir de 07 de agosto de 2011, prorrogou a vigência das tarifas da CELPA, discriminadas no Anexo I e II-A da Resolução Homologatória nº 1.035, de 03 agosto de 2010, até o processamento definitivo da revisão tarifária desta concessionária.

Tal decisão foi tomada com base nas Resoluções Normativas nº 433 e 471, de 11 de abril e 20 de dezembro de 2011, respectivamente, que estabelecem os procedimentos a serem adotados no terceiro ciclo de revisões tarifárias das concessionárias de distribuição de energia elétrica.

Em função desta prorrogação, o processo da revisão tarifária periódica da CELPA deveria ser homologado até o dia 07 de agosto de 2012 e teria efeito retroativo ao período de 07 de agosto de 2011 a 06 de agosto de 2012.

Em 03 de agosto de 2012, a juíza da 13ª Vara Cível, Drª. Maria Filomena de Almeida Buarque, competente para processar e julgar o pedido de Recuperação Judicial da Empresa, decidiu, nos autos do processo nº 0005939-47.2012.814.0301, pela aplicação imediata do reajuste nas tarifas de Energia Elétrica, sob pena de multa de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais). Os efeitos desta decisão persistem até hoje.

O Governo Federal publicou a MP 579/2012, de 11 de setembro de 2012, convertida na Lei 12.783/2013, que tem por objetivo a redução das tarifas de energia elétrica, através da renovação das concessões de geração e transmissão, que venceriam até 2017, exclusão da Cota de Consumo de Combustível (CCC), Reserva Global de Reversão (RGR) e redução da Cota de Desenvolvimento Energético (CDE), todos encargos setoriais presentes na fatura.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Como resultado da referida lei, em 24 de Janeiro de 2013, foi realizada uma publicação extraordinária de Resolução Homologatória nº 1467, com vigência a partir de 24 de janeiro de 2013.

08. Relatório de Ações Sociais

CEMAR

Desde 2011, o tema Sustentabilidade começou a ser inserido no processo de gestão da empresa. Priorizamos a transparência com nossos públicos, investimos em ações de transformação social e em projetos inovadores e pioneiros para o Estado. Fortalecemos ainda mais o comitê de responsabilidade social, dando foco e direcionamento às ações. Crescemos significativamente em indicadores de responsabilidade social no setor elétrico, segundo os Indicadores Ethos/ABRADEE e construímos um grande produto em nossa caminhada rumo a uma empresa socialmente responsável: o nosso primeiro relatório de Sustentabilidade com base no padrão Internacional da Global Report Initiative.

Em 2012 a CEMAR adquiriu novo impulso com novos investimentos por meio da Lei de Incentivo ao Esporte e a Cultura e pela parceria com o Banco Nacional do Desenvolvimento Social – BNDES. Foram mais de 5 milhões de reais investidos na sociedade maranhense, com mais 200 mil pessoas beneficiadas pelos projetos e programas sociais.

Em 2012 a CEMAR realizou ou esteve envolvida nos seguintes programas sociais:

Energia Voluntária

É o Programa de Voluntariado da CEMAR, que consiste em um conjunto de ações realizadas pela Companhia para incentivar e apoiar o envolvimento dos colaboradores em atividades voluntárias, através da realização de palestras educativas, atividades sociais e lúdicas nas comunidades do Estado. Em 2012 foram mais de 600 horas dedicadas ao trabalho, com 19% dos colaboradores envolvidos.

A Companhia incentiva os colaboradores por meio de Campanha Interna de Incentivo, premiando aqueles que mais dedicarem horas ao trabalho voluntário, os colaborador campeão de 2012 doou mais de 90 horas do seu tempo às ações sociais.

Outro diferencial das ações voluntárias é a participação em ações sociais como o Ação Global e Cidade Solidária, mutirões de atendimento ao público realizado por instituições locais. Destaque também para o programa Mini empresa do da Associação Junior Achievement, que envolveu 13 colaboradores que participaram durante 6 meses orientando e apoiando alunos do Ensino Médio na introdução ao empreendedorismo.

Energia na Comunidade

Canal direto de relacionamento com a comunidade, com diversas frentes de atuação, o programa está presente em todo estado, através dos Agentes da Comunidade, oferecendo atendimento de qualidade, promovendo cultura e lazer, realizando atividades culturais e levando informações sobre economia de energia e segurança com energia elétrica. Em 2012 foram 773 ações sociais, tendo impactado diretamente 28.600 pessoas e indiretamente 84.000 pessoas. As ações sociais incluem palestras, programas de visitas, entrevistas em rádios e tv's, blitz, troca de lâmpadas, carreatas, cadastro tarifa baixa renda, entre outros. Foi por meio do Programa que foi realizado pela primeira vez o Fórum de Liderança Comunitária. O objetivo inicial é criar com líderes comunitários um canal de dialogo direto com os mesmos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Arte com Segurança

A Companhia acredita que, para realizar ações educativas para um público adolescente é preciso mergulhar no universo deles. Por isso, a CEMAR desenvolveu o projeto Arte com Segurança, em parceria com a CUFA, ampliando o seu escopo e a quantidade de muros de subestações grafitados. O projeto que tem por objetivo utilizar os espaços públicos para divulgar a arte da grafiteagem com uma mensagem informativa e de utilidade para a população, no caso a segurança com a energia elétrica. Realizamos grafiteagem nos muros das subestações em Imperatriz, no Muro do Centro de Distribuição e no muro interno da Subestação do São Francisco.

Programa de Capacitação Profissional

O Programa tem como objetivo capacitar pessoas de baixa renda com foco no ingresso do mercado de trabalho. Durante o ano de 2012, foram oferecidos 14 cursos de Capacitação Profissional em parceria com a FIEMA/SENAI. Os cursos foram ofertados para as comunidades por meio do relacionamento dos Agentes de Comunidade com lideranças comunitárias e a Imprensa. Sendo os cursos realizados: Inclusão digital, Eletricistas, Corte e Costura, Classificador de Grãos, Mecânico de Motos e Pedreiros. A CEMAR absorveu para o quadro de leituristas da CEMAR 12 pessoas. No curso, Mecânico de Motos em Bacabal, 70% já trabalha no mercado local e novas contratações serão viabilizadas até Fevereiro de 2013.

Projetos Culturais e Esportivos

Promover o contato e a prática com o campo cultural, contribuir para a melhoria da qualidade de vida, promover maior acesso à cultura e a prática da cidadania, além de incentivar a prática desportiva como forma de inclusão social, investindo assim a CEMAR dá sua contribuição para a melhoria dos indicadores do nosso Estado. Com o apoio das leis de incentivo a cultura e esporte a CEMAR investiu aproximadamente 5 milhões em projetos de inclusão sociocultural e esportivo.

Os projetos apoiados atualmente são caracterizados pela introdução ao esporte para cidadania, escolas de músicas, eventos esportivos e culturais abertos ao grande público, representatividade do Maranhão para todo o país, valorização da cultura local, entre outros. Entre os projetos investidos estão Escola de Futebol Esporte é Cidadania, Judô no Jaracaty, Construção da Quadra Barrigudeira, entre outros.

Projetos de Investimento Social Privado com apoio financeiro do Banco Nacional do Desenvolvimento Social

Uma parceria firmada em 2012 entre a CEMAR e o BNDES, proporcionou um investimento inédito: 1 milhão de reais para construção e reforma de instituições sociais em quatro municípios maranhenses. Dentre os projetos estão:

- O projeto AMAS (Associação Maranhense de Assistência Social), atende em Imperatriz, cerca de 250 crianças. A Associação funciona desde 2001 e entre as atividades desenvolvidas está o projeto "Futebol Bola pra Frente", principal ação da instituição, que também atua na alfabetização de adultos, cursos de artesanato, palestras educativas, projeto sopão, mutirões médicos, jurídicos entre outros. Entre os benefícios, está a construção do campo de futebol gramado, quadra de vôlei de areia, vestiários compra de novo ônibus para os alunos, equipamento esportivos e uniformes.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- A Associação Carente São Benedito do Bairro de Fátima, inaugurada no dia 18 de janeiro, atende em São Luís, cerca de 300 crianças. É uma instituição sem fins lucrativos que atua como uma Creche-Escola e um espaço de atividades sociais para a comunidade, tendo como missão melhorar a qualidade de vida das pessoas da referida área. Entre os benefícios proporcionados pela CEMAR está a drenagem do sistema de água, construção da quadra de esportes, ampliação do espaço, playground, pintura e mobília adequada.
- Centro Educacional São Raimundo Nonato que atende cerca de 180 jovens e crianças em Timon, oferecendo atividades esportivas como Badminton, Beach Soccer e atividades educativas. O centro recebeu reforma e construção de quadras, brinquedoteca e playground.
- Creche Mãe Firmina construção de uma nova creche para comunidade do Alto Bandeirante em Bacabal, com o terreno doado pela Prefeitura a CEMAR entregou uma escola adequada as crianças e completamente mobiliada.

Caravana da Economia

A Caravana da Economia faz parte do Programa de Eficiência Energética da CEMAR, regulado pela ANEEL. A Companhia vem trocando geladeiras velhas por geladeiras novas mais eficientes em vários municípios do Maranhão. A CEMAR desde o início do Programa, em 2007, já trocou mais de 30 mil geladeiras em 41 municípios maranhenses. , além de promover ações educativas em vários municípios. Para este programa a CEMAR já disponibilizou aproximadamente R\$10 milhões.

ECOCEMAR

Programa de troca de resíduos recicláveis por bônus na conta de energia. Com isso, a CEMAR além de gerar renda para o pagamento das contas de energia, também incentiva a preservação do meio ambiente por meio da educação e atitude sustentável. Cerca de 2.260 toneladas de resíduos recicláveis foram coletados desde o início do Programa ECOCEMAR até hoje e, aproximadamente R\$136.000,00 foram revertidos em bônus para clientes, entre pessoas físicas, instituições de apoio ou filantrópicas. O projeto em São Luis conta com 17 pontos de coleta.

Leilão Solidário

Todos os anos os brindes recebidos pelos colaboradores no fim de ano, dados por fornecedores, são entregues a Gerencia de Comunicação e Marketing para a realização do Leilão Solidário. O Leilão Solidário 2011 foi feito no período da Páscoa, sendo chamado de Leilão Solidário de Páscoa. Foram 68 brindes leiloados e R\$ 5.085 doados para 4 instituições de municípios maranhenses.

Celpa

A Celpa atua de forma que suas ações e resultados econômicos, ambientais e sociais estejam integrados e equilibrados e contribuam efetivamente para a sustentabilidade, visando não só a perenidade dos negócios, mas o crescimento da região onde opera. Com este princípio, a empresa investiu em iniciativas e projetos socioambientais, voltados para a promoção da cidadania e da melhoria das condições de vida da comunidade e de seus colaboradores. A seguir alguns dos principais Investimentos Socioambientais da Celpa, que fazem parte das práticas de responsabilidade econômica, social e ambiental, junto aos seus públicos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Benefícios para a Comunidade

Arrecadação de Recursos para Organizações Sociais

A Celpa possibilita a arrecadação de recursos financeiros para o UNICEF, Federação das Apae's, entre outras instituições de assistência social, através da doação de seus clientes por meio da fatura de energia. Esses recursos são aplicados em ações para melhorar as condições de vida de crianças e adolescentes de todo o Estado.

Fórum de Empresários Paraenses pelos Direitos da Criança e do Adolescente

A Celpa é uma das mantenedoras do Fórum de Empresários Paraenses pelos Direitos da Criança e do Adolescente, organização não-governamental, sem fins lucrativos, que atua na sensibilização e mobilização da classe empresarial paraense, visando à promoção da garantia dos direitos da criança e do adolescente do Estado do Pará.

Ministério Público e a Comunidade

A empresa é patrocinadora das ações do Projeto O Ministério Público e a Comunidade que tem como objetivo facilitar o acesso da população, sobretudo a de baixa renda, aos serviços de assistência jurídica, de forma ágil e gratuita, na perspectiva da garantia dos seus direitos de cidadania. Como parceira desta ação social, a empresa leva a sua Agência Móvel com todos os seus serviços comerciais nas comunidades atendidas pelo projeto.

Projeto Transparência

É um projeto de relacionamento com a comunidade de orientação e educação, no que se uso racional da energia, segurança com energia elétrica, furto de energia, direitos e deveres, entre outras temáticas de interesse do público consumidor. O projeto visa proporcionar aos clientes melhor utilização da energia elétrica, informar sobre os serviços prestados pela concessionária bem como os direitos e deveres do consumidor. O projeto também realiza atendimento direto à população através da agência móvel, que vai até a comunidade para dar atendimento personalizado aos clientes em serviços como negociação de débito, troca de titularidade e outros.

Projeto Criança Luz

Projeto que atende 6 escolas comunitárias de Educação Infantil e Ensino Fundamental da Região Metropolitana de Belém, beneficiando mais de 1.000 crianças de famílias de baixa renda, com idades entre 3 e 9 anos. O investimento de recursos garante a distribuição de material escolar, uniforme e alimentos para a merenda.

Semana Nacional de Segurança com Energia Elétrica

Durante a semana de 13 a 19 de agosto, profissionais da Celpa estiveram em escolas e em canteiros de obras orientando a população sobre os riscos de acidentes com a eletricidade. A iniciativa fez parte da VI Semana Nacional de Segurança com Energia Elétrica, promovida pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - Abradee, em parceria com a concessionária.

Benefícios aos Colaboradores

Os benefícios oferecidos pela CELPA visam o cumprimento dos compromissos da Política de Sustentabilidade, a qual prevê ações para valorizar e respeitar o colaborador, com práticas que promovam a segurança e a saúde, proporcionando um ambiente seguro e adequado, com melhoria da qualidade de vida. A companhia oferece assistência médica e odontológica com ampla rede credenciada;

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

vales alimentação e refeição; transporte; auxílio creche; previdência privada; seguro de vida; reconhecimento por tempo de serviço; bolsa de estudo; e programa de participação nos resultados, importante ferramenta de gestão estratégica. A CELPA respeita os direitos fundamentais de seus profissionais, propiciando excelente condição de trabalho, dentro de um ambiente saudável, tornando-os altamente capacitados para um mercado cada vez mais competitivo.

Ginástica Laboral

A empresa mantém um programa de ginástica laboral e orientação postural com o objetivo de prevenir problemas de saúde ocupacional e promover momentos de interação e integração entre os colaboradores. São realizadas sessões de alongamentos no local de trabalho, sendo monitoradas por profissionais especializados que acompanham e coordenam os colaboradores na realização das atividades.

Semana da Saúde e SIPAT

Seguindo o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (NR7) e o Sistema de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança do Trabalho (SGASST) a empresa integrou as duas ações a fim de disseminar informações preventivas que contribuam para a qualidade de vida do colaborador.

Campanhas de Vacinação

Uma das ações de prevenção da empresa são as campanhas de vacinação que tem por objetivo imunizar os colaboradores quanto às doenças típicas da região e demais endemias combatidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Doação de Sangue

A empresa realiza junto ao seu público de colaboradores campanhas voltadas para contribuir com o reforço do estoque de sangue da Fundação Centro de Hemoterapia e hematologista do Pará.

Programa Menor Aprendiz

Contribuiu para o desenvolvimento de jovens entre 14 a 24 anos, a fim de prepará-los para o mercado de trabalho.

Incentivo ao Voluntariado

A Celpa incentiva os colaboradores a participar de ações relacionadas à Responsabilidade Social. Como o Projeto Um Milhão de Amigos criado por colaboradores e voltado à realização de ações voluntárias em prol de instituições beneficentes de Belém. As ações do projeto incluem o apoio ao desenvolvimento de atividades socioeducativas e de cidadania na comunidade de entorno da empresa.

Feira do Artesanato

A Celpa com a finalidade de complementar a renda familiar do colaborador, proporciona a oportunidade de comercializar os produtos produzidos pelos mesmos e seus familiares.

Manhã de Qualidade de Vida

Objetivando buscar entre os colaboradores a conscientização e a importância da qualidade física, mental e social para o bom convívio entre estes, a Celpa realizou um dia de Qualidade de Vida. O evento contou com diversos profissionais como: nutricionistas, odontólogos, educadores físicos, enfermeiros e médicos.

Incentivo ao Esporte

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Estimular a prática esportiva é uma das ações da empresa para reconhecer a importância da atividade na qualidade de vida do colaborador, incentivando-os a participar dos campeonatos desenvolvidos pelo Serviço Social da indústria (SESI).

10. Desempenho Econômico-Financeiro

Receita Líquida

Em relação à Receita Líquida, o total registrado no ano foi de R\$ 3.883,5 milhões, 50,5% superior à obtida no ano anterior. O crescimento decorre principalmente:

- a) do início de consolidação dos resultados de Celpa a partir de 1º de novembro de 2012;
- b) Do crescimento de volume de energia vendida na CEMAR que, entre 2011 e 2012, cresceu 9,7%;

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

c) Do reajuste tarifário médio percebido pelo consumidor da CEMAR de 1,75%, homologado pelo Reajuste Tarifário Anual ocorrido em agosto de 2012.

Custos e Despesas Operacionais

No ano de 2012, o total de custos e despesas gerenciáveis e não gerenciáveis, excluindo depreciação e amortização, e desconsiderando o Custo de Construção, foi de R\$ 1.718,9 milhões, equivalentes a 75,2% da receita líquida, com aumento de 9,2 p.p. em relação ao percentual verificado em 2011, que era de 66,0%.

EBITDA

Em 2012, o EBITDA ajustado atingiu R\$566,6 milhões, sendo 12,5% superior aos R\$503,6 milhões registrados no ano anterior. A margem EBITDA de 18,9% caiu 6,5 pontos percentuais em relação aos 25,4% apresentados em 2011, em virtude do início da consolidação de Celpa a partir de 1º de novembro de 2012.

Resultado Financeiro

Em 2012, o resultado financeiro líquido foi negativo em R\$98,5 milhões, o que representa uma piora de 84% em relação ao registrado no ano anterior.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Na CEMAR, a apuração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) a pagar é influenciada positivamente pelos seguintes itens: i) incentivo fiscal de redução de 75% do Imposto de Renda decorrente do benefício da ampliação da capacidade instalada, obtido junto à SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) em dezembro/2005, e que em 2007 foi ampliado pelo benefício de modernização de toda a capacidade instalada, válida até 2021; ii) incentivo fiscal relacionado à depreciação acelerada, obtido junto à SUDENE, que permite que os investimentos na ampliação e modernização da rede de distribuição sejam integralmente considerados como despesa dedutível para fins de apuração do Imposto de Renda de forma imediata (válido entre os anos de 2006 a 2018); e, iii) compensação de prejuízos acumulados. Cabe ressaltar que os itens i e ii são aplicáveis apenas ao IRPJ, enquanto que o item iii refere-se tanto ao IRPJ quanto à CSLL.

Lucro Líquido

Em 2012, a Companhia alcançou Lucro Líquido (LL) de R\$141,0 milhões, 12,0% inferior ao obtido no ano anterior, em virtude do início de consolidação dos resultados de Celpa a partir de 1º de novembro de 2012.

Endividamento

Em 2012, o endividamento bruto consolidado, incluindo os encargos, atingiu R\$3.627,9 milhões, reflexo do início da consolidação de Celpa, que contribuiu com R\$1.893,0 milhões de dívida bruta, já reestruturada em conformidade com a aprovação de seu Plano de Recuperação Judicial. Em dezembro de 2012, a Equatorial concluiu a captação de pouco mais de R\$1,1 bilhão em aumento de capital (follow on), dos quais, aproximadamente R\$700 milhões ainda encontravam-se no caixa da Companhia no encerramento de 2012. A dívida líquida, considerando as disponibilidades e os ativos regulatórios líquidos, atingiu o montante de R\$1.758,2 milhões no fechamento do ano. Em termos de múltiplo dívida líquida / EBITDA, esta relação aumentou para 3,1 vezes.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Eventos Subsequentes

a) Aumento de capital

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de dezembro de 2012, os acionistas da Companhia autorizaram o aumento do seu capital social em até 572.000.000,00 (quinhentos e setenta e dois milhões de reais), mediante emissão de até 2.600.000.000,00 (dois bilhões e seiscentos milhões) de novas ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O preço de emissão por ação ordinária foi fixado em R\$ 0,22 (vinte e dois centavos) por ação.

Conforme Aviso aos Acionistas datado de 13 de março de 2013, após a 2ª rodada de subscrição de sobras, houve uma subscrição de aproximadamente 70,9% do aumento de capital social aprovado, representando a emissão de 1.843.598.873 (um bilhão, oitocentas e quarenta e três milhões, quinhentas e noventa e oito mil, oitocentas e setenta e três) novas ações ordinárias, através do aumento de capital de R\$ 405.591.752,06 (quatrocentos e cinco milhões, quinhentos e noventa e um mil, setecentos e cinquenta e dois reais e seis centavos).

Findo o prazo de revisão da subscrição pelos acionistas, o que ocorrerá em 1º de abril de 2013, a assembleia geral deverá se reunir para homologar parcialmente o aumento de capital supramencionado.

b) Medida provisória nº 605

Em 24 de janeiro de 2013, foi publicada a medida provisória nº605, que altera a Lei nº10.438, de 26 de abril de 2002, na parte em que cria a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Esta medida inclui como objetivos deste encargo o provimento de recursos para compensar descontos aplicados nas tarifas de uso dos sistemas elétricos de distribuição e nas tarifas de energia elétrica, bem como recursos para compensar o efeito da não adesão à prorrogação de concessões de geração de energia elétrica, assegurando assim o equilíbrio da redução das tarifas das concessionárias de distribuição, consoante disposto no § 2o do art. 1o da Lei no 12.783, de 11 de janeiro de 2013.

c) Recuperação Judicial e Transferência de Controle Acionário

A Celpa ajuizou, em 28 de fevereiro de 2012, pedido de Recuperação Judicial, nos termos da Lei n.º 11.101/2005 (Lei de Recuperação), que se encontra em trâmite na 13ª Vara Cível da Capital do Estado do Pará. A medida visou também a proteger o valor dos ativos da companhia, atender de forma organizada e racional aos interesses da coletividade de seus credores e, principalmente, manter a continuidade de suas atividades. O processamento da Recuperação Judicial foi deferido em 29 de fevereiro de 2012, ocasião em que foi nomeado o Sr. Mauro César Lisboa dos Santos como Administrador Judicial.

Em 1º de setembro de 2012, o Plano de Recuperação Judicial foi aprovado pelos credores da Companhia e seus reflexos estão sendo apresentados nestas Demonstrações Financeiras.

Em 1º de novembro de 2012, os antigos acionistas controladores da Celpa alienaram sua participação na Companhia para a Equatorial Energia. Nesta mesma data, foram instaladas uma Assembleia Geral Extraordinária e uma Reunião do Conselho de Administração que elegeram a nova administração da Companhia.

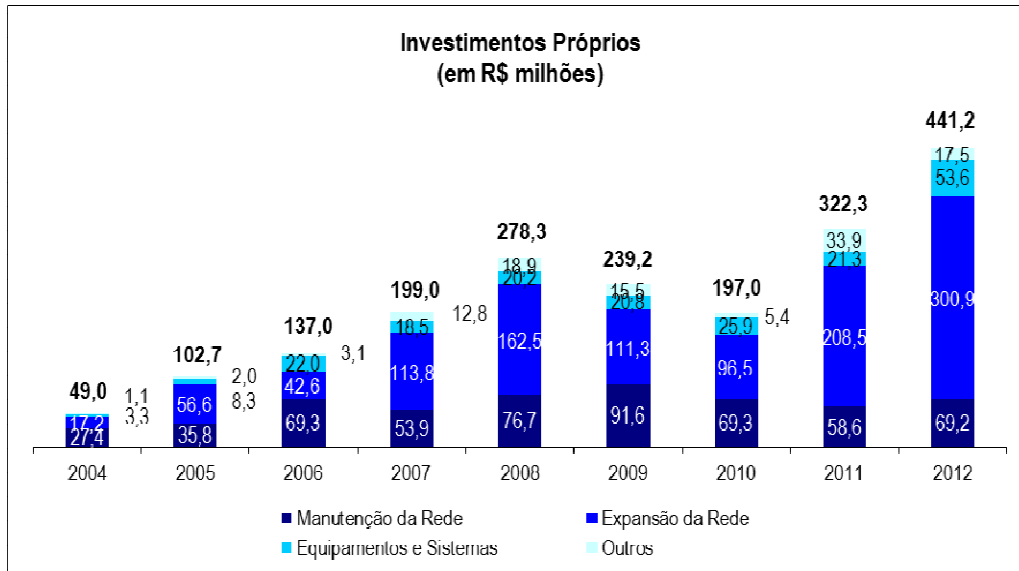
11. Investimentos

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

CEMAR

Investimentos Próprios

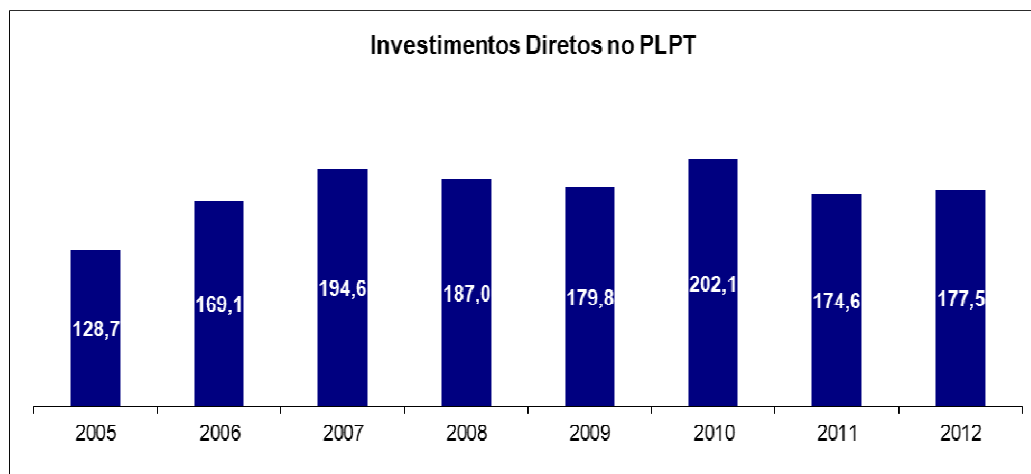
Em 2012, os investimentos da CEMAR, excluindo os investimentos diretos relacionados ao PLPT, totalizaram R\$ 441,2 milhões, direcionados principalmente a manutenção e expansão da rede de distribuição de energia.



Investimentos no Programa Luz Para Todos

Ao final de 2012, foi alcançada a marca de 320 mil consumidores ligados à rede de distribuição de energia elétrica da CEMAR por meio do Programa Luz Para Todos, o que beneficia diretamente mais de 2,0 milhão de habitantes.

O investimento direto no programa, que inclui gastos com materiais, serviços de terceiros e frete de materiais foi de R\$ 177,5 milhões, sendo que o investimento acumulado desde o início do programa totaliza R\$ 1.413,4 milhões.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Celpe**

R\$ mil	2.012	2.011	Var%
Programa Luz Para Todos / Universalização	45.486	165.273	-72,48%
Interligação da Ilha de Marajó	35.915	37.320	-3,76%
Redução de Perdas	93.494	137.444	-31,98%
Linhas e Subestações de distribuição	33.968	59.048	-42,47%
Manutenção e melhorias do sistema	269.269	253.243	6,33%
Total	478.132	652.328	-26,70%

PROGRAMA LUZ PARA TODOS ("LPT") e PROGRAMA NACIONAL DE UNIVERSALIZAÇÃO: em 2012, a companhia investiu R\$ 45,5 milhões. A principal característica desses Programas é possibilitar o acesso e uso da energia elétrica, a todos os cidadãos domiciliados nas áreas urbanas e rurais do Estado. Os recursos para atendimento do LPT são provenientes da Reserva Global de Reversão ("RGR"), Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), Estado e Fonte Própria.

INTERLIGAÇÃO DA ILHA DE MARAJÓ: esse projeto prevê a interligação do Sistema Isolado da Ilha de Marajó ao Sistema Interligado Nacional, através da extensão da rede elétrica de Tucuruí até a Ilha do Marajó. Em 2012, a CELPA investiu R\$ 35,9 milhões, com recursos provenientes da sub-rogação CCC.

PROGRAMA DE REDUÇÃO DE PERDAS: são verbas destinadas exclusivamente para o programa de combate às perdas técnicas e não técnicas. Em 2012 foram investidos R\$ 93,5 milhões.

MANUTENÇÃO e MELHORIAS NO SISTEMA são investimentos vegetativos, feitos com caixa próprios, destinados a manutenção, ampliação e melhorias no sistema elétrico. Esses investimentos totalizaram R\$ 269,3 milhões em 2012.

Dos R\$ 478,1 milhões investidos em 2012, R\$ 81,4 milhões referem-se a programas subsidiados pelo governo e R\$ 396,7 milhões referem-se a investimentos com recursos próprios.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

12. Governança Corporativa

Listada no Novo Mercado, mais alto nível de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBovespa), a Equatorial é uma Companhia comprometida com as melhores práticas de governança corporativa e com a transparência na relação com seus investidores e acionistas.

Diferenciais de governança corporativa:

- 100% de *tag along* aos acionistas minoritários;
- Manutenção de dois membros independentes no Conselho de Administração (total de sete integrantes);
- 75% do capital total como *free float*, muito acima do mínimo de 25% requerido pelos padrões do Novo Mercado;
- Obrigação de oferta de compra pelo valor econômico em caso de encerramento de listagem ou de fechamento de capital;
- Divulgação de operações com títulos da companhia envolvendo acionistas controladores ou administradores;
- Adesão à Câmara de Arbitragem para resolução de conflitos;
- Adoção de um Código de Ética e Conduta Empresarial;
- Manutenção de Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e de Negociação de Títulos por Pessoas Relacionadas.
- Publicação trimestral, juntamente com os ITRs, da Demonstração dos Fluxos de Caixa.
- Divulgação de demonstrações financeiras com padrões internacionais IFRS ou US GAAP.
- Realização de reuniões públicas com analistas e investidores, ao menos uma vez por ano.

De acordo com o Contrato de Adesão ao Novo Mercado firmado com a Bovespa, o Estatuto da Companhia prevê a utilização de Câmara de Arbitragem para resolução de conflitos.

Conselho de Administração

Nome	Cargo
Carlos Augusto Leone Piani	Presidente do Conselho
Gilberto Sayão da Silva	Vice-Presidente do Conselho
Alessandro Monteiro Morgado Horta	Conselheiro
Alexandre Gonçalves Silva	Conselheiro Independente
Celso Fernandez Quintella	Conselheiro Independente
Firmino Ferreira Sampaio Neto	Conselheiro
Paulo Jerônimo de Mello Bandeira Pedrosa	Conselheiro

Diretoria Executiva

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Nome	Cargo
Firmino Ferreira Sampaio Neto	Diretor-Presidente
Eduardo Haiama	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Ana Marta Veloso	Diretora
Tinn Freire Amado	Diretor
Felipe Oppenheimer Pitanga Borges	Diretor

Relacionamento com Auditores Externos

Em atendimento à instrução CVM 381/03, informamos que a Ernst & Young Terco Auditores Independentes prestou somente serviços de auditoria durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores da Companhia Srs. Firmino Ferreira Sampaio Neto, Diretor-Presidente; Eduardo Haiama, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores; Ana Marta Horta Veloso, Tinn Freire Amado e Felipe Oppenheimer Pitanga Borges, diretores sem designação específica, declaram que (i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012; e (ii) reviram, discutiram e concordam, sem quaisquer ressalvas, com as opiniões expressas no parecer emitido em 31 de março de 2013 pela Ernst & Young Terco Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia, com relação às demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012.

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

1 Informações sobre a Companhia

A Equatorial Energia S.A. ("Companhia" ou "Equatorial" ou "Controladora"), tem por objetivo a participação em outras sociedades, sempre no setor de energia elétrica, prioritariamente em operações de geração ou distribuição de energia elétrica. A Companhia possui ações negociadas na BM&FBOVESPA sob o ticker "EQTL3" e desde 2008 participa do Novo Mercado. A sede social da empresa está localizada na Alameda A, Quadra SQS, n.º100, Altos do Calhau - São Luís – MA.

A Companhia anunciou em 25 de setembro de 2012 através de fato relevante, a assinatura do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças de Centrais Elétricas do Pará S.A. – Em Recuperação Judicial (CELPA) ("CELPA" e "Contrato de Compra e Venda").

Por meio do Contrato de Compra e Venda, uma vez verificadas determinadas condições precedentes, a Companhia obrigou-se a adquirir, pelo valor total de R\$ 1,00 (um real), 39.179.397 (trinta e nove milhões, cento e setenta e nove mil, trezentas e noventa e sete) ações de emissão da CELPA, sendo 38.717.480 (trinta e oito milhões, setecentas e dezessete mil, quatrocentas e oitenta) ações ordinárias e 461.917 (quatrocentas e sessenta e um mil, novecentas e dezessete) ações preferenciais, totalizando uma participação de 65,18% (sessenta e cinco inteiros e dezoito centésimos por cento) do capital votante e 61,37% (sessenta e um inteiros e trinta e sete centésimos por cento) do capital social total da CELPA ("Ações"). A consumação da operação esteve sujeita a certas condições precedentes previstas no Contrato de Compra e Venda, incluindo, entre outras, a aprovação pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e pelo Conselho Administrativo de Defesa da Concorrência - CADE.

No dia 1º de novembro de 2012, conforme Fato Relevante publicado nesta mesma data, a Companhia concluiu, após aprovação pela ANEEL e pelo CADE, a aquisição da CELPA. Tendo em vista a imaterialidade do preço de aquisição, em linha com precedentes da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, a Equatorial solicitou à CVM em 28 de novembro de 2012 dispensa da obrigação da realização de Oferta Pública de Aquisição de Ações e manterá o mercado informado a este respeito.

A CELPA foi criada em 1962 com o objetivo de atuar no setor de energia elétrica no Estado do Pará. Sete anos mais tarde, a empresa se associou à Força e Luz do Pará S.A. - Forluz, originando uma única concessionária de energia. A partir de 1981, a nova concessionária passou a contar com energia do Sistema Interligado Norte-Nordeste e, em 1998, passou a fazer parte da REDE ENERGIA por meio de leilão realizado no dia 9 de julho de 1998.

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Um ano depois, a CELPA entrava para o Sistema Interligado Brasileiro, com a entrada em operação da Interligação Norte-Sul, em 500 kV.

O Pará concentra em seu território cerca de 34% de toda a extensão da bacia amazônica (mais de um milhão de km²) e seu potencial hidrelétrico é avaliado em mais de 61 mil MW. Esse potencial está distribuído em nove grandes bacias, destacando-se a do Rio Tocantins, onde foi implantada a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, inaugurada em 1984.

2 Entidades controladas e controladas em conjunto

A Equatorial mantém investimentos conforme demonstrado a seguir:

	Nota	31/12/2012	31/12/2011
CEMAR	a.	65,11%	65,11%
Geradora de Energia do Norte	b.	25,00%	25,00%
Equatorial Soluções	c.	100,00%	100,00%
Vila Velha	d.	50,00%	-
CELPA	e.	61,37%	-

- a. **Companhia Energética do Maranhão ("CEMAR"):** Sociedade anônima de capital aberto que tem como atividade principal a distribuição de energia elétrica. A área de concessão da CEMAR é o Estado do Maranhão, atendendo, em 31 de dezembro de 2012 a mais de 1,9 milhão de clientes e cobrindo uma área superior a 333 mil Km². O contrato de concessão de distribuição de energia elétrica nº 060, celebrado entre a Companhia, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a CEMAR, possui vigência até agosto de 2030, podendo ser prorrogado por mais um período de 30 anos.

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

- b. Geradora de Energia do Norte S.A.:** É a sociedade responsável pela implantação e operação das usinas termoeletricas de Tocantinópolis e de Nova Olinda, no município de Miranda do Norte, no Estado do Maranhão, com capacidade instalada de 330 MW, as quais fornecem energia para o Sistema Interligado Nacional. Em 1º de outubro de 2008, a Equatorial adquiriu 25% das ações representativas do capital social da Companhia. O consórcio que detém o controle da Companhia é composto pela Equatorial Energia S.A. (25%), Fundo de Investimentos em Participações Brasil Energia (25%) e GNP S.A. (50%). A GNP S.A., por sua vez, é composta pela Servtec Investimentos e Participações Ltda. (50%) e Companhia Ligna de Investimentos (50%). O controle da Companhia é compartilhado e regido por Acordo de Acionistas. Esta controlada em conjunto é consolidada proporcionalmente nestas demonstrações financeiras.
- c. Equatorial Soluções S.A.:** A Equatorial Soluções é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, que tem como atividades principais: a) a prestação de serviços em negócios de energia elétrica, telecomunicações e transmissão de dados; b) a prestação de serviços de cobrança de fatura de energia elétrica em nome e por conta de terceiros; e c) a prestação de serviços técnicos de operação, manutenção e planejamento de instalações elétricas de terceiros.
- d. Vila Velha Termoeletricas Ltda.:** Ainda em fase pré-operacional, é a sociedade responsável pela implantação e operação de usinas termoeletricas no Estado do Espírito Santo. A Equatorial Energia detém 50% do seu capital. O controle da Companhia é compartilhado e regido por Acordo de Acionistas.

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

- e. **Centrais Elétricas do Pará S.A. (CELPA):** Sociedade por ações de capital aberto, brasileira, com sede na cidade de Belém, no Estado do Pará, que atua na distribuição e geração de energia elétrica na área de sua concessão legal que abrange todo o Estado do Pará com 1.248 mil km², atendendo 1,9 milhão de consumidores em 143 municípios. O contrato de concessão de distribuição de energia elétrica nº 182/1998, celebrado entre a ANEEL e a CELPA em 28/7/1998, possui vigência de 30 anos, podendo ser renovado por igual período. Além do contrato de distribuição acima mencionado, a Companhia possuía Contrato de Concessão de Geração nº 181/1998 de 34 Usinas Termelétricas, sendo 11 próprias e 23 terceirizadas, para a exploração de geração de energia elétrica, pelo prazo de 30 (trinta) anos, com vencimento em 28/7/2028, renovável por igual período. Em 15/3/2011 o Ofício nº 331/2011 – SCG/ANEEL extinguiu a concessão das usinas termelétricas terceirizadas, permanecendo como concessão da Companhia as 11 termelétricas próprias.

As controladas CEMAR, Equatorial Soluções e CELPA, bem como as controladas em conjunto Geradora de Energia do Norte e Vila Velha Termoelétricas, serão doravante mencionadas nas notas explicativas abaixo apenas como “Controladas”, quando mencionadas em conjunto.

Os exercícios sociais das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação.

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

3 Políticas contábeis

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo intangível e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. Os valores contábeis de ativos e passivos reconhecidos que representam itens objeto de hedge a valor justo que, alternativamente, seriam contabilizados ao custo amortizado, são ajustados para demonstrar as variações nos valores justos atribuíveis aos riscos que estão sendo objeto de hedge

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e as normas e regulamentos da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico e outras normativo emitidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL..

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A demonstração consolidada do valor adicionado, apesar de não requerida pelas IFRS, é obrigatória para as companhias abertas no Brasil, sendo facultativa para as demais entidades, a menos que exigida pelo órgão regulador.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração iniciado em 28 de março e finalizada em 31 de março de 2013.

a. Transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e controladas.

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data da respectiva transação. Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço patrimonial. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas.

b. Base de consolidação

- ***Demonstrações financeiras individuais***

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. No caso da Equatorial Energia as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas e pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria custo ao valor justo.

- ***Controladas***

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto. A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

A Companhia usa o método de contabilização da aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com a aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora a ser reconhecida é determinada em cada aquisição realizada.

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor da participação da Companhia de ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrada como ágio. Nas aquisições em que a Companhia atribui valor justo aos não controladores, a determinação do ágio inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e o ágio é determinado considerando a participação da Companhia e dos não controladores.

Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício.

Transações entre companhias, saldos também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia;

As entidades controladas são Companhia Energética do Maranhão, - CEMAR, Equatorial Soluções S.A. e Centrais Elétricas do Pará - CELPA.

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

- **Participação em Joint Ventures**

A Companhia mantém participação em *joint venture*, na qual os empreendedores mantêm acordo contratual que estabelece o controle de várias atividades da Companhia. A Companhia reconhece sua participação na *joint venture* utilizando a consolidação proporcional à sua participação nos ativos, passivos, receitas e despesas da *joint venture*, linha por linha, nas suas demonstrações financeiras consolidadas. As demonstrações financeiras da *joint venture* são preparadas para o mesmo período de divulgação da Companhia. Os ajustes são efetuados, quando necessário, para alinhar as políticas contábeis com as adotadas pela Companhia.

Ajustes são efetuados nas demonstrações consolidadas da Companhia com o objetivo de eliminar a participação da Companhia nos saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados sobre transações entre a Companhia e sua *joint venture*. Perdas em transações são reconhecidas imediatamente se a perda fornece evidências de redução do valor realizável de ativos. A *joint venture* é proporcionalmente consolidada até a data em que a Companhia deixe de exercer controle conjunto.

Quando ocorrer perda de controle conjunto, e contanto que esta investida não se torne controlada ou coligada, a Companhia passa a mensurar esse investimento a valor justo a partir de então. No momento da perda de controle conjunto, será reconhecida na demonstração do resultado qualquer diferença entre o valor contábil da antiga *joint venture* e o valor justo do investimento, bem como eventuais resultados da venda da *joint venture*. Quando o investimento remanescente mantiver influência significativa, será contabilizado como investimento em uma coligada, conforme descrito anteriormente.

As entidades controladas em conjunto são a Geradora de Energia do Norte S.A. e a Vila Velha Termoeletricas Ltda.

- **Transações eliminadas na consolidação**

Saldo e transações entre grupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações entre grupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrado por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na companhia investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

c. Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Se a combinação de negócios for realizada em estágios, o valor justo na data de aquisição da participação societária previamente detida no capital da adquirida é reavaliado a valor justo na data de aquisição, sendo os impactos reconhecidos na demonstração do resultado.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 38 na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não deverá ser reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Equatorial Energia S.A
Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

d. Reconhecimento de receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência do exercício.

Prestação de serviços

As receitas de todos os serviços prestados são reconhecidas quando auferidas. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores é efetuado mensalmente de acordo com o calendário de leitura. A receita não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do mês, é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

Receita de construção

A ICPC 01 estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionada. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

e. Impostos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aqueles que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias tributárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, onde o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se tornam prováveis que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que são esperadas a serem aplicáveis no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, baseado nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeita à mesma autoridade tributária.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- valores a receber e a pagar apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

f. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Quando a Companhia receber benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

g. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia e controladas se tornam parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro.

Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros em: (i) ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, (ii) investimentos mantidos até o vencimento, (iii) empréstimos e recebíveis; e (iv) ativos financeiros disponíveis para venda.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, contas a receber de clientes (consumidores), ativo financeiro de concessão, depósitos judiciais e outras contas a receber.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos.

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos e *swaps* de taxa de juros e de câmbio para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio e o risco de variação das taxas de juros, respectivamente. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Equatorial Energia S.A
Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

h. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, exceto pelos contas a receber de parcelamentos no ativo não circulante e de fornecedores, conforme nota 7.

i. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas consideram equivalentes de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

j. Contas a receber de clientes

Inclui os valores faturados aos consumidores finais, ajustados ao valor presente, quando aplicável, a receita referente à energia consumida e não faturada, uso da rede, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros créditos, até o encerramento do exercício, contabilizados com base no regime de competência (nota 7).

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização de suas contas a receber (nota 7(a)).

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

k. Estoques

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição, ajustado por provisão para perdas, quando necessário, e não excede o valor de mercado. Já os materiais em estoque destinados aos investimentos estão classificados no ativo intangível e valorizados pelo custo médio de aquisição líquidos do ICMS.

l. Ativo Indenizável (Concessão)

Os contratos de concessão de serviços públicos de energia junto a União (poder Concedente – Outorgante) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela CEMAR e pela CELPA (Concessionárias – Operadoras), onde:

- ✓ O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem(classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- ✓ O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;
- ✓ Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- ✓ O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

- a. Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão apurados com base no valor de reposição (“VNR”) classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
- b. Parcela remanescente do ativo financeiro (valor residual) apurada de acordo com o Valor de reposição (“VNR”) classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, através do consumo de energia pelos consumidores, Nota nº 16

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (i) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (ii) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

De acordo com a Lei 12.783/2013, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente. Tal normativo só produz efeitos no exercício de 2012, não afetando o resultado de anos anteriores.

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

A Companhia reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro equivalente do poder concedente pelos serviços de construção ou melhoria, prestados. Tais ativos financeiros são mensurados pelo seu valor justo quando do reconhecimento inicial, e após o reconhecimento inicial estes ativos financeiros são mensurados pelo seu custo amortizado.

Caso a Companhia seja ressarcida pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

m. Ativos intangíveis

- **Contratos de concessão de serviços**

A Companhia reconhece como um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços, quando ela tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de tal concessão. Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o seu reconhecimento inicial. Após este reconhecimento tal ativo intangível é mensurado pelo seu custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução do seu valor recuperável.

- **Outros ativos intangíveis**

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm sua vida útil finita são mensurados pelo seu custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao seu valor recuperável.

- **Amortização**

A amortização é calculada sobre o custo de aquisição do ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual apurado. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear com relação à vida útil estimada dos ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Este método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

A vida útil de um ativo intangível, em um contrato de concessão de serviço, é o período a partir do qual a Companhia tem a capacidade de cobrar do público pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão. Os métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos caso haja alterações deliberadas pelo órgão regulador.

n. Imobilizado

O ativo imobilizado é apresentado ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, utilizando as taxas descritas na Nota 17.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

o. Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e ICPC 08, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários.

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais a Companhia registra um passivo equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como “Proposta de distribuição de dividendo adicional” no patrimônio líquido.

Dividendo adicional ao mínimo obrigatório por lei, contido em proposta da administração efetuada antes da data do balanço patrimonial deve ser mantido no patrimônio líquido em conta específica chamada de “dividendo adicional proposto”. Caso a proposição seja realizada após a data do balanço e antes da data de emissão das demonstrações financeiras, tal fato deve ser mencionado no tópico de eventos subsequentes.

p. Benefícios a empregados

- **Planos de contribuição definida**

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações decorrentes das contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios aos empregados durante o período no qual os serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa, ou que esteja disponível a redução em futuros pagamentos. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas ao seu valor presente.

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

- **Planos de benefício definido**

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A obrigação líquida do Grupo quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações do Grupo e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos.

Ganhos e perdas atuariais são reconhecidos como receita ou despesa quando os ganhos ou perdas atuariais acumulados líquidos não reconhecidos no final do período-base anterior ultrapassem 10% da obrigação por benefícios definidos ou o valor justo dos ativos do plano naquela data, dos dois o maior. Esses ganhos e perdas são reconhecidos ao longo do tempo de serviço médio de trabalho remanescente esperado dos funcionários que participam dos planos.

O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Companhia. Um benefício econômico está disponível à Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecida no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido. Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido imediatamente, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

q. Transações envolvendo pagamento em ações

Funcionários da Companhia recebem remuneração em forma de pagamento baseado em ações, em que os funcionários prestam serviços em troca de títulos patrimoniais ("transações liquidadas com títulos patrimoniais"). Funcionários trabalhando no grupo de desenvolvimento dos negócios são recompensados com direitos de valorização de ações, os quais só podem ser liquidados com caixa ("transações liquidadas com caixa"). Em situações em que títulos patrimoniais forem emitidos e alguns ou todos os bens ou serviços recebidos pela Companhia como contraprestação não puderem ser especificamente identificados, os bens ou serviços não identificados recebidos (ou a serem recebidos) são mensurados como a diferença entre o valor justo do pagamento em ações e o valor justo de quaisquer bens ou serviços identificáveis recebidos na data do benefício. Esta diferença é então capitalizada ou contabilizada em despesa, conforme a situação.

r. Transações liquidadas com títulos patrimoniais

O custo de transações com funcionários liquidadas com instrumentos patrimoniais, e com prêmios outorgados, é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Maiores detalhes estão demonstrados na Nota 26.

O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a performance e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição). A despesa acumulada reconhecida para as transações liquidadas com instrumentos patrimoniais em cada data-base até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período é registrado em "despesas de pessoal" e representa a movimentação em despesa acumulada reconhecida no início e fim daquele período.

Nenhuma despesa é reconhecida por prêmios que não completam o seu período de aquisição, exceto prêmios em que a aquisição é condicional a uma condição do mercado (condição conectada ao preço das ações da Companhia), a qual é tratada como adquirida, independentemente se as condições do mercado são satisfeitas ou não, desde que todas as outras condições de aquisição forem satisfeitas.

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Em uma transação liquidada com títulos patrimoniais em que o plano é modificado, a despesa mínima reconhecida em “despesas de pessoal” correspondente às despesas como se os termos não tivessem sido alterados. Uma despesa adicional é reconhecida para qualquer modificação que aumenta o valor justo total do contrato de pagamentos liquidados com títulos patrimoniais, ou que de outra forma beneficia o funcionário, mensurada na data da modificação.

Quando um prêmio de liquidação com instrumentos patrimoniais é cancelado, o mesmo é tratado como se tivesse sido adquirido na data do cancelamento, e qualquer despesa não reconhecida do prêmio é reconhecida imediatamente. Isto inclui qualquer prêmio em que as condições de não aquisição dentro do controle da Companhia ou da contraparte não são cumpridas. Porém, se um novo plano substitui o plano cancelado, e é designado como plano substituto na data de outorga, o plano cancelado e o novo plano são tratados como se fossem uma modificação ao plano original, conforme descrito no parágrafo anterior. Todos os cancelamentos de transações liquidadas com títulos patrimoniais são tratados da mesma forma.

s. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Equatorial Energia S.A
Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

t. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados.

u. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Equatorial Energia S.A
Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

v. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um período de tempo substancial para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

w. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2012

As políticas contábeis adotadas em 2012 são consistentes com as adotadas nas demonstrações financeiras do ano anterior, exceto pelas seguintes revisões ao IFRS em vigor a partir de 1º de janeiro de 2012:

- IAS 12 Impostos de Renda (Revisão) – Impostos Diferidos – Recuperação de Ativos Subjacentes- a revisão esclarece a determinação de cálculo de impostos diferidos sobre propriedade para investimento mensurados a valor justo. Introduz a presunção refutável de que o imposto diferido sobre as propriedades de investimento mensurado pelo modelo de valor justo no IAS 40 (CPC 31) deve ser definido com base no fato de que seu valor contábil será recuperado por meio da venda. Adicionalmente, introduz a exigência de que o imposto diferido sobre ativos não sujeitos à depreciação que são mensurados usando o modelo de reavaliação da IAS 16 (CPC 27) sempre sejam mensurados com base na venda do ativo. Esta revisão vigente para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2012 não gerou um impacto sobre a posição financeira, desempenho ou divulgações da Companhia.
- IFRS 1 Adoção Inicial das IFRS (Revisão) - Hiperinflação e Remoção de Datas Fixas para Primeira Adoção (Revisão) - o IASB forneceu orientações sobre como uma entidade deve retomar a apresentação de demonstrações financeiras com base nas IFRS quando sua moeda funcional deixa de estar sujeita à hiperinflação. A revisão vigente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2011. Esta revisão não gerou nenhum impacto sobre a Companhia.

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

- IFRS 7 Instrumentos financeiros - Divulgação — Exigências Maiores para Divulgação de desreconhecimentos - a revisão exige divulgação adicional sobre ativos financeiros que foram transferidos mas não desreconhecidos para permitir que o usuário das demonstrações financeiras da Companhia entenda a relação entre os ativos que não foram desreconhecidos e os passivos correspondentes. Adicionalmente, a revisão exige a divulgação sobre o envolvimento contínuo da entidade com os ativos desreconhecidos, para permitir que os usuários avaliem a natureza do envolvimento e os riscos relacionados. A norma revisada vigente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2011., não gerou impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

x. Pronunciamentos do IFRS ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2012

Listamos a seguir as normas emitidas que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia. Esta listagem de normas e interpretações emitidas contempla aquelas que a Companhia de forma razoável espera que produzam impacto nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura. A Companhia pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor.

- IAS 1 *Apresentação das Demonstrações Financeiras* – Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes - As revisões do IAS 1 alteraram o agrupamento dos itens apresentados em outros resultados abrangentes. Itens que poderiam ser reclassificados (ou “reciclados”) ao resultado em certo período no futuro (por exemplo, ganhos líquidos em operações de hedge de investimentos líquidos, diferenças de variação cambial na tradução de operações no exterior, movimentos líquidos de hedge de fluxos de caixa ou ganhos na venda de ativos classificados como disponíveis para venda) deveriam ser apresentados separadamente dos itens que nunca serão reclassificados (por exemplo, ganhos ou perdas atuariais em planos de benefício definido). As revisões afetam somente a apresentação e não há impactos na posição financeira ou de desempenho da Companhia. Estas revisões passam a vigorar para exercícios fiscais iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2012, e serão aplicadas nas demonstrações financeiras da Companhia quando se tornarem efetivas.
- IAS 19 *Benefícios aos Empregados* (Emenda)- O IASB emitiu várias emendas ao IAS 19. Tais emendas englobam desde alterações fundamentais, como a remoção do mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano, até simples esclarecimentos sobre valorizações e desvalorizações e reformulação. A Companhia está atualmente avaliando o impacto completo das emendas restantes. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013.
- IAS 28 *Contabilização de Investimentos em Associadas e Joint Ventures* (revisado em 2011) - Como consequência dos recentes IFRS 11 e IFRS 12, o IAS 28 passa a ser IAS 28 *Investimentos em Associadas e Joint Ventures*, e descreve a aplicação do método patrimonial para investimentos em *joint ventures*, além do investimento em associadas.

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

- IAS 32 Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros – Revisões da IAS 32- Estas revisões explicam o significado de “atualmente tem o direito legal de compensação”. As revisões também esclarecem a adoção dos critérios de compensação da IAS 32 para os sistemas de liquidação (como os sistemas de câmaras de liquidação) que aplicam mecanismos brutos de liquidação que não são simultâneos. Estas revisões não deverão ter um impacto sobre a posição financeira, desempenho ou divulgações da Companhia, com vigência para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.
- IFRS 1 – Empréstimos do Governo – Revisões da IFRS 1 - estas revisões estabelecem a primeira aplicação das exigências da IAS 20 Contabilização de Subvenção e Assistências Governamentais, prospectivamente a empréstimos governamentais existentes na data de transição para as IFRS. As entidades podem optar por aplicar as exigências da IFRS 9 (ou IAS 39, conforme o caso) e IAS 20 a empréstimos do governo retrospectivamente, se a informação necessária para isso tinha sido obtida no momento da contabilização inicial desse empréstimo. A exceção dispensaria as entidades que estejam adotando a norma pela primeira vez da mensuração retrospectiva de empréstimos do governo com uma taxa de juros inferior à do mercado. A revisão terá vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de Janeiro de 2013.
- IFRS 7 – Divulgações - Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros – Revisões da IFRS 7 - estas revisões exigem que uma entidade divulgue informações sobre os direitos à compensação e acordos relacionados (por exemplo, acordos de garantia). As divulgações fornecem informações úteis aos usuários para avaliar o efeito de acordos de compensação sobre a posição financeira de uma entidade. As novas divulgações são necessárias para todos os instrumentos financeiros reconhecidos que são compensados de acordo com a IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação. As divulgações também se aplicam a instrumentos financeiros reconhecidos que estão sujeitos a um contrato principal de compensação ou acordo semelhante, independentemente de serem ou não compensados de acordo com a IAS 32. A revisão entrará em vigor para os períodos anuais em ou após 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 9 Instrumentos Financeiros: Classificação e Mensuração - a norma IFRS 9, conforme emitida, reflete a primeira fase dos trabalhos do IASB referentes à substituição da norma IAS 39 e aplica-se à classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros, tal como definido na IAS 39. A norma inicialmente vigorou para períodos anuais iniciados a partir de 1º de Janeiro de 2013, contudo, a norma *Alterações à IFRS9 - Data Efetiva da IFRS 9 e Divulgações para Transição*, emitida em dezembro de 2011, alterou a data efetiva obrigatória para 1º de Janeiro de 2015. Em fases posteriores, o IASB abordará a contabilidade de instrumentos de hedge e a redução ao valor recuperável de ativos financeiros. A adoção da primeira fase da IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração de ativos financeiros da Companhia, mas não causará impacto na classificação e mensuração de passivos financeiros. A Companhia quantificará o efeito em conjunto com as outras fases, quando for emitida a norma final, compreendendo todas as fases.

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

- IFRS 11 *Empreendimentos Conjuntos* O IFRS 11 substitui o IAS 31, *Interesses em Empreendimentos Conjuntos* e a SIC-13, *Entidades Controladas em Conjunto - Contribuições Não Monetárias por Empreendedores* - o IFRS 11 elimina a opção de contabilização de entidades controladas em conjunto (ECC) com base na consolidação proporcional. Em vez disso, as ECC que se enquadrarem na definição de empreendimento conjunto (*joint venture*) deverão ser contabilizadas com base no método da equivalência patrimonial.

A aplicação desta nova norma terá impacto sobre a posição patrimonial e financeira do Grupo, eliminando a consolidação proporcional da joint venture na Equatorial (ver nota 14). Com a aplicação da nova norma, o investimento na Geramar S.A será contabilizado com base no método de equivalência patrimonial. Esta norma entre em vigor para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2013, e deverá ser aplicada retrospectivamente empreendimentos mantidos na data da aplicação inicial.

Estima-se que o impacto da IFRS 11 no período corrente (que corresponderá ao período comparativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013), considerando-se determinados itens, seja uma redução no lucro operacional no montante de R\$21.536, uma vez que a receita proveniente de empreendimentos conjuntos será apresentada separadamente do lucro operacional subsequente. O ativo circulante e o passivo circulante serão reduzidos em R\$63.645 e R\$62.499, respectivamente, enquanto o impacto no ativo não circulante será de R\$7.270, sendo o passivo não circulante reduzido em R\$94.569.

- IFRS 12 *Divulgação de Participações em Outras Entidades* - a IFRS 12 inclui todas as divulgações anteriormente incluídas na IAS 27 relacionadas às demonstrações financeiras consolidadas, bem como todas as divulgações que foram previamente incluídas na IAS 31 e IAS 28. Estas divulgações são relacionadas às participações de uma entidade em controladas, empreendimentos conjuntos, associadas e entidades estruturadas. Esta norma terá vigência para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 13 *Mensuração do Valor Justo*- a IFRS 13 estabelece uma única fonte de orientação nas IFRS para todas as mensurações do valor justo. A IFRS 13 não muda a determinação de quando uma entidade é obrigada a utilizar o valor justo, mas fornece orientação sobre como mensurar o valor justo de acordo com as IFRS, quando o valor justo é exigido ou permitido. Esta norma terá vigência para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

y. Melhorias Anuais – maio 2012

As melhorias apresentadas abaixo não terão impacto sobre a Companhia:
IFRS 1 *Adoção Inicial das IFRS* - esta melhoria explica que uma entidade que deixou de adotar as IFRS no passado e optou por, ou foi obrigada a adotar as IFRS, poderá re-adotar a IFRS 1. Se a IFRS 1 não for re-adotada, a entidade deverá reapresentar retrospectivamente suas demonstrações financeiras como se nunca tivesse deixado de adotar as IFRS.

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

- IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras - esta melhoria esclarece a diferença entre a informação comparativa adicional voluntária e a informação comparativa mínima necessária. Geralmente, a informação comparativa mínima necessária refere-se ao período anterior.
- IAS 16 Imobilizado - esta melhoria explica que as principais peças de reposição e equipamentos de prestação de serviços que satisfazem a definição de imobilizado não fazem parte dos estoques.
- IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação - esta melhoria esclarece que os impostos de renda decorrentes de distribuições a acionistas são contabilizados em conformidade com a IAS 12 Impostos de Renda.
- IAS 34 Demonstrações Financeiras Intermediárias - a revisão apresenta um alinhamento das exigências de divulgação para ativos totais do segmento com os passivos totais do segmento nas demonstrações financeiras intermediárias. Este esclarecimento também garante que as divulgações intermediárias estejam alinhadas com as divulgações anuais.

Estas melhorias terão vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

4 Aquisições em 2012

Aquisição da Centrais Elétricas do Pará S.A. "CELPA"

A Companhia anunciou em 25 de setembro de 2012 através de fato relevante, a assinatura do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças de Centrais Elétricas do Pará S.A. – Em Recuperação Judicial (CELPA) ("CELPA" e "Contrato de Compra e Venda").

Por meio do Contrato de Compra e Venda, uma vez verificadas determinadas condições precedentes, a Companhia obrigou-se a adquirir, pelo valor total de R\$ 1,00 (um real), 39.179.397 (trinta e nove milhões, cento e setenta e nove mil, trezentas e noventa e sete) ações de emissão da CELPA, sendo 38.717.480 (trinta e oito milhões, setecentas e dezessete mil, quatrocentas e oitenta) ações ordinárias e 461.917 (quatrocentas e sessenta e um mil, novecentas e dezessete) ações preferenciais, totalizando uma participação de 65,18% (sessenta e cinco inteiros e dezoito centésimos por cento) do capital votante e 61,37% (sessenta e um inteiros e trinta e sete centésimos por cento) do capital social total da CELPA ("Ações"). A consumação da operação esteve sujeita a certas condições precedentes previstas no Contrato de Compra e Venda, incluindo, entre outras, a aprovação pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e pelo Conselho Administrativo de Defesa da Concorrência - CADE.

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

No dia 1º de novembro de 2012, conforme Fato Relevante publicado nesta mesma data, a Companhia concluiu, após aprovação pela ANEEL e pelo CADE, a aquisição da CELPA. Tendo em vista a imaterialidade do preço de aquisição, em linha com precedentes da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, a Equatorial solicitou à CVM em 28 de novembro de 2012 dispensa da obrigação da realização de Oferta Pública de Aquisição de Ações e manterá o mercado informado a este respeito.

A companhia adquirida é uma concessionária de distribuição de energia elétrica e uma sociedade por ações de capital aberto com uma área de concessão que abrange todo o Estado do Pará, beneficiando aproximadamente 7,7 milhões de habitantes em 143 municípios, distribuídos em uma área de 1.247.690 km².

Esta aquisição está em linha com a estratégia da Equatorial Energia de investimento no setor elétrico. A Companhia tem expertise em processos de reestruturação financeira e operacional e a CELPA estava em recuperação judicial e tinha indicadores operacionais deficientes, portanto, a aquisição foi realizada com o objetivo de gerar valor agregado tanto a Companhia quanto para a CELPA.

O processo de recuperação judicial da CELPA foi aprovado em 01 de setembro de 2012 por meio de assembléia geral de credores. Os termos do plano de recuperação contemplam, entre outros aspectos, um aporte de novos recursos na Companhia no montante de R\$ 700.000, podendo ser realizado pela Companhia adquirente ou por terceiros, acionistas ou não da CELPA. Esse aporte pode ser feito mediante aumento de capital, adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC), através de um instrumento de dívida subordinada na hipótese de falência ou combinação de duas ou mais destas formas. Do referido montante, R\$ 350.983 já foram aportados pela Equatorial Energia, por meio de adiantamento para futuro aumento de capital sendo R\$ 350.000 em 14 de dezembro de 2012 e R\$ 983 em 31 de dezembro de 2012.

No exercício de 2012, a CELPA teve receita operacional líquida de R\$430.602 e resultado negativo de R\$159.956. Caso a CELPA tivesse sido consolidada a partir de 01 de janeiro de 2012, o a receita líquida total de R\$ 2.349.951 e um prejuízo de (R\$ 696.863) teria sido adicionado na demonstração do resultado da Equatorial Energia.

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

O valor justo dos ativos e passivos identificáveis da CELPA, na data da aquisição é apresentado a seguir:

	Acervo líquido adquirido ao valor justo
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	44.811
Investimentos de curto prazo	99.811
Contas a receber de clientes	529.927
Impostos e contribuições a recuperar	81.956
Impostos sobre o lucro a recuperar	55.241
Estoques	8.900
Serviços pedidos	38.661
Aquisição de combustível - conta CCC	112.052
Outros créditos a receber	122.092
Depósitos judiciais	20.387
Ativo financeiro da concessão	516.009
Sub-rogação da CCC	198.484
Investimentos	7.533
Intangível (a)	2.421.558
Total de ativos	4.257.422

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Passivo

Fornecedores	325.732
Folha de pagamento e provisão de férias	26.877
Empréstimos e financiamentos (b)	1.149.955
Taxas regulamentares a pagar	110.885
Impostos e contribuições a recolher	824.473
Dividendos e JCP	30.043
Taxa de iluminação pública	17.684
Pesquisa e desenvolvimento e eficiencia energética	89.876
Participação nos lucros de empregados	116
Coligadas e controladas ou controladoras	286.230
Outras contas a pagar (d)	675.640
Indenizações trabalhistas	98.331
Imposto de renda e contribuição social diferidos (e)	37.621
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas (c)	569.624
Plano de aposentadoria e pensão	14.335
Total do passivo	4.257.422

Total líquido de ativos identificáveis

-

- a) Registro de redução do ativo intangível no montante de (R\$ 317.081) apurada por meio de avaliação da Companhia.

Também para a referida conta a Companhia identificou um ativo intangível relacionado aos contratos de concessão no montante de R\$ 336.305, apurado de acordo com a metodologia de MEEM - Multi-period excess earnings method.

- b) Na data de aquisição, a controlada CELPA possuía um passivo no montante de R\$ 520.267 registrado na conta de empréstimos e financiamentos que foi renegociado no contexto de recuperação judicial. O valor de mercado deste saldo representa R\$91,267.
- c) O valor justo dos passivos contingentes cíveis, fiscais e trabalhistas foi determinado com base na avaliação de assessores jurídicos, os quais também consideraram nesta avaliação as causas com probabilidade de perda possível, resultando em um ajuste no montante de R\$ 343.161.

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

- d) A apuração do valor justo para esta conta se deu em decorrência da existência de um saldo a ser restituído pela Companhia referente ao programa Luz para Todos do Governo Federal. O ajuste no montante de R\$ 60.000 se deu por meio de estimativa elaborada pela Companhia.
- e) Para todos os ajustes apresentados acima foram considerados o cálculo de imposto de renda diferido (ativo e passivo) totalizando montante de R\$6.872.

Custos de aquisição

Custos relacionados à aquisição de R\$ 3.666 foram reconhecidos na demonstração do resultado como despesas administrativas e referem-se principalmente a despesas com assessores jurídicos, consultores e auditores.

5 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativo e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

Estimativas e Premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa, incluindo análise de sensibilidade.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Benefícios de Aposentadoria

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base. A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas, veja Nota nº35.

Amortização do intangível de concessão

Os ativos intangíveis são amortizados de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois o menor. Conforme descrito na nota 3m.

Ativo financeiro de concessão

O critério de apuração e atualização do ativo financeiro de concessão está descrito na nota 3l.

Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade.

Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda incluía avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

O critério referente a análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa estão descritas na nota 7(a).

6 Caixa e equivalentes de caixa

6.1 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Caixa e bancos	21	5	68.668	25.336
Equivalentes de caixa	2	36	66.478	217.319
Total	23	41	135.146	242.655

Equivalentes de caixa correspondem às operações realizadas junto às instituições financeiras que operam no mercado financeiro nacional e possuem baixo risco de crédito, são remuneradas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) a percentuais que variam de 102,5% a 105,0% (de 102,5% a 105% em 31 de dezembro de 2011) e estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia e suas controladas, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata. Estas operações têm vencimentos inferiores a 3 meses da data de contratação e com compromisso de recompra pelo emissor.

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

6.2. Investimentos de curto prazo:

Modalidade	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Fundos de investimentos (a)	709.636	9.373	1.484.900	200.889
Aplicação em garantia (b)	95.251	-	95.251	-
Outros	-	-	11.948	4.856
Total	804.887	9.373	1.592.099	205.745

- (a) Os fundos de investimentos representam operações de baixo risco com instituições financeiras de primeira linha lastreados em Títulos Públicos Federais, de acordo com a política de investimento da Companhia e suas Controladas, classificados como mantidos para negociação.
- (b) Refere-se à aplicação financeira do tipo CDB da operação contratada a preço e condições de mercado e que está vinculado como contraparte de garantia oferecida no Swap entre o BTG Pactual e a Equatorial Energia. O CDB tem liquidez diária, recompra garantida, com variação da taxa de juros com base no percentual do CDI, valorização diária e com registro na CETIP. Esta aplicação está classificada como mantida até o vencimento.

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

7 Contas a receber de clientes (Consolidado)

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Circulante		
Fornecimento faturado	924.957	273.471
Fornecimento não faturado	184.800	60.762
Parcelamento de débitos	312.823	134.094
Parcelamento de débitos - Ajuste a Valor Presente (c)	(276)	-
	1.422.304	468.327
Baixa renda (a)	61.328	14.072
Viva a luz (b)	4.479	1.753
Comercialização no âmbito do CCEE	8.206	4.078
PERCEE	128	126
Participação financeira	1.411	-
Concessionárias	730	388
Encargos do consumidor	215	-
Redução de Uso Sistema de Distribuição	3.658	-
Serviços prestados	5.119	9.311
Outras	116.142	20.329
	201.416	50.057
Total	1.623.720	518.384
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(472.466)	(45.757)
Total circulante	1.151.254	472.627
Não circulante		
Comercialização no âmbito do CCEE	12.368	8.010
Parcelamento de débitos	80.609	67.036
Parcelamento de débitos - Ajuste a Valor Presente (c)	(4.346)	(3.648)
Outros	2.921	2.220
Total	91.552	73.618
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.186)	(3.638)
	(2.186)	(3.638)
Total não circulante	89.366	69.980

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

- (a) Por meio da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, foram unificados os critérios para concessão da tarifa social de energia elétrica (TSEE) em todo o Brasil, o que garante um desconto nas tarifas de energia elétrica para as famílias de baixa-renda. A mesma Lei, em seu artigo 13, criou mecanismo para compensar a perda de receita das distribuidoras gerada pelo desconto, por meio de uso de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, na forma de subvenção econômica.

Os procedimentos para a homologação da subvenção econômica para os consumidores integrantes da subclasse residencial de baixa renda foram estabelecidos pela Resolução Normativa nº 089, de 25 de outubro de 2004, e suas alterações. A controlada CEMAR apura, mensalmente, os valores de subvenção a serem recebidos, conforme o rito estabelecido por essa Resolução.

Em 2010, os critérios de concessão da tarifa social foram aprimorados por meio da Lei nº 12.212, regulamentada pela ANEEL através da REN 414/2010. Ainda em 13 de outubro de 2011, foi publicado o Decreto nº 7.583, que estabeleceu a concessão da CDE para os novos critérios da TSEE estabelecidos na nova lei.

- (b) Lançado em novembro de 2009 o programa Viva Luz, criado pelo governo do Estado do Maranhão, tem como objetivo beneficiar os consumidores residenciais pertencentes à subclasse residencial baixa renda, que apresentem consumo mensal de até 50 kWh, através da isenção do pagamento de suas contas de luz, via repasse do governo à controlada CEMAR.
- (c) A Companhia e suas controladas registraram em 31 de dezembro de 2012, R\$4.346 a título de Ajuste a Valor Presente (AVP) sobre parcelamentos (R\$3.648 em 31 de dezembro de 2011), sendo R\$698 a crédito do resultado financeiro utilizando as taxas de juros que refletem a natureza desses ativos no que tange o prazo, risco, moeda, condição de recebimento pré-fixada ou pós-fixada.

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (CEMAR e CELPA)

	31/12/2011	Aquisição CELPA	Provisões Adições	Reversões (Baixas)	31/12/2012
Fornecimento faturado					
Residencial	11.210	200.064	28.209	(13.555)	225.928
Industrial	2.287	37.721	3.905	(3.468)	40.445
Comercial, serviços e outras	2.304	59.340	3.503	(865)	64.282
Rural	500	18.465	1.140	(409)	19.696
	16.301	315.590	36.757	(18.297)	350.351
Poder público	178	2.584	9.953	(4.165)	8.550
Iluminação pública	367	272	192	(441)	390
Serviço público	208	1.804	549	(393)	2.168
	753	4.660	10.694	(4.999)	11.108
Parcelamento	22.825	77.555	3.445	(1.364)	102.461
Outros	6.571	-	5.573	(4.323)	7.821
	29.396	77.555	9.018	(5.687)	110.282
Subtotal - Consumidores	46.450	397.805	56.469	(28.983)	471.741
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE	197	-	-	-	197
Cheques em cobrança	2.220	-	-	(34)	2.186
Serviços prestados a terceiros	528	-	-	-	528
	2.945	-	-	(34)	2.911
Total	49.395	397.805	56.469	(29.017)	474.652
Ativo circulante	45.757	397.805	56.469	(27.565)	472.466
Ativo não circulante	3.638	-	-	(1.452)	2.186

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) está de acordo com os critérios definidos segundo a melhor estimativa da Administração e considerando a Instrução Geral 6.3.2 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, a seguir, resumidos:

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Cientes com débitos relevantes

Análise individual do saldo a receber dos consumidores por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos, aplicamos a regra abaixo:

- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias; e
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos e outros - vencidos há mais 360 dias.

Os saldos vencidos e a vencer relativos ao fornecimento faturado de energia elétrica estão distribuídos da seguinte forma:

	Consolidado 31/12/2012			
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	128.770	148.844	201.249	478.863
Industrial	51.855	21.543	48.441	121.839
Comercial	80.065	44.193	59.173	183.431
Rural	8.496	9.774	25.651	43.921
Poder público	15.703	29.460	9.388	54.551
Iluminação pública	10.437	3.098	999	14.534
Serviço público	9.356	12.419	6.043	27.818
Fornecimento faturado e parcelamentos (CP e LP)	304.682	269.331	350.944	924.957
31/12/2011				
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	64.493	67.753	14.153	146.399
Industrial	11.940	3.756	5.592	21.288
Comercial	32.505	13.669	4.652	50.826
Rural	4.402	2.959	2.524	9.885
Poder público	9.781	8.042	2.946	20.769
Iluminação pública	6.155	1.045	791	7.991
Serviço público	7.883	5.387	3.043	16.313
Fornecimento faturado e parcelamentos (CP e LP)	137.159	102.611	33.701	273.471

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

8 Impostos a recuperar

Os saldos de curto e longo prazo em decorrência das retenções ou antecipações legais estão demonstrados a seguir:

8.1 Impostos e contribuições a recuperar

Circulante	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
PIS/COFINS (2)	5.107	176
ICMS (1)	67.274	36.609
Encargos Sociais e Outros	5.889	796
Outros	681	1.013
	78.951	38.594
Não Circulante		
ICMS (1)	82.621	39.739
COFINS (2)	17.103	-
Outros	5.167	582
	104.891	40.321

- (1) As controladas CEMAR e CELPA possuem créditos de ICMS baseados na Lei Complementar nº 102, de 11 de julho de 2000, segundo a qual vem registrando ICMS a recuperar CIAP decorrente das aquisições de bens classificados no ativo intangível em atendimento ao ICPC 01 – Contratos de concessão.
- (2) A controlada CELPA possui crédito tributário originário do pedido de revisão do REFIS pendente de decisão administrativa referente a depósitos judiciais relativos ao período de setembro/1998 a janeiro/1999, não convertidos em renda na consolidação do REFIS liquidado em setembro/2006.

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

8.2 Impostos sobre o lucro

Circulante	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
IRRF s/ aplicação financeira	-	-	6.400	10.732
Antecipação de IRPJ / CSLL	-	-	1.063	-
IRPJ/CSLL a Restituir	3.129	840	14.372	5.288
IRRF	201	3.407	5.416	14.214
	3.330	4.247	27.251	30.234
Não Circulante				
IRPJ e CSLL restituir (1)	6.490	7.169	50.113	7.169
IR s/ aplicação financeira	2.284	2284	2.284	2284
	8.774	9.453	52.397	9.453

- (1) A controlada CELPA possui saldos negativos de imposto de renda e contribuição social apurados no Ano Calendário de 2011 e Anos-Calendários anteriores, decorrentes de estimativas pagas à maior e parceladas, que serão utilizados para compensação de tributos administrados pela Receita Federal do Brasil - RFB e à medida que forem sendo pagas as prestações do parcelamento da Lei nº 11.941/2009, e desde que o montante já pago exceda o valor do imposto ou da contribuição, determinados com base no resultado apurado nos respectivos períodos.

9 Impostos de renda e contribuição social diferidos

As controladas reconheceram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias e imposto de renda sobre prejuízos fiscais considerando as suas projeções de lucro tributável.

Os créditos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais não possuem prazo de prescrição e os seus efeitos financeiros ocorrerão no momento da sua realização. O imposto de renda é calculado à alíquota de 25%, considerando o adicional de 10% e a contribuição social foi constituída à alíquota de 9%.

Desta forma, os referidos créditos fiscais estão contabilizados no ativo não circulante, considerando a expectativa de sua realização, sendo observado o limite de 30% para compensação anual com lucros tributáveis.

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

a. Composição dos créditos de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Ativo não circulante	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
IRPJ prejuízos fiscais (*)	-	-	171.496	171.496
IRPJ e CSLL diferenças temporárias (**)	-	-	(159.833)	(95.585)
Total não circulante	-	-	11.663	75.911

Passivo não circulante	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
IRPJ e CSLL diferenças temporárias (**)	(50)	(50)	129.242	-
IRPJ e CSLL sobre reserva de reavaliação	-	-	(145.232)	-
IRPJ e CSLL CELPA	-	-	(6.838)	-
Aquisição CELPA	-	-	-	-
	(50)	(50)	(22.828)	-

(*) Os créditos de prejuízos fiscais são provenientes da controlada CEMAR.

(**) As diferenças temporárias são decorrentes de provisões para contingências, provisões para crédito de liquidação duvidosa, depreciação acelerada, pesquisa e efficientização energética entre outros.

A composição do IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias é apresentada a seguir:

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Contingências	-	-	81.899	17.588
PCLD	-	-	119.548	19.656
Tributos Com Exigibilidade Suspensa	-	-	51.531	43.021
Ativos/Passivos Regulatórios	-	-	18.273	4.724
Ajustes Rtt (Lei 11.638/2008)	-	-	(66.148)	(3.993)
Depreciação Acelerada	-	-	(236.558)	(187.952)
Outras despesas não dedutíveis	(50)	-	864	11.371
Total	(50)	-	(30.591)	(95.585)
Ativo não circulante	-	-	(159.833)	(95.585)
Passivo não circulante	(50)	-	129.242	-
Total	(50)	-	(30.591)	(95.585)

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Abaixo segue a movimentação das diferenças temporárias:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Ativo não circulante		
IRPJ e CSLL diferidos em 31/12/2011	-	75.911
Adições temporárias controlada CEMAR	-	171.575
Exclusões temporárias controlada CEMAR	-	(235.823)
IRPJ e CSLL diferidos em 31/12/2012	<u>-</u>	<u>11.663</u>

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Passivo não circulante		
IRPJ e CSLL diferidos em 31/12/2011	-	-
Adições temporárias controlada CELPA	(50)	247.558
Exclusões temporárias controlada CELPA	-	(118.316)
IRPJ e CSLL sobre reserva de reavaliação CELPA	-	(145.232)
IRPJ e CSLL CELPA Aquisição CELPA	-	(6.838)
IRPJ e CSLL diferidos em 31/12/2012	<u>(50)</u>	<u>(22.828)</u>

b. Expectativa de recuperação

Com base nos estudos técnicos de viabilidade, a Administração da controlada estima que a realização dos créditos fiscais possa ser feita até 2020, conforme demonstrado abaixo:

Expectativa de Realização	2012	2013	2014	2015	2016	2017 a 2020	Total
Impostos Diferidos	13.637	13.884	18.827	18.992	25.245	80.911	171.496

No período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2012, a controlada CEMAR não realizou imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, pois tem optado pela realização dos benefícios de depreciação acelerada até 2013, incentivo tecnológico e

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

benefício SUDENE até 2021.

O estudo técnico de viabilidade, que inclui a recuperação dos impostos diferidos, e é revisado anualmente, foi elaborado pela Controlada CEMAR, examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelo Conselho de Administração daquela controlada em 28 de março de 2013.

c. Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social:

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais sobre o resultado da controladora e do consolidado, da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre o Lucro (CSLL) debitada em resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é demonstrada como segue:

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Lucro antes do IR e CS (LAIR)	140.782	160.018	328.954	304.003
Alíquota combinada de imposto de renda e CS	34%	34%	34%	34%
IR e CS às alíquotas pela legislação vigente	47.867	54.406	111.844	103.361
Adições:				
Provisão para contingências	-	-	71.759	61.885
Provisão para crédito de liquidação	-	-	30.120	18.418
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência Energética	-	-	2.328	12.784
Ativos e passivos regulatórios	-	-	-	2.541
Ajustes RTT	-	1.957	1.671	2.330
Tributos com exigibilidade suspensa (depósitos judiciais)	-	-	51.675	43.021
Outras despesas não dedutíveis	-	22	21.961	5.614
	-	1.979	179.514	146.593
Exclusões:			-	
Reversões de provisões, reposicionamento tarifário diferido e ativos Regulatório	-	-	(129.734)	(154.713)
Depreciação Acelerada	-	-	(48.606)	(19.559)
Ajuste RTT	-	-	-	-
Efeito de IR/CSLL s/ Equivalência Patrimonial	(59.138)	(56.363)	-	-
	(59.138)	(56.363)	(178.340)	(174.272)
IRPJ e CSLL	-	22	113.018	75.682
Incentivo PAT	-	-	(1.201)	(725)
Despesa IRPJ anos anteriores	(213)	-	(213)	-
Imposto de renda e CS no resultado	(213)	22	111.604	74.957
Alíquota efetiva com Ativo Fiscal Diferido	0,15%	-0,01%	-34,62%	-19,02%
Ativo Fiscal Diferido	-	-	68.254	30.855
(+) IRPJ Subvenção Governamental	-	-	(65.974)	(47.978)
Total	(213)	22	113.884	57.834

(a) Em 14 de maio de 2007, a Agência para o Desenvolvimento do Nordeste - ADENE, atual Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, que pertence ao Ministério de Integração Nacional, emitiu o Laudo Constitutivo nº 0061/2007, que outorga à CEMAR ampliação do percentual de redução do imposto de renda de 25% para 75% sob a justificativa de modernização total das suas instalações elétricas, com prazo de vigência de 2007 até o ano de 2016. Em 28 de março de 2012 foi emitido novo Laudo Constitutivo nº 0037/2012, que outorga à CEMAR ampliação do percentual de redução do imposto de renda de 75% sob a justificativa de modernização total das suas instalações elétricas, com prazo de vigência de 2012 até o ano de 2021.

A CVM através da deliberação nº 555 aprovou o pronunciamento técnico CPC 07, que trata de subvenções e assistências governamentais, determinando o reconhecimento contábil das subvenções concedidas em forma de redução ou isenção tributária como receita, reduzindo a linha correspondente do imposto.

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

10 Aquisição de consumo de combustível

A controlada CELPA detém em 31 de dezembro de 2012 crédito junto à CCC no montante de R\$153.394.

A Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) foi criada pelo Decreto nº 73.102, de 7 de novembro de 1973, com a finalidade aglutinar o rateio dos custos relacionados ao consumo de combustíveis para a geração de energia termoeletrica nos Sistemas Isolados, especialmente na Região Norte do país

O objetivo da Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, é reembolsar os custos de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados, incluindo os custos relativos à contratação de energia e de potência associada à geração própria para atendimento ao serviço público de distribuição de energia elétrica, aos encargos do setor elétrico e impostos e, ainda, aos investimentos realizados, que deverá ocorrer através da Conta de Consumo de Combustíveis Isolados - CCC.

11 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, assim como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, relativas a operações com partes relacionadas decorrem de transações da Controladora com suas controladas, acionistas e suas partes relacionadas, profissionais-chaves da Administração (presidente e diretores) e outras partes relacionadas, conforme Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 05 –Divulgações sobre Partes Relacionadas. Controladora

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Empresas	Ref.	Natureza da operação	31/12/2012			31/12/2011		
			Ativo	Passivo	Resultado / Despesa	Ativo	Passivo	Resultado / Despesa
ELETROBRÁS	(a)	Empréstimos	-	545.093	39.942	-	468.853	25.167
		Dividendos	-	25.476	-	-	31.394	-
FASCEMAR	(b)	Contrato de Dívida	-	16.338	2.191	-	20.956	2.922
		Contrato de Compartilhamento Previdência Privada	5	-	-	-	-	-
			-	-	2.261	-	-	1.983
CEMAR	(c)	Contrato de compartilhamento	-	134	-	-	39	-
		Dividendos	49.549	-	-	30.463	-	-
GERAMAR	(d)	Compra de energia elétrica	-	430	1.537	-	-	818
		Dividendos	7.208	-	-	2.043	-	-
CELPA	(e)	Contrato de mútuo	303.228	-	-	-	-	-
		Operações swap	248	-	248	-	-	-
EQUATORIAL SOLUÇÕES	(f)	Contrato de compartilhamento	-	196	-	-	702	-
		Dividendos	690	-	-	407	-	-

Consolidado

Empresas	Ref.	Natureza da operação	31/12/2012			31/12/2011		
			Ativo	Passivo	Resultado / Despesa	Ativo	Passivo	Resultado / Despesa
ELETROBRÁS	(a)	Empréstimos	-	545.093	39.942	-	468.853	25.167
		Dividendos	-	25.476	-	-	31.394	-
FASCEMAR	(b)	Contrato de Dívida	-	16.338	2.191	-	20.956	2.922
		Contrato de Compartilhamento Previdência Privada	5	-	-	-	-	-
			-	-	2.261	-	-	1.983
GERAMAR	(d)	Compra de energia elétrica	-	430	1.537	-	-	818
		Dividendos	7.208	-	-	2.043	-	-
EQUATORIAL SOLUÇÕES	(f)	Contrato de compartilhamento	-	196	-	-	702	-
		Dividendos	690	-	-	407	-	-

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

- (a)** Eletrobras – Companhia de capital aberto que tem como objeto social realizar estudos, projetos, construção e operação de usinas geradoras, de linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica. A Eletrobras é acionista da controlada CEMAR. Os valores com a ELETROBRAS são referentes aos dividendos a pagar e a contratos de empréstimos com a controlada CEMAR. Os contratos de empréstimos com a ELETROBRAS são provenientes de linhas de financiamento específicas para o Setor Elétrico e suas condições são igualmente praticadas com outras distribuidoras de energia elétrica do Brasil, nota explicativa nº20.
- (b)** FASCEMAR – Fundação de Previdência Complementar que tem por finalidade, na qualidade de entidade fechada de previdência complementar, a administração e execução dos Planos de Benefícios de natureza previdenciária. Os valores são provenientes das contribuições da patrocinadora controlada CEMAR com sua Fundação de Previdência Complementar.
- (c)** Companhia Energética do Maranhão - CEMAR (“Companhia”), empresa de economia privada de capital aberto, é a concessionária do serviço público de distribuição de energia elétrica, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica. Os valores entre a controlada CEMAR e a Companhia são provenientes do contrato de compartilhamento de recursos humanos, administrativos e rateio proporcional das respectivas despesas incorridas, com prazo de duração indeterminado; e de dividendos a receber.
- (d)** GERAMAR – Sociedade responsável pela implantação e operação das usinas termoeletricas de Tocantinópolis e de Nova Olinda, no município de Miranda do Norte, no Estado do Maranhão. Os valores com Geradora de Energia do Norte S.A. (“GERAMAR”) são provenientes do contrato de compra de energia elétrica CCEAR Nº 5555/2007 - 29413N - 29414N com vigência até 2024 com a controlada CEMAR, que é pactuado em condições normais de mercado.
- (e)** Sociedade por ações de capital aberto, brasileira, com sede na cidade de Belém, no Estado do Pará, que atua na distribuição e geração de energia elétrica na área de sua concessão legal que abrange todo o Estado do Pará com 1.248 mil km², atendendo 1,9 milhão de consumidores em 143 municípios. O contrato de concessão de distribuição de energia elétrica nº 182/1998, celebrado entre a ANEEL e a CELPA em 28/7/1998, possui vigência de 30 anos, podendo ser renovado por igual período. Os valores com a CELPA são provenientes da aquisição direta ou indireta e negociação dos créditos constantes na recuperação judicial desta controlada, devidos aos seguintes credores: BNDES, Banco Bradesco, Banco Itaú BBA / Unibanco, BIC Banco, Banco Merrill Lynch e Banco Société Générale.
- (f)** Equatorial Soluções – Sociedade anônima de capital fechado que tem como atividade principal a prestação de serviços em negócios de energia elétrica, telecomunicações e transmissão de dados. Os valores com a Equatorial Soluções são provenientes do contrato de compartilhamento de recursos humanos, administrativos e rateio proporcional das respectivas despesas incorridas com a controlada CEMAR, com prazo de duração indeterminado.

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Remuneração dos Administradores

A remuneração anual global dos membros do Conselho de Administração e Diretoria da Companhia foi fixada em R\$7.000, conforme Assembleia Geral Ordinária realizada em 19 de março de 2012.

Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao exercício de 2012:

Conselho de Administração

Remuneração fixa: 23%

Diretoria

Remuneração fixa: 22%

Remuneração variável: 55%

Remuneração do Conselho de Administração e Diretoria paga pela Companhia no exercício:

2012	EQUATORIAL		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Números de membros	7	4	11
Remuneração Fixa Anual	1.155	1.147	2.302
Salário ou Pró-labore	1.155	1.100	2.255
Benefícios diretos e indiretos	-	47	47
Remuneração variável	-	2.587	2.587
Bônus	-	2.587	2.587
Remuneração baseada em ações	16	214	230
Valor total da remuneração por órgão	1.171	3.948	5.119

Garantias

A Companhia presta garantia como avalista ou fiadora das controladas CEMAR e CELPA, sem ônus, nos contratos de financiamentos abaixo listados:

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

CEMAR:

INSTITUIÇÃO	VALOR DO FINANCIAMENTO	% AVAL	INÍCIO	TÉRMINO	VALOR LIBERADO	31/12/2012
3ª Emissão Pública de Debêntures	267.300	100	1/3/2007	1/3/2013	267.300	164.141
Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME PSI (Simplificado)	776	100	25/3/2010	15/10/2019	776	665
Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME PSI (Convencional)	24.811	100	17/8/2010	15/4/2020	17.262	15.976
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (10/473589-0)	79.663	100	11/3/2008	15/7/2013	79.751	11.773
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (10.2.1736.1)	100.000	100	22/12/2010	15/12/2013	100.000	55.637
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (11.2.0841.1)	193.023	100	11/11/2011	15/11/2021	175.237	152.404
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (12.2.1211.1)	516.488	100	13/12/2012	15/12/2022	149.000	149.108
Banco do Nordeste do Brasil - BNB	136.076	100	23/11/2005	28/2/2017	136.076	60.952
Banco do Nordeste do Brasil - BNB (193.2008.2808.3018)	144.939	100	5/2/2009	5/2/2021	144.939	147.104
Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP	2.637	100	13/6/2006	30/6/2013	2.637	283
Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP	11.519	100	7/11/2011	15/3/2020	7.956	7.970
International Finance Corporation - IFC *	135.056	50	1/2/2008	15/1/2016	135.056	75.424
Banco Itaú BBA (Capital de Giro CCB 101112110006100)	50.000	100	21/11/2012	19/2/2013	50.000	50.435
Banco BTG (1ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais)	150.000	100	29/11/2012	24/11/2013	150.000	151.062
Banco Itaú BBA (1ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais)	100.000	100	29/11/2012	24/11/2013	100.000	100.708
Total	1.912.288				1.515.990	1.143.642

CELPA:

INSTITUIÇÃO	VALOR DO FINANCIAMENTO	% DO AVAL	INÍCIO	TÉRMINO	VALOR LIBERADO	31/12/2012
Banco Itaú BBA (Capital de Giro CCB 101112110006100)	50.000	100	21/11/2012	19/02/2013	50.000	50.435
Banco BTG (1ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais)	150.000	100	29/11/2012	24/11/2013	150.000	150.708
Banco Itaú BBA (1ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais)	100.000	100	29/11/2012	24/11/2013	100.000	101.062
Total	300.000				300.000	302.205

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

12 Sub-rogação CCC

Em conformidade com as disposições da Resolução ANEEL nº 784, de 24/12/2002, e Resolução Autorizativa - ANEEL nº 1.999, de 7/7/2009, alterada pela Resolução Autorizativa - ANEEL nº 3.405 de 27/03/2012 a controlada CELPA foi enquadrada na sub-rogação dos benefícios do rateio da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC, referente a implantação do projeto elétrico de interligação da Ilha do Marajó ao Sistema Interligado Nacional – SIN, proporcionando a redução do dispêndio da CCC, que contribui para a modicidade das tarifas aos consumidores finais.

O valor do Investimento reconhecido e aprovado pela ANEEL para a sub-rogação é de R\$ 465.197, correspondente a 100% do montante aprovado.

O benefício foi dividido em 2 fases distintas. Na 1ª fase, a CELPA tem um valor aprovado de sub-rogação de R\$ 184.660 e, na 2ª fase, um valor aprovado de R\$ 280.537.

O Despacho ANEEL nº 4.722, de 18/12/2009, para aplicação nas publicações do exercício de 2009 trata nos itens 53 e 54, a respeito da contabilização do subsídio recebido pela concessionária oriundo do fundo da CCC em virtude de obras que visam à desativação de usinas térmicas e consequente redução de óleo diesel no processo de geração de energia em nosso país.

O mencionado despacho determina que todos os valores já recebidos ou aprovados sejam registrados no grupo de contas “223 - Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica”. Dentro desse grupo é feita a segregação dos valores já efetivamente recebidos e dos valores pendentes de recebimento que já foram aprovados pelo órgão regulador.

Do valor sub-rogado, foram aplicados até 31/12/2012, relativos a 1a fase, o valor de R\$ 211.699, sendo que a 2a fase ainda não foi iniciada.

13 Outros créditos

Refere-se a contas receber da controlada CELPA referente a cessão de créditos desta para a controladora, como parte do processo de recuperação judicial. Em 31 de dezembro de 2012 este contas a receber totaliza R\$303.220 e está registrado no ativo não circulante.

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

14 Investimentos

As principais informações sobre os investimentos nas controladas e controladas em conjunto seguem abaixo:

	Controladas		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Avaliados por equivalência patrimonial:				
CEMAR	1.010.272	845.355	-	-
CELPA	230.458	-	-	-
Geradora de Energia do Norte	57.147	55.113	-	-
Vila Velha	2.000	-	2.000	-
Equatorial Soluções	8.625	6.046	-	-
Subtotal	1.308.502	906.514	2.000	-
Outros investimentos	-	-	7.736	272
Total	1.308.502	906.514	9.736	272

a. Informações sobre as companhias Controladas

	CEMAR	CELPA	Equatorial Soluções	Vila Velha
Saldos em 31 de dezembro 2012				
Participação no capital (%)	65,11%	61,37%	100,00%	50,00%
Capital social	618.550	518.932	4.398	-
Patrimônio líquido	1.226.364	482.116	12.941	-
Resultado do exercício	384.947	(159.956)	3.382	-
Saldos em 31 de dezembro 2011				
Participação no capital (%)	65,11%	0,00%	100,00%	50,00%
Capital social	465.531	-	4.398	200
Patrimônio líquido	964.137	-	6.046	-
Resultado do exercício	247.502	-	1.712	-

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

b. Informações sobre a companhia Controlada em conjunto Geradora de Energia do Norte

	31/12/2012	31/12/2011
Participação no capital (%)	25,00%	25,00%
Capital social	139.040	139.040
Patrimônio líquido	184.605	176.852
Resultado do exercício	72.332	44.836
Ativo circulante	254.577	66.885
Ativo não circulante	557.189	556.984
Passivo circulante	249.996	289.393
Passivo não circulante	377.165	157.624
Receita operacional líquida	410.748	153.820
Custo dos serviços	(262.526)	(32.308)
Despesas operacionais	(33.524)	(24.420)
Resultado financeiro líquido	(29.129)	(43.544)
Lucro antes dos impostos sobre os lucros	85.569	53.548
Imposto de renda e contribuição social	(13.237)	(8.328)

c. Movimentação dos investimentos em controladas e controlada em conjunto:

	CEMAR	CELPA	Geramar	Equatorial Soluções	Vila Velha	Total
Saldo em 31 de dezembro 2011	845.355	-	55.113	6.046	-	906.514
Aporte de Capital CELPA	-	350.983	-	-	-	350.983
Dividendos adicionais	(30.462)	-	(6.128)	-	-	(36.590)
Dividendos mínimos	(49.439)	-	(10.018)	(805)	-	(60.262)
Resultado da equivalência patrimonial	250.634	(98.263)	18.180	3.383	-	173.934
Investimento Vila Velha	-	-	-	-	2.000	2.000
Amortização do direito de concessão	(5.816)	-	-	-	-	(5.816)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(22.262)	-	-	-	(22.262)
Saldo em 31 de dezembro 2012	1.010.272	230.458	57.147	8.624	2.000	1.308.502

	CEMAR	CELPA	Geramar	Equatorial Soluções	Vila Velha	Total
Saldo em 31 de dezembro 2010	817.228	-	48.519	740	-	866.487
Dividendos adicionais	(94.168)	-	(2.758)	-	-	(96.926)
Dividendos mínimos	(30.461)	-	(2.043)	(407)	-	(32.911)
Resultado da equivalência patrimonial	161.145	-	11.304	1.713	-	174.162
Investimento Solenergias	-	-	-	4.000	-	4.000
Amortização do direito de concessão	(8.389)	-	-	-	-	(8.389)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	91	-	-	91
Saldo em 31 de dezembro 2011	845.355	-	55.113	6.046	-	906.514

(1) Originam-se nas aquisições da CEMAR em 30 de junho de 2000 e da CELPA em 25 de setembro de 2012. Corresponde ao benefício futuro adquirido com o direito de exploração da concessão, com vida útil definida. Sua amortização é efetuada com base na curva do lucro líquido projetado da concessionária para o prazo remanescente da concessão. A amortização no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$5.816.

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

15 Ativo financeiro da concessão (Consolidado)

Refere-se à parcela dos investimentos realizados pela controlada CEMAR e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 – (R1) Contrato de Concessão e ICPC 17 – Contrato de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão. Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes, veja Nota 29.

A indenização à controlada será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

	31/12/2012			31/12/2011		
	Custo	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor líquido	Custo	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor líquido
Ativo financeiro	1.418.873	(365.928)	1.052.945	220.994	(141.780)	79.214

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável (Concessão) está assim apresentada:

	Aquisição						31/12/2012
	31/12/2011	CELPA	Reclassificação (a)	VNR (b)	Capitalização	Baixas	
Ativo financeiro	220.994	732.139	216.543	68.375	182.220	(1.398)	1.418.873
Obrigações especiais	(141.780)	(216.130)	-	(35.514)	27.496	-	(365.928)
Ativo financeiro	79.214	516.009	216.543	32.861	209.716	(1.398)	1.052.945

A concessão das controladas CEMAR e CELPA não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente.

(a) A Resolução Normativa da ANEEL Nº 474 de 07 de fevereiro de 2012 estabeleceu novas taxas de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2012, determinando alteração na vida útil-econômica dos bens integrantes da infraestrutura de distribuição.

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Com essa resolução, houve um aumento da vida útil dos bens do ativo intangível e uma diminuição da amortização e o consequente aumento da parcela residual da infraestrutura que as controladas CEMAR e CELPA esperam receber como indenização ao final do período da Concessão. Como consequência, houve uma redistribuição da infraestrutura que é classificada no ativo intangível e no ativo financeiro, em decorrência da adoção do IFRIC 12/OCPC 5 – Contratos de Concessão.

A CEMAR e a CELPA realizaram os cálculos para determinar a nova estimativa de valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da Concessão e do montante atribuível ao ativo intangível. Considerando os aspectos econômicos, regulatórios e o melhor entendimento técnico-contábil, essa remensuração da infraestrutura resultou na CEMAR na reclassificação de R\$216.543 da conta de ativo intangível para o ativo financeiro sem alterar os demais procedimentos contábeis decorrentes da adoção do IFRIC 12/OCPC 5 – Contratos de Concessão.

(c) Lei 12.783/2013

Em 11 de setembro de 2012, foi publicada a Medida Provisória 579, que dispõe sobre a prorrogação e licitação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências. Tal medida provisória foi convertida em 11 de janeiro de 2013 na Lei 12.783.

De acordo com este normativo legal, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente. O valor apurado no exercício encerrado em 2012, de acordo com essa metodologia resultou no montante de R\$32.861, registrado no resultado financeiro.

Adicionalmente a Lei extingue a arrecadação da CCC (a Conta de consumo de combustíveis) e RGR (Reserva global de reversão), além de reduzir a arrecadação de CDE (Conta de desenvolvimento energético) em 75%. No intuito de contemplar estas reduções nas tarifas de todas as concessionárias, a ANEEL realizou revisões tarifárias extraordinárias em 24 de janeiro de 2013.

A antecipação das prorrogações das concessões afetadas pela Lei 12.783/13 e a redução dos encargos setoriais não causará impactos diretos no resultado ou contrato de concessão da CEMAR e CELPA, uma vez que estes tem vigência até 2030 e 2028, respectivamente.

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

16 Intangível (Consolidado)

O intangível está constituído da seguinte forma:

		31/12/2012			
	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor líquido
Em serviço	4,31%	6.653.868	(2.497.801)	(1.787.745)	2.368.322
Em curso		1.554.662	-	(313.282)	1.241.380
Contrato de concessão (a)	6,78%	628.115	(83.792)	-	544.323
Total		8.836.645	(2.581.593)	(2.101.027)	4.154.025

- (a) Originam-se nas aquisições da CEMAR em 30 de junho de 2000 e da CELPA em 25 de setembro de 2012. Corresponde ao benefício futuro adquirido com o direito de exploração da concessão, com vida útil definida. Sua amortização é efetuada com base na curva do lucro líquido projetado da concessionária para o prazo remanescente da concessão. A amortização no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$9.616.

		31/12/2011			
	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor líquido
Em serviço	4,00%	3.156.122	(992.582)	(807.132)	1.356.408
Em curso		325.489	-	(109.488)	216.001
Direito de concessão		291.810	(74.176)	-	217.634
Total		3.773.421	(1.066.758)	(916.620)	1.790.043

Equatorial Energia S.A
Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

O valor dos juros capitalizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 é de R\$7.615 (R\$1.184 em 31 de dezembro de 2011).

O ativo intangível é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão das controladas CEMAR e CELPA amortizáveis até agosto de 2030 e julho de 2028, respectivamente, conforme ICPC01.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, a infraestrutura utilizada na distribuição de energia elétrica é vinculada a esses serviços, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL.

A Resolução nº 20 da ANEEL, de 3 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação dos bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo a autorização prévia para desvinculação da infraestrutura inservível à concessão, quando destinada à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na própria concessão.

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

a. Mutação do intangível

	31/12/2011	Aquisição Celpa	Reclassificação	Adições	Baixas	Capitalização	31/12/2012
Em Serviço	3.156.122	3.430.499	(216.543)	2.805	(48.659)	329.644	6.653.868
(-) Amortização	(992.582)	(1.366.866)	-	(167.275)	28.922	-	(2.497.801)
Total em serviço	2.163.540	2.063.633	(216.543)	(164.470)	(19.737)	329.644	4.156.067
Em curso	325.489	1.057.659	-	683.378	-	(511.864)	1.554.662
Total	2.489.029	3.121.292	(216.543)	518.908	(19.737)	(182.220)	5.710.729
Obrigações especiais	(1.008.318)	(1.197.611)	-	(187.562)	775	(27.496)	(2.420.212)
(-) Amortização	91.698	161.572	-	65.915	-	-	319.185
Total em obrigações especiais	(916.620)	(1.036.039)	-	(121.647)	775	(27.496)	(2.101.027)
Direito de concessão	291.810	336.305	-	-	-	-	628.115
(-) Amortização	(74.176)	-	-	(9.616)	-	-	(83.792)
Total em direito de concessão	217.634	336.305	-	(9.616)	-	-	544.323
	1.790.043	2.421.558	(216.543)	387.645	(18.962)	(209.716)	4.154.025

	31/12/2010	Adições	Baixas	Capitalização	31/12/2011
Em Serviço	2.786.749	2.817	(37.447)	404.003	3.156.122
(-) Amortização	(873.506)	(144.003)	24.927	-	(992.582)
Total em serviço	1.913.243	(141.186)	(12.520)	404.003	2.163.540
Em curso	301.884	495.648	-	(472.043)	325.489
Total	2.215.127	354.462	(12.520)	(68.040)	2.489.029
Obrigações especiais	(872.705)	(189.175)	-	53.562	(1.008.318)
(-) Amortização	38.136	53.562	-	-	91.698
Total em obrigações especiais	(834.569)	(135.613)	-	53.562	(916.620)
Direito de concessão	291.810	-	-	-	291.810
(-) Amortização	(65.787)	(8.389)	-	-	(74.176)
Total em direito de concessão	226.023	(8.389)	-	-	217.634
	1.606.581	210.460	(12.520)	(14.478)	1.790.043

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

17 Imobilizado

Os ativos são essencialmente relacionados à Geramar.

A composição dos saldos do imobilizado da Companhia está demonstrada a seguir:

	Taxas anuais de depreciação	2012		2011	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	45	-	45	45
Edificações	3%	13.033	(1.129)	11.904	12.180
Móveis e utensílios	10%	518	(30)	488	342
Máquinas e equipamentos	3%	131.877	(12.798)	119.079	123.748
Equipamentos de informática	20%	122	(17)	105	16
Imobilizado em andamento	-	2.992	-	2.992	1.418
		148.587	(13.974)	134.613	137.749

Provisão para redução ao valor recuperável de ativos

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, a Companhia e suas controladas não identificaram a existência de indicadores de ativos que poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável.

18 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Circulante				
Suprimento de energia e encargos de conexão	-	-	277.169	12.223
Energia livre - ressarcimento às geradoras (b)	-	-	9.566	-
Encargos de uso da rede elétrica controlada (a)	-	-	40.830	18.427
Aquisição de combustível	-	-	68.803	
Outros	1.764	173	63.982	62.145
	1.764	173	460.350	92.795
 Materiais e serviços	-	-	249.580	96.408
	1.764	173	709.930	189.203

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

a. Encargo de uso da rede elétrica

Em 1999, as concessionárias distribuidoras de energia elétrica assinaram com as 15 empresas transmissoras de energia e com o Operador Nacional do Sistema - ONS, órgão criado para conduzir o planejamento e a operação do sistema elétrico brasileiro, os Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST, os quais as obrigam a pagar pelo uso dos ativos de transmissão, devido à interligação de todo o sistema brasileiro de transmissão de energia elétrica.

b. Energia Livre - Ressarcimento às Geradoras

A ANEEL aprovou em reunião de Diretoria, de 15 de dezembro de 2009, a metodologia e os procedimentos para o cálculo dos saldos da Energia Livre e da Perda de Receita de geradores e distribuidores após o encerramento da cobrança da Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE) nas tarifas de fornecimento. Entretanto, a Resolução nº 387, de 15 de dezembro de 2009, publicada em 12 de janeiro de 2010, concluiu o processo de cálculo dos saldos finais de Perda de Receita e de Energia Livre e definiu os valores de ressarcimento entre os agentes, calculados pelas empresas, que serão validados pela Agência

19 Recuperação judicial

A CELPA ajuizou, em 28/2/2012, pedido de Recuperação Judicial, nos termos da Lei nº 11.101/2005 (Lei de Recuperação), que se encontra em trâmite na 13ª Vara Cível da Capital do Estado do Pará. A medida visou também, a proteger o valor dos ativos da CELPA, atender de forma organizada e racional aos interesses da coletividade de seus credores e, principalmente, manter a continuidade de suas atividades.

O Plano de Recuperação Judicial foi elaborado tendo por base as premissas de transferência para a Equatorial Energia S.A., destacando-se:

- 1- aporte mínimo de recursos novos no valor de R\$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de reais);
- 2- a aprovação, pela ANEEL, do Plano de Transição;
- 3- a obtenção de parcelamentos para os tributos atualmente em atraso, bem como para os Encargos Sociais em prazo não inferior a 60 (sessenta) meses; e
- 4- a repactuação de seu endividamento.

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Os credores foram segregados por tipo de crédito, sendo eles:

- 1- Clube de Paris;
- 2- Credores Financeiros em US\$;
- 3- Credores Operacionais;
- 4- Encargos Setoriais;
- 5- Entes Públicos;
- 6- Financeiros com Recebíveis Vinculados;
- 7- Financeiros sem Recebíveis Vinculados;
- 8- Com Garantia Real – Dívida em US\$;
- 9- Com Garantia Real - Dívida em R\$; e
- 10- Intragrupos. Os credores trabalhistas foram tratados de forma exclusiva no plano.

Todos os Créditos Sujeito ao Plano foram novados pelo Plano e serão pagos na forma por ele estabelecida. Mediante referida novação, todas as obrigações, covenants, índices financeiros, hipóteses de vencimento antecipado, bem como outras obrigações e garantias que sejam incompatíveis com as condições do Plano deixaram de ser aplicáveis, exceto em caso de acordos específicos entre o Credor em questão e a CELPA.

Para a elaboração do fluxo de pagamentos previsto no Plano, inclusive os valores e os prazos, foram levados em consideração (i) os valores dos Créditos constantes dos Anexos do Plano e (ii) a capacidade de geração de caixa da CELPA tendo em vista o aporte de recursos previsto no Plano. Dessa forma, a alteração, inclusão ou reclassificação de Créditos, ou qualquer outra discrepância entre os Anexos do Plano e o quadro-geral de credores homologado pelo Juiz da Recuperação, não poderá alterar o fluxo de pagamentos previstos no Plano e o valor total a ser distribuído entre os Credores, aplicando-se, nessas hipóteses, as seguintes previsões:

(a) Na hipótese de novos Créditos, não constantes dos Anexos do Plano, serem reconhecidos por decisão judicial ou acordo entre as partes, tais Créditos serão pagos na forma prevista no Plano, com os recursos originalmente destinados ao pagamento dos Credores Financeiros. Tais Créditos serão pagos a partir da data do seu reconhecimento e seus titulares não terão direito às distribuições que já tiverem sido realizadas em data anterior.

(b) Na hipótese de Créditos constantes dos Anexos do Plano terem seu valor majorado, seja por decisão judicial ou por acordo entre as partes, tais Créditos continuarão a ser pagos na forma prevista no Plano, alterando-se, porém, o percentual de pagamento dos Credores do mesmo grupo para comportar o pagamento do valor adicional. O valor adicional do Crédito majorado será pago a partir da data do seu reconhecimento e o seu titular não terá direito às distribuições que já tiverem sido realizadas em data anterior.

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

(c) Na hipótese da reclassificação de Créditos constantes dos Anexos do Plano, o valor integral necessário para o pagamento de tais Créditos, conforme forma de pagamento aplicável à classe para qual os Créditos tenham sido reclassificados, será realocado da classe original para a nova classe e fará parte do valor total a ser distribuído para a categoria de Credores em que tais Créditos vierem a se enquadrar. Os Credores da classe original continuarão a ser pagos na forma prevista no Plano, ajustando-se seus percentuais de pagamento para refletir o novo valor a ser distribuído e o valor dos Créditos remanescentes após a reclassificação do Crédito. O Credor cujo Crédito tenha sido reclassificado não fará jus às diferenças de pagamentos relativas às distribuições que já tiverem sido realizados em data anterior à sua reclassificação.

(d) Na hipótese de Créditos constantes dos Anexos do Plano serem reconhecidos como Créditos Não Sujeitos ao Plano, os valores de tais Créditos serão subtraídos dos valores a serem distribuídos entre os Credores da respectiva categoria e deixarão de ser considerados para quaisquer efeitos. Os Credores da categoria da qual os Créditos forem considerados como Créditos Não Sujeitos ao Plano continuarão a ser pagos na forma prevista no Plano, ajustando-se seus percentuais de pagamento para refletir o novo valor a ser distribuído e o valor dos Créditos remanescentes após a subtração do Crédito Não Sujeito ao Plano.

De acordo com o plano os credores Trabalhistas serão pagos em uma única parcela, os credores Operacionais e os de Encargos Setoriais em até 60 parcelas, os demais credores tiveram uma repactuação de prazos significativamente mais extensa, o que permitirá à Cia. um folego financeiro para sua recuperação.

O processo de recuperação judicial será encerrado a qualquer tempo após a Homologação Judicial do Plano, a requerimento de CELPA, desde que 1- esse encerramento seja aprovado pela maioria simples dos Créditos presentes na Assembleia de Credores; ou 2- todas as obrigações do Plano que se vencerem até 2 (dois) anos após a Homologação do Plano sejam cumpridas.

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

20 Empréstimos e financiamentos (Consolidado)

	31/12/2012	
	Circulante	Não circulante
	Principal e encargos	Principal e encargos
MOEDAESTRANGEIRA		
Tesouro nacional	2.745	46.198
CRÉDITO RJ - BID	91.925	555.788
Subtotal	94.670	601.986
(-) Custo de Captação	(1.657)	(4.157)
(-) Caução	-	(29.543)
(-) Ajuste a valor de mercado (a)	-	(429.000)
TOTAL MOEDA ESTRANGEIRA	93.013	139.286
MOEDANACIONAL		
Eletrobras	93.967	451.126
IFC	23.480	51.945
BNB	35.958	192.998
BNDES	92.309	276.613
FINEP	886	7.367
FINAME	3.865	16.159
GIRO ITAÚ	50.435	-
GIRO NPS BTG	151.062	-
GIRO NPS ITAÚ	100.708	-
CRÉDITOS RJ	-	863.411
LEASINGS	4.700	149
Banco do Brasil S.A	46	4
Subtotal	557.416	1.859.772
(-) Custo de Captação	(1.723)	(4.001)
TOTAL MOEDA NACIONAL	555.693	1.855.771
TOTAL GERAL	648.706	1.995.057

- (a) Na data de aquisição, a controlada CELPA possuía um passivo no montante de R\$ 520.267 registrado na conta de empréstimos e financiamentos que foi renegociado no contexto de recuperação judicial. O valor de mercado deste saldo representa R\$91,267.

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

	31/12/2011	
	Circulante	Não circulante
	Principal e encargos	Principal e encargos
MOEDA ESTRANGEIRA		
Tesouro nacional	634	7.631
Subtotal	634	7.631
TOTAL MOEDA ESTRANGEIRA	634	7631
MOEDA NACIONAL		
Eletrobras	61.221	407.632
IFC	25.914	72.722
BNB	23.324	205.682
BNDES	101.687	217.866
FINEP	581	4.809
FINAME	1.429	13.845
Banco do Brasil S.A	50	50
BTG Pactual	62.456	-
Subtotal	276.662	922.606
(-) Custo de Captação	(549)	(2.115)
TOTAL MOEDA NACIONAL	276.113	920.491
TOTAL GERAL	276.747	928.122

- (*) Em atendimento a Deliberação nº 556, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o CPC 08, A Companhia apropriou os custos referentes à captação dos empréstimos a partir de 2008, no resultado em função de influência do prazo, com base no método do custo amortizado.

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia registrou o montante de R\$2.643.763 referente aos empréstimos e financiamentos, sendo R\$648.706 de curto prazo e R\$1.995.057 de longo prazo a um custo médio de 7,81%, equivalente a 93,1% CDI. (8,76% a.a., equivalente a 75,56% CDI ao ano em 31 de dezembro de 2011).

Escalonamento das parcelas de empréstimos e financiamentos vencíveis, não circulante:

Em 31 de dezembro de 2012, os empréstimos e financiamentos no longo prazo representam o montante de R\$1.995.057 (R\$928.122 em 31 de dezembro de 2011) e os seus vencimentos estão programados conforme descrito abaixo:

As parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos tinham os

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

seguintes vencimentos:

Vencimento	31/12/2012		31/12/2011	
	Valor	%	Valor	%
Circulante	648.706	21%	276.747	23%
2013	-	0%	217.858	18%
2014	175.296	6%	165.057	14%
2015	195.841	6%	146.916	12%
2016	145.457	5%	95.928	8%
Após 2016	1.945.164	63%	304.478	25%
Total	2.461.758	80%	930.237	77%
Custo de Captação (Não circulante)	(8.158)		(2.115)	
Caução	(29.543)		-	
Ajuste a valor de mercado (a)	(429.000)			
Não Circulante	1.995.057	80%	928.122	77%
Total	2.643.763	100%	1.204.869	100%

- (a) Na data de aquisição, a controlada CELPA possuía um passivo no montante de R\$ 520.267 registrado na conta de empréstimos e financiamentos que foi renegociado no contexto de recuperação judicial. O valor de mercado deste saldo representa R\$91,267.

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Composição por índice, moeda e taxa (não inclui custos com captação a apropriar):

Indexador	US\$ mil	R\$ mil	% de participação
Moeda estrangeira			
Pré-Fixado (USD)	331.814	678.063	97%
(-) Ajuste a valor de mercado		(429.000)	
Libor semestral	9.099	18.593	3%
Total em dezembro de 2012	340.913	267.656	100,00%
Total em 2011	4.406	8.265	

Indexador	R\$ mil	% de participação
Moeda Nacional		
IGP-M	360.821	14,93%
FINEL	28.616	1,18%
Pré-fixado	1.340.725	55,47%
CDI	382.369	15,82%
TJLP	301.663	12,48%
URTJLP	2.994	0,12%
Total em dezembro de 2012	2.417.188	100,00%
Total em 2011	1.199.268	

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

A mutação de empréstimos e financiamentos - líquido é a seguinte:

	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira		Total
	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2011	276.113	920.491	634	7.631	1.204.869
Aquisição CELPA	5.786	925.844	91.352	555.973	1.578.955
Ingressos	300.046	220.656	-	-	520.702
Encargos	84.788	5.996	1.025	1.093	92.902
Variação monetária e cambial	(3)	14.277	583	4.182	19.039
Transferências	229.893	(229.893)	367	(367)	-
Amortizações de principal	(252.951)	(499)	(560)	-	(254.010)
Pagamentos de juros	(87.830)	-	(388)	-	(88.218)
Custo de captação	(149)	(1.101)	-	(226)	(1.476)
(-) Ajuste a valor de mercado	-	-	-	(429.000)	(429.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	555.693	1.855.771	93.013	139.286	2.643.763

	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira		Total
	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2010	189.404	824.197	747	7.273	1.021.621
Ingressos	98.316	285.219	-	-	383.535
Encargos	76.233	10.177	359	-	86.769
Variação monetária e cambial	-	8.004	74	851	8.929
Transferências	207.106	(207.106)	493	(493)	-
Amortizações de principal	(222.781)	-	(1.038)	-	(223.819)
Pagamentos de juros	(72.166)	-	-	-	(72.166)
Compensação de dívida	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	276.112	920.491	635	7.631	1.204.869

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Acompanhamento dos Covenants dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pela controlada CEMAR possuem *covenants* financeiros, cujo não cumprimento, durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. Até 31 de dezembro de 2012, a Companhia manteve-se dentro dos limites estipulados nos contratos.

21 Debêntures (Consolidado)

31/12/2012			31/12/2011		
Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
177.461	356.628	534.089	65.438	199.089	264.527

A mutação das debêntures é a seguinte:

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	65.438	199.089	264.527
Ingressos	-	320.826	320.826
Custo de Captação	(295)	(1.919)	(2.214)
Encargos	25.107	5.437	30.544
Variação monetária	7	5.059	5.066
Transferências entre curto e longo	171.864	(171.864)	-
Amortizações de principal	(59.544)	-	(59.544)
Pagamentos de juros	(25.116)	-	(25.116)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	177.461	356.628	534.089

	Passivo Circulante	Passivo não Circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	66.941	253.139	320.080
Encargos	26.572	3.019	29.591
Transferências	57.069	(57.069)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(85.144)	-	(85.144)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	65.438	199.089	264.527

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Quarta emissão debêntures--CEMAR

Em 22 de junho de 2012 encerrou-se a distribuição pública da 4ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da Companhia. Os recursos captados, no montante de R\$280.000, dividido em duas séries de R\$101.380 e R\$178.620, destinaram-se, prioritariamente para implementação do programa de investimentos da Companhia e aumento do capital de giro. Em 31 de dezembro de 2012, a taxa efetiva dessa operação é de 11% ao ano.

Terceira emissão de debêntures - CEMAR

Em 28 de março de 2007, encerrou-se a distribuição pública da 3ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da CEMAR. Os recursos captados, no montante de R\$267.300, destinaram-se, prioritariamente, para o pré-pagamento das dívidas existentes que apresentavam condições mais onerosas para a Companhia e, os recursos excedentes, para implementação do programa de investimentos da Companhia. Em 31 de dezembro de 2012, a taxa efetiva dessa operação é de 8,88% ao ano (12,14% em 31 de dezembro de 2011).

Em março de 2012, foi transferida para o curto prazo a terceira parcela de amortização da 3ª Emissão de debêntures, representando 60% do valor nominal emitido, com amortização prevista para 01 de março de 2013.

Debêntures Geradora de Energia do Norte

O financiamento na modalidade FDA - Fundo de Desenvolvimento da Amazônia, gerido pela SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia no valor total de R\$334.057 foi assinado em 23 de novembro de 2009. É corrigido pela TJLP, acrescido de 0,85% ao ano mais 0,15% de delcredere, com amortização prevista em 180 meses.

As debêntures são da espécie com garantia real e fidejussória por fiança, conversíveis em ações preferenciais ou ordinárias, caso haja manifestação desta opção nos vencimentos das parcelas semestrais por parte da SUDAM, limitada a 15% de cada parcela programada. Esse financiamento também está garantido por acionistas, pelo penhor da Usina e pelos direitos de crédito dos CCEAR.

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Em 31 de dezembro de 2012, as debêntures representam o montante de R\$534.089 e os seus vencimentos estão programados conforme descrito abaixo:

Vencimento	Consolidado			
	31/12/2012		31/12/2011	
	Valor	%	Valor	%
Circulante	177.461	33%	65.438	25%
2013	-	0%	163.000	62%
2014	6.148	1%	2.620	1%
2015	6.148	1%	2.620	1%
2016	39.941	7%	2.620	1%
Após2016	306.310	57%	28.229	11%
Não circulante	358.547	67%	199.089	75%
Custo de Captação	(1.919)		-	
Total	534.089	100%	264.527	100%

Covenants

As emissões de Debêntures, classificados no circulante e no não circulante, preveem a manutenção de indicadores de endividamento e cobertura de juros. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia e suas controladas atingiram todos os indicadores requeridos contratualmente.

22 Impostos a recolher

21.1 Impostos e contribuições a recolher

Circulante	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
ICMS (a)	1	-	145.214	30.746
PIS/COFINS	163	251	37.211	10.527
REFIS/PAES (b)	-	-	75.645	1.128
Encargos sociais e outros	55	-	11.219	6.800
Outros	76	1.008	13.267	3.964
Total	295	1.259	282.556	53.165

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Não circulante		
ICMS (a)	111.898	
REFIS/PAES(b)	318.520	36.781
Outros	1.288	946
Total	431.706	37.727

21.2 Impostos sobre o lucro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
IRRF	28	-	766	492
Provisão de IRPJ / CSLL	-	85	4.301	14.225
Total	28	85	5.067	14.717

- a. A CELPA possui parcelamentos concedidos pela Secretaria Executiva de Estado da Fazenda do Estado do Pará com prazos de amortização de 36 meses, iniciado em maio/2010 e com encerramento previsto para abril/2013; 40 meses iniciado em julho/2011 e com encerramento previsto para outubro/2014; 60 meses iniciado em dezembro/2012 com encerramento previsto para novembro/2017 e 12 meses iniciado em agosto/2012 e com encerramento previsto para julho/2013.. Os parcelamentos são corrigidos pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC mais 1%. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo a pagar relativo a estes parcelamentos totalizam R\$173.408.

b. Programa de Recuperação Fiscal - REFIS

CEMAR

Em 28 de novembro de 2009, a controlada CEMAR aderiu ao parcelamento instituído pelo art. 1º da Lei nº 11.941/2009 importando a desistência compulsória e definitiva do Parcelamento Especial - PAES. Nos termos das normas aplicáveis ao novo parcelamento o saldo remanescente dos débitos consolidados do Parcelamento Especial - PAES foi parcelado em 180 meses. A consolidação de tais débitos foi concluída em 30 de junho de 2011.

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Os principais benefícios da adesão ao novo REFIS foram a redução de juros e multas no montante de R\$28.098, a possibilidade de saldar a parcela restante de juros e multas com a utilização de prejuízos fiscais, além do próprio desembolso de caixa parcelado. O montante incluído no REFIS foi de R\$73.813, sendo que R\$41.424 foram compensados com prejuízos fiscais, e o parcelamento efetivo que resultará em desembolsos futuros de caixa é de R\$32.570.

A referida dívida, no montante de R\$40.371 será quitada em até 180 parcelas, deste total foi pago R\$7.802 restando um saldo de R\$32.570.

CELPA

Refere-se a saldos remanescentes do Parcelamento Excepcional – PAEX e Dívidas não parceladas anteriormente com vencimentos até 30/11/2008, mantidos junto a Receita Federal do Brasil, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Previdência Social, em função da adesão da Companhia, em setembro de 2009, às novas modalidades de parcelamentos instituídas pela Lei nº 11.941/2009. O valor de cada prestação será acrescido de juros correspondentes à variação da taxa SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia.

Em 29/6/2011, a Companhia concluiu a etapa final da consolidação das modalidades de parcelamento previstas nos artigos 1º e 3º da Lei nº 11.941/2009, com as informações dos montantes de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social utilizados para a liquidação de multas e juros, indicação dos débitos passíveis de parcelamento e do número de parcelas.

	RFB	PGFN	Previdência Social	Total
Saldo consolidado em 31/12/2011	88.818	70.761	14.526	174.105
Encargos	3.693	3.784	1.377	8.854
Amortizações	(55.994)	(5.738)	(1.778)	(63.510)
Saldo consolidado em 31/12/2012	36.517	68.807	14.125	119.449
Passivo circulante				12.586
Passivo não circulante				106.863

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

23 Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas (Consolidado)

A controlada CEMAR e a CELPA são partes (polos passivos) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração das controladas, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	31/12/2012			31/12/2011		
	Valor das causas	Depósitos judiciais	Provisão líquida	Valor das causas	Depósitos judiciais	Provisão líquida
Cíveis	94.403	44.409	49.994	31.147	25.757	5.390
Tributárias	145.125	144.885	240	120.156	117.273	2.883
Trabalhistas	116.428	80.701	35.727	27.022	8.234	18.788
Regulatórias	87.755	-	87.755	3.691	-	3.691
PPA CELPA (a)	343.161	-	343.161	-	-	-
	786.872	269.995	516.877	182.016	151.264	30.752
Circulante	32.384	89.411	(57.027)	35.784	17.943	17.841
Não circulante	754.488	180.584	573.904	146.232	133.321	12.911
	786.872	269.995	516.877	182.016	151.264	30.752

- a) O valor justo dos passivos contingentes cíveis, fiscais e trabalhistas da controlada CELPA foi determinado com base na avaliação de assessores jurídicos, os quais também consideraram nesta avaliação as causas com probabilidade de perda possível, resultando em um ajuste no montante de R\$ 343.161.

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Movimentação dos processos no exercício (Consolidado)

	31/12/2011						31/12/2012
	Saldo Inicial	Aquisição CELPA	Adição a provisão	Utilização (1)	Estornos (2)	Atualização (3)	Saldo Final
Cíveis	31.147	59.768	26.122	(18.488)	(6.256)	2.110	94.403
Tributárias	120.156	80	24.883	-	(2)	8	145.125
Trabalhistas	27.022	82.307	13.424	(5.290)	(3.110)	2.075	116.428
Regulatórias	3.691	84.308	1.322	-	(1.566)	-	87.755
PPA CELPA	-	343.161	-	-	-	-	343.161
	182.016	569.624	65.751	(23.778)	(10.934)	4.193	786.872

	01/01/2011					31/12/2011
	Saldo Inicial	Adição a provisão	Utilização (1)	Estornos (2)	Atualização (3)	Saldo Final
Cíveis	31.343	21.457	(21.869)	(4.506)	4.722	31.147
Tributárias	94.242	28.952	(95)	(3.054)	111	120.156
Trabalhistas	27.963	8.079	(5.099)	(6.282)	2.361	27.022
Regulatórias	3.306	544	(153)	(6)	-	3.691
	156.854	59.032	(27.216)	(13.848)	7.194	182.016

- (1) Gastos efetivos com contingências judiciais.
(2) Reversões realizadas no exercício.
(3) Atualizações monetárias.

Trabalhistas

Atualmente, o passivo trabalhista é composto por 2.054 reclamações ajuizadas por ex-empregados contra a Companhia, com pedidos que variam entre horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial, doença ocupacional/reintegração, estabilidade CIPA, entre outros, assim como por ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), que pleiteiam, em sua maioria, verbas rescisórias.

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Cíveis

A Controladas figuram como réus em 20.099 processos cíveis, sendo que 15.283 tramitam em Juizados Especiais, os quais, em sua grande maioria, referem-se a pleitos de danos materiais e morais, assim como ressarcimento de valores pagos por consumidores.

Os processos cíveis mais significativos envolvem ações indenizatórias questionando acidentes com a rede de distribuição, falha no fornecimento, morte por eletroplessão ou danos decorrentes da rescisão de contratos com fornecedores.

As demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2012 contemplam provisão de R\$ 94.403 (R\$31.147 em 31 de dezembro de 2011).

Tributárias

A CEMAR figura como parte ré em 304 processos tributários.

As demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2012 contemplam provisão de R\$145.125, para as causas tributárias (R\$120.156 em 31 de dezembro de 2011).

Além das perdas provisionadas acima, existem outras contingências cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação a Gerência Jurídica da CEMAR e seus assessores legais externos, como possível e remota, nos montantes de R\$1.320.164 e R\$996.343, respectivamente (R\$78.965 e R\$16.832, respectivamente em 31 de dezembro de 2011) para as quais não foi constituída provisão.

24 Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética (Consolidado)

	31/12/2012	31/12/2011
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico–FNDCT	2.372	667
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	1.057	333
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	43.989	15.140
Programa de Eficiência Energética - PEE	82.943	21.822
Total	130.361	37.962
Circulante	59.150	14.657
Não circulante	71.211	23.305

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

25 Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
Circulante	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Outros Créditos a Pagar - Fornecedores	24	42	303	1.067
Adiantamentos e Devoluções consumidores	-	-	82.705	7.837
Cauções	-	-	11.066	6.263
Fascepar	-	-	7.262	6.448
Encargos tarifários	-	-	3.072	275
Outras Apropriação Fornecedores	11	11	19.749	3.688
Créditos adquiridos – CELPA (a)	272.079	-	272.079	-
Outros Créditos a Pagar Terceiros	-	-	21.258	404
Aquisição CELPA (b)	-	-	60.000	-
Outros	3	2	35.085	5.803
	<u>272.117</u>	<u>55</u>	<u>512.579</u>	<u>31.785</u>
Não Circulante	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Outros Créditos a Pagar - Fornecedores	-	-	-	-
Outras Apropriação Fornecedores	-	-	-	-
Subvenção CCC	-	-	72.668	-
Outros Créditos a Pagar Terceiros	-	-	-	-
Fascepar	-	-	9.076	14.508
Outros			24.951	4.301
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>106.695</u>	<u>18.809</u>

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

- a) Trata-se de créditos adquiridos da CELPA como parte do processo de recuperação judicial desta controlada (nota nº19)
- b) Refere-se a existência de um saldo a ser restituído pela controlada CELPA referente ao programa Luz para Todos do Governo Federal. O ajuste no montante de R\$ 60.000 se deu por meio de estimativa elaborada pela controlada.

26 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social autorizado da Companhia em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 era de 300 milhões de ações. O capital social em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 1.742.519 (R\$566.831 em 31 de dezembro de 2011) e sua composição por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

Acionista	ON	%
PCP Latin America Power S/A	45.518.146	24,57%
Squadra Investimentos	30.939.640	16,70%
Credit Suisse Hedging Griffo	9.430.900	5,09%
Outros	99.355.216	53,64%
Total	185.243.902	100,00%

A Companhia é listada no Novo Mercado da BM&FBOVESPA, tendo exclusivamente ações ordinárias em sua base acionária e garantindo 100% de "TagAlong" aos acionistas minoritários no caso de fusões ou transferência de controle acionário.

Alteração na participação societária da Equatorial

Em 28 de fevereiro de 2012, foram subscritas 385.106 ações ordinárias por beneficiários do Terceiro Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia. Desta forma, o capital social passou a ser representado por 109.611.778 ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Aumento de Capital (*follow on*)

Em dezembro de 2012, a Equatorial concluiu sua operação de aumento de capital através da emissão de 75.632.124 novas ações ordinárias na BM&FBOVESPA, aumentando o capital da Companhia em R\$ 1.210.114. Após esta operação, o capital social da Companhia passou a ser representado por 185.243.902 ações ordinárias.

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Terceiro plano de opções de ações

Foi aprovada, na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 16 de outubro de 2008, a criação do Terceiro Plano de Opções de Compra de Ações da Equatorial ("Terceiro Plano"). As opções de subscrição de ações a serem oferecidas nos termos do Plano representarão o máximo de 4.000 mil ações da Equatorial. Uma vez exercida a opção pelos interessados, as referidas ações serão objeto de emissão através de aumento do capital da Companhia, dentro dos limites do capital autorizado previsto no Estatuto Social. Maiores detalhes sobre o Plano podem ser obtidos na Ata da AGE que aprovou o mesmo, a qual está disponível no site da Companhia e no site da CVM.

Os beneficiários deverão utilizar pelo menos 50% (cinquenta por cento) do valor da Participação nos Lucros, Bônus de Desempenho ou qualquer outra modalidade de remuneração variável anual ("PL") a que fizerem jus, líquido de imposto de renda e outros encargos incidentes, na subscrição das ações constantes dos lotes cuja opção já tenha sido concedida. Adicionalmente, os beneficiários deverão utilizar a totalidade dos dividendos e juros sobre capital próprio recebidos, relativos às ações de sua propriedade adquiridas no âmbito do Plano na subscrição das ações constantes dos lotes cuja opção já tenha sido concedida.

Em 9 de fevereiro de 2009, o Comitê de Administração do Terceiro Plano outorgou 3.819 mil opções de compra de ações, das quais 163 mil foram subscritas na mesma data. Posteriormente, em 7 de maio de 2009, mais 181 mil opções foram outorgadas, complementando o valor máximo oferecido nos termos do Plano de 4.000 mil opções.

Em 8 de abril de 2009, mais 17 mil ações ordinárias foram subscritas, utilizando os recursos provenientes de dividendos e juros sobre capital próprio pagos pela Companhia relativos às ações de propriedade dos beneficiários adquiridas no âmbito do Plano, e de acordo com as suas cláusulas.

Novamente, em 4 e 8 de junho de 2009, utilizando os recursos provenientes de dividendos distribuídos pela Companhia, os beneficiários do Plano, inscreveram mais 41 mil ações ordinárias.

Em 28 de agosto de 2009, foram subscritas mais 21 mil opções pelos beneficiários do Plano restando um saldo a ser subscrito no âmbito do Plano de 3.758 mil opções em 31 de dezembro de 2009.

Em 30 de novembro de 2009 mais 3 mil opções foram subscritas, devido ao pagamento da última parcela de dividendos relativos ao exercício de 2008.

Em 4 de janeiro e 1 de março de 2010, foram subscritas 2.098 mil e 500 mil ações no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações, respectivamente. Essas subscrições fazem parte do 1º e 2º lotes outorgados no Plano.

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Em 09 de setembro de 2010, foram subscritas 345 mil ações no âmbito do Plano, as quais fazem parte do 1º e 2º lotes outorgados.

Em 28 de fevereiro de 2011, foram subscritas 400.347 ações ordinárias por beneficiários do Terceiro Plano.

Em 28 de fevereiro de 2012, foram subscritas 385.106 ações ordinárias por beneficiários do Terceiro Plano. Desta forma, o capital social passou a ser representado por 109.611.778 ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Após essas subscrições, não há mais saldo a ser subscrito no âmbito do Terceiro Plano.

Valor justo - a precificação das opções nas datas das respectivas outorgas e final de período foi estimada adotando-se o método de Black & Scholes. Todos os parâmetros foram com base em dados históricos (volatilidade, taxa livre de risco e preço da ação) nas datas das outorgas ou de finais de períodos.

Taxa de juros isentas de risco: Taxa do título público federal NTN-B (IPCA), com vencimento mais próximo da data de exercício de cada lote do Programa. Mais especificamente, 6,76%, 7,19%, 7,22% e 7,39% para os Lotes 1, 2, 3 e 4.

Prazo de exercício - prazo médio de vencimento de cada lote de opções.

Volatilidade - calculada com base na volatilidade de empresas abertas comparáveis do nosso segmento.

Preço de exercício - calculado com base no preço de emissão das opções corrigido pelo IPCA, ajustado por dividendos declarados no período.

Dividendos - como parâmetro, adotaram-se os valores efetivamente declarados após a emissão das opções.

Rotatividade - foi utilizado o histórico de rotatividade de colaboradores beneficiários de Planos anteriores para estimativa da saída potencial de colaboradores beneficiários de opções referentes a este Plano.

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

A tabela a seguir apresenta o impacto do exercício das opções no patrimônio líquido:

	31/12/2011		31/12/2012
	Saldo Inicial	Opções outorgadas reconhecidas	Saldo Final
Reserva de capital	13.339	741	14.080

	31/12/2010		31/12/2011
	Saldo Inicial	Opções outorgadas reconhecidas	Saldo Final
Reserva de capital	11.936	1.403	13.339

b. Reserva de lucros - Reserva legal

Constituída à base de 5% do lucro líquido antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio, conforme determina a legislação societária, definido pelo Conselho de Administração, e limitada a 20% do capital social.

c. Reserva de Lucros – Reserva para investimento e expansão

Esta reserva destina-se a registrar parcela do lucro líquido do exercício destinada a operações de investimento e expansão da Companhia.

d. Reserva de Lucros – Distribuição de dividendos adicionais

Esta reserva destina-se a registrar a parcela de dividendos que excede o mínimo obrigatório, cuja distribuição ainda não foi aprovada em assembleia.

27 Dividendos (Controladora)

Conforme o estatuto social da Companhia, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral.

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Os dividendos foram calculados como segue:

	31/12/2012	31/12/2011
Lucro líquido do exercício	140.995	159.996
(-) Reserva legal	(7.050)	(8.000)
Lucro dividendo ajustado	133.945	151.996
Dividendos mínimos obrigatórios	(33.487)	(37.999)
Dividendos complementares	(250)	(12.422)
Dividendos propostos	(33.737)	(50.421)
Reserva para investimentos e expansão	100.208	101.575

O Conselho de Administração aprovou a declaração de dividendos propostos da seguinte forma:

		Valor por ação (lote de unidades de reais)	
Deliberação	Proventos	Valor	ON
31/12/2012			
Reunião do Conselho de Administração de 28 de março de 2013	Dividendos	33.737	0,17
31/12/2011			
Reunião do Conselho de Administração de 15 de fevereiro de 2012	Dividendos	196.608	1,80

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

A movimentação dos dividendos a pagar está apresentada como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2010	41.468
Dividendos adicionais proposto em 2010	155.168
Pagamento de dividendos	(196.557)
Dividendos mínimos propostos em 2011	37.999
Saldo em 31 de dezembro de 2011	38.078
Saldo em 31 de dezembro de 2011	38.078
Dividendos adicionais proposto em 2011	12.422
Pagamento de dividendos	(50.408)
Dividendos mínimos propostos em 2012	33.487
Saldo em 31 de dezembro de 2012	33.579

28 Participação nos lucros de empregados

O programa de participação nos resultados da Companhia e de suas controladas é composto por avaliações dos indicadores da presidência, diretorias, gerências, coordenadores e colaboradores e vem evoluindo ao longo dos anos de forma a propiciar um maior engajamento dos colaboradores na melhoria dos seus resultados operacionais. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo provisionado de participação nos lucros era de R\$25.817 (R\$18.682 em 31 de dezembro de 2011).

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

29 Receita operacional bruta (Consolidado)

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a composição do fornecimento de energia elétrica, pelas suas classes de consumidores é a seguinte:

	R\$ mil	
	31/12/2012	31/12/2011
Residencial	1.057.766	755.372
Industrial	212.912	137.086
Comércio, serviços e outras	498.700	336.579
Rural	54.700	39.762
Poder público	164.254	108.845
Iluminação pública	88.889	68.928
Serviço público	96.228	76.731
Receita pela Disponibilidade- Uso da Rede	4.069	-
Suprimento CCEE	43.546	22.954
Baixa renda	200.606	96.064
Receita de construção	701.849	495.588
Outras	261.687	121.081
Fornecimento faturado	3.385.206	2.258.990
ICMS	480.321	311.972
Fornecimento não faturado	17.926	10.040
	498.247	322.012
Total	3.883.453	2.581.002

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

30 Receita operacional líquida

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Receita operacional bruta	-	1.831	3.883.453	2.581.002
Deduções à receita operacional	-	(261)	(896.270)	(600.474)
ICMS sobre venda de energia elétrica	-	-	(480.321)	(311.971)
PIS e COFINS	-	(169)	(281.897)	(184.200)
Encargo de capacidade emergencial	-	-	(5.112)	(69)
Encargos do consumidor	-	-	(89.349)	(74.624)
Cota para RGR (a)	-	(92)	(38.371)	(27.349)
ISS	-	-	(1.220)	(1.803)
Outros	-	-	-	(459)
Receita operacional líquida		1.570	2.987.183	1.980.528

- (a) O encargo Reserva Global de Reversão (RGR) foi criado pela Lei no 5.655, de 1971, com o objetivo de capitalizar um fundo, criado em 1957, por meio do Decreto No 41.019, para o pagamento de indenizações a empresas em caso de eventuais reversões à União de concessões de serviço público de energia elétrica. O valor das cotas anuais de RGR que são cobradas das concessionárias e permissionárias do setor elétrico é definido anualmente pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) com base no valor de seus ativos (instalações, máquinas e equipamentos) e levando em conta o tempo remanescente de sua concessão e a vida útil esperada dos ativos.

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

31 Resultado operacional (Consolidado)

As despesas / (receitas) operacionais têm a seguinte à composição por natureza de gasto:

	Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011
	Gerais e Administrativas	Gerais e Administrativas
Despesas administrativas	13.345	2.467
Pessoal e administradores	9.622	6.933
Outras	5.076	1.429
Resultado financeiro	(707)	(3.504)
Resultado de equivalência	(168.118)	(165.773)
	(140.782)	(158.448)

Custos/Despesas Operacionais	31/12/2012			
	Custo do Serviço de Energia Elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	Total
Pessoal	47.603	20.034	45.969	113.606
Material	47.529	3.920	2.817	54.266
Serviços de terceiros	110.423	115.468	93.880	319.771
Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica	-	3.974	-	3.974
Energia elétrica comprada para revenda	1.037.416	-	-	1.037.416
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	131.815	-	-	131.815
Custo de construção	701.849	-	-	701.849
Depreciação e amortização	86.870	-	-	86.870
Arrendamento e aluguéis	1.243	2.625	1.354	5.222
Subvenção CCC	(45.327)	-	-	(45.327)
Recuperação de Despesas	-	2	-	2
Outros	3.443	957	10.260	14.60
Total	2.122.864	146.980	154.280	2.424.124

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

	31/12/2011			Total
	Custo do Serviço de Energia Elétrica	Com Vendas	Gerais e Administrativas	
Energia elétrica Comprada para revenda	529.836	-	-	529.836
Custo de construção	495.588	-	-	495.588
Encargos de uso do sistema transmissão	88.640	-	-	88.640
Pessoal e administradores	24.372	19.767	29.025	73.164
Material	6.648	(986)	973	6.635
Serviço de terceiros	56.448	83.038	60.260	199.746
Depreciação e amortização	75.555	-	-	75.555
Arrendamento e aluguéis	1.560	1.825	500	3.885
Outras	(1.923)	3.235	(2.647)	(1.335)
Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica	-	3.593	-	3.593
	<u>1.276.724</u>	<u>110.472</u>	<u>88.111</u>	<u>1.475.307</u>

32 Outras despesas operacionais (consolidado)

Outras despesas operacionais (líquidas)	31/12/2012	31/12/2011
Perda comercial	4.623	2.410
Alienação/desativação bens	18.450	39.511
Ajustes de inventário	550	694
Arrendamento e aluguéis	545	2058
Doações, contribuições e subvenções	295	4.346
Propagando e publicidade	3.525	3.266
Serviços prestados	4.786	-
Outras	10.220	8.666
Total	42.994	60.951

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

33 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Receitas financeiras				
Rendas financeiras	2.980	4.215	55.831	47.136
Acréscimo moratório de energia vendida	-	-	68.577	62.922
Atualização do ativo financeiro – receita	-	-	129.406	-
Operações swap	1.283	-	1.283	-
Outras	-	-	5.468	979
Total de receitas financeiras	4.263	4.215	260.565	111.037
Despesas financeiras				
Juros dos empréstimos e financiamentos	-	-	(124.917)	(105.461)
Outras	(3.556)	(711)	(234.138)	(59.004)
Baixa de ativos/passivos regulatórios	-	-	555	1.228
Encargos de dívidas	-	-	-	(25.888)
Variações monetárias	-	-	(9.809)	(462)
Atualização do ativo financeiro – despesa	-	-	(25.020)	-
Multas/Descontos comerciais	-	-	(55.574)	-
Infrações operacionais	-	-	(62.372)	-
Operações swap	(2.050)	-	(2050)	-
Outras despesas financeiras	(1.506)	(711)	(79.868)	(34.882)
Total de despesas financeiras	(3.556)	(711)	(359.055)	(164.465)
Resultado financeiro	707	3.504	(98.490)	(53.428)

34 Lucro por ação

Conforme requerido pelo CPC 41 – Resultado por ação e IAS 33 (Earnings per Share), a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido dos exercícios com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

	31/12/2012	31/12/2011
Numerador		
Lucro líquido do exercício	140.995	159.996
Denominador		
Média ponderada do número de ações ordinárias para o lucro básico	115.850.271	109.162.633
Lucro básico e diluído por ação	1,2170	1,4657

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 não há diferenças significativas entre o lucro por ação básico e diluído.

35 Entidade de previdência privada

a. Características do Plano de aposentadoria

CEMAR

A controlada CEMAR é patrocinadora da FASCEMAR - Fundação de Assistência e Seguridade dos Servidores da controlada CEMAR, Fundação de Previdência Complementar, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, que tem por finalidade, na qualidade de entidade fechada de previdência complementar, a administração e execução dos Planos de Benefícios de natureza previdenciária.

A FASCEMAR foi totalmente reestruturada ao longo do ano de 2005, culminando na implantação e operacionalização de um novo plano previdenciário - Plano Misto de Benefícios I, em regime de contribuição definida, a partir de maio de 2006. Desde a sua implementação, verificou-se a adesão de 98% dos participantes ativos do Plano de Benefício Definido I (Plano BD I), assim como dos funcionários da controlada CEMAR que não contavam com este benefício.

Atualmente, o Plano BD I atende em sua maioria os participantes aposentados e pensionistas em gozo do benefício em abril de 2006.

A controlada CEMAR, na qualidade de patrocinadora, recolhe, mensalmente, para os dois Planos, uma contribuição normal paritária ao total das contribuições recolhidas pelos Participantes que pertençam ao seu quadro de pessoal. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, esse valor corresponde a R\$2.333 (R\$2.065 em 31 de dezembro de 2011).

A controlada CEMAR mantém registrado o valor de R\$16.339 (R\$20.956 em 31 de dezembro de 2011) na rubrica de "Outras contas a pagar" como suporte ao contrato de dívida com a FASCEMAR, o qual a Administração entende ser suficiente para cobrir o passivo atuarial calculado por seus atuários.

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

CELPA

A controlada CELPA patrocina em conjunto com seus empregados em atividade, ex-empregados e respectivos beneficiários, planos de benefícios de aposentadoria e pensão com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social, cuja administração é feita por meio da Redeprev - Fundação Rede de Previdência, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

Atualmente, os planos de benefícios instituídos pela Companhia junto à Redeprev são:

- **Plano de Benefícios CELPA BD-I e CELPA BD-II:**
Estão estruturados na forma de Benefício Definido e são custeados pelos participantes ativos, participantes assistidos e patrocinadora. Esse plano encontra-se bloqueado para novas adesões desde 1/1/1998 e 1/4/2000, respectivamente.
- **Plano de Benefícios - R:**
O plano está estruturado na forma de Benefício Definido e é custeado exclusivamente pela CELPA e de forma solidária com as demais patrocinadoras, Centrais Elétricas do Matogrossenses S.A. – CEMAT e as empresas do Grupo Rede Energia.
Antes da fusão os planos eram contabilizados em separado, e a partir de então as contas são prestadas de forma comum, em um único balancete, por conta da legislação que regula as entidades de previdência complementar. Todavia, especificamente para efeitos desta Avaliação e para o cumprimento do CPC 33 - Benefício a empregados, impõe-se a aferição compartimentada dos compromissos atuariais, das despesas com contribuições, dos custos e do Ativo do Plano de Benefícios R, por empresa patrocinadora.
- **Plano de Benefícios CELPA-OP:**
Assegura aos participantes o benefício de Renda Mensal no regime financeiro de capitalização, que pode ser concedido entre as seguintes alternativas: Renda Mensal Vitalícia, estruturada na modalidade de benefício definido, e Renda Mensal Financeira, estruturada na modalidade de Contribuição Definida. O custeio do plano é feito pelos participantes ativos e pela patrocinadora.

Em razão da mudança do controle acionário da controlada, encontra-se em andamento avaliação objetivando apontar a melhor alternativa quanto a Entidade de Previdência Complementar a ser patrocinada pela CELPA.

Seguindo os critérios requeridos pelo CPC 33 – Benefícios a empregados, foram realizados a avaliação atuarial elaborada por atuários independentes dos planos de benefícios definidos.

A seguir demonstramos o resultado destas avaliações atuariais.

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

CEMAR

- Hipóteses e premissas adotadas

HIPÓTESES BIOMÉTRICAS

<u>Biométricas</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 Masculina	AT-2000 Masculina
Tábua de entrada em invalidez	Light (Média)	Light (Média)
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-83M	AT-83M
Rotatividade	Nula	Nula
Composição familiar	90% casados, sendo que a diferença entre homem e mulher é de 4 anos	-
Entrada em aposentadoria	100% na 1ª elegibilidade plena	100% na 1ª elegibilidade

HIPÓTESES FINANCEIRAS

Taxa de Desconto

A taxa de desconto da obrigação atuarial é utilizada para a determinação, na data-base da avaliação atuarial, do valor presente resultante do fluxo de caixa esperado para a cobertura dos benefícios pós-emprego.

As normas contábeis brasileiras e internacionais estabelecem, em geral, que essa taxa deve ser obtida com base nas taxas de juros praticadas pelo mercado para títulos e valores mobiliários de primeira linha. Alternativamente, e na falta dessa categoria de papéis no mercado brasileiro, é indicado o uso das taxas de juros oferecidas pelos títulos do governo. Em ambos os casos, os prazos de resgate dos papéis utilizados devem apresentar condições consistentes com as obrigações dos benefícios pós-emprego sendo avaliados.

No Brasil, em decorrência da falta de títulos de primeira linha com as condições previstas pelas normas contábeis, o “benchmark” utilizado para justificar as taxas de desconto utilizadas tem sido os títulos do Governo. Nesse caso, a entidade pode utilizar taxas de mercado atuais para descontar o pagamento de prazo inferior, estimando a taxa de desconto para vencimentos mais longos, extrapolando as taxas de mercado atuais ao longo da curva de rendimento.

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

A taxa real de desconto será de 3,56% ao ano, adotando uma postura conservadora. Com a inflação de 4,50% ao ano, a taxa nominal de desconto é de 8,22% ao ano.

Inflação

A premissa adotada foi de 4,50% ao ano, que está em linha com a Resolução 4.095, de 28 de Junho de 2012, onde foi fixado meta de inflação de 4,50%, com intervalo de tolerância de dois pontos percentuais.

Taxa Real de Crescimento Salarial

O percentual de crescimento salarial deve estar devidamente fundamentado e deve ser definido, por escrito, pela patrocinadora desde que guarde relação com suas respectivas atividades com base na política de Recursos Humanos. Conforme alinhado com a Patrocinadora, utilizou-se a taxa real de crescimento salarial de 1,00% a.a.

Capacidade Salarial e de Benefícios

O fator utilizado foi de 98,01% para 2012. Como consequência do cenário econômico com taxas de inflação estáveis e baixas, os fatores de capacidade perdem sua justificativa principal, que é antecipar os ganhos e as perdas inflacionários ao longo do ano.

- **Movimentação das obrigações atuariais**

A seguir demonstramos a movimentação das obrigações atuariais dos planos de benefícios;

- a. **Política contábil adotada pela entidade no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais.**

O valor do reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais corresponderá à parcela de ganho ou perda que exceda o maior entre 10% do Valor Presente da Obrigação Atuarial e 10% do Valor Justo dos Ativos do Plano, conforme item 92 do CPC 33.

- b. **Resultados da avaliação atuarial de acordo com a norma CPC33/CVM 600/09 (valores apresentados em reais)**

A. Conciliação do Passivo / (Ativo) reconhecido	31/12/2012	31/12/2011
1. Valor presente das obrigações atuariais (VPO)	(147.033.708)	(103.728.440)
2. Valor justo dos ativos do plano	148.711.302	103.502.336
3. Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	1.677.594	(226.104)
4. (Ganhos) / Perdas atuariais não reconhecido	(1.511.455)	(4.744.803)
5. Custo de serviço passado não reconhecido	-	-
6. Aumento do (Ativo) / Passivo na adoção deste pronunciamento não reconhecido	-	-
7. (Passivo) / Ativo Atuarial Líquido total reconhecido	166.139	(4.970.907)
8. Efeito do limite do parágrafo 58(b) (incluindo as	(166.139)	-

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

recomendações do IFRIC 14)

9. (Passivo) / Ativo Atuarial Líquido	-	(4.970.907)
B. Informações Patrimoniais (Percentual)	31/12/2012	31/12/2011
1. Renda Variável	1,90%	1,93%
2. Renda Fixa	93,32%	92,78%
3. Imóveis	3,60%	4,05%
4. Outros	1,18%	1,24%
5. Total	100,00%	100,00%
C. Movimentação do Passivo / (Ativo) Atuarial Líquido	31/12/2012	31/12/2011
1. (Passivo) /Ativo Atuarial Líquido no início do ano	(4.970.907)	(8.992.995)
2. Impacto decorrente de implementações no plano de benefícios	2.530.955	500.340
3. Contribuições normais do empregador vertidas no ano	2.606.091	3.521.748
4. Impacto decorrente de redução antecipada no plano de benefícios	-	-
5. Impacto decorrente de liquidação antecipada no plano de benefícios	-	-
6. Outros - transferência de saldos	-	-
7. (Passivo)/Ativo Atuarial Líquido ao final do ano	166.139	(4.970.907)
8. Efeito do limite do parágrafo 58(b) (incluindo as recomendações do IFRIC 14)	(166.139)	-
9. (Passivo)/Ativo Atuarial Líquido	-	(4.970.907)
D. Movimentação e composição do valor justo dos ativos	31/12/2012	31/12/2011
1. Valor justo dos ativos no início do ano	103.502.336	93.598.215
2. Benefícios pagos durante o exercício	(9.737.170)	(9.293.000)
3. Contribuições de participantes vertidas durante o exercício	38.194	-
4. Contribuições do empregador vertidas durante o exercício	2.606.091	3.521.748
5. Rendimento efetivo dos ativos no ano	52.301.851	15.675.373
6. Impacto decorrente de redução antecipada no plano de benefícios	-	-
7. Impacto decorrente de liquidação antecipada no plano de benefícios	-	-
8. Impacto decorrente de implementações no plano de benefícios	-	-
9. Despesas administrativas pagas durante o exercício	-	-
10. Outros - transferência de saldos	-	-
11. Valor justo dos ativos no final do ano após o ajuste	148.711.302	103.502.336

E. Movimentação do valor presente das obrigações atuariais	31/12/2012	31/12/2011
1. Valor das obrigações atuariais no início do ano	103.728.440	100.478.410
2. Custo de serviço corrente	75.383	72.560
3. Juros sobre a obrigação atuarial	11.661.235	12.298.641
4. Benefícios pagos pelo plano no ano	(9.737.170)	(9.293.000)
5. Contribuições de participantes vertidas durante o exercício	38.194	-
5. (Ganho) /Perda sobre as obrigações atuariais	41.267.625	171.829

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

6. Impacto decorrente de redução antecipada no plano de benefícios	-	-
7. Impacto decorrente de liquidação antecipada no plano de benefícios	-	-
8. Impacto decorrente de implementações no plano de benefícios	-	-
9. Despesas administrativas pagas durante o exercício	-	-
10. Outros - transferência de saldos	-	-
11. Valor presente das obrigações atuariais no final do ano	147.033.707	103.728.440

F. Apuração de (ganhos) / perdas atuariais e financeiras	31/12/2012	31/12/2011
1. (Ganho) / Perda não reconhecido no início do ano	(4.744.803)	(2.112.800)
2. Amortização de ganho / (perda) no exercício	-	-
3. (Ganho) / Perda sobre as obrigações atuariais	41.267.625	171.829
4. (Ganho) / Perda sobre os ativos do plano	(38.034.278)	(2.803.832)
5. Impacto decorrente de redução antecipada no plano de benefícios	-	-
6. Impacto decorrente de liquidação antecipada no plano de benefícios	-	-
7. Outros - transferência de saldos	-	-
8. (Ganho) /Perda no final do ano	(1.511.456)	(4.744.803)
9. Corredor não sujeito à amortização	1.511.456	4.744.803
10. Parcela sujeita à amortização	-	-
11. Valor da amortização para o exercício subsequente	-	-
12. Tempo médio futuro dos participantes ativos	10	7

G. Encerramento do Ano Fiscal	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008
Evolução Patrimonial					
(Ganho)/perda no período	(38.034.278)				
(Ganho)/perda em % do patrimônio	(25,576%)	0,000%			
Experiência					
(Ganho)/perda no período	7.148.903	N/D	N/D	N/D	N/D
(Ganho)/perda em % da obrigação atuarial	(4,862%)	N/D	N/D	N/D	N/D
Alterações de Hipóteses Demográficas					
(Ganho)/perda no período	-	N/D	N/D	N/D	N/D
(Ganho)/perda em % da obrigação atuarial	0,000%	N/D	N/D	N/D	N/D
Alterações de Hipóteses Financeiras					
(Ganho)/perda no período	34.118.722	N/D	N/D	N/D	N/D
(Ganho)/perda em % da obrigação atuarial	(23,205%)	N/D	N/D	N/D	N/D
Resultado do Plano					
Obrigação Atuarial	(147.033.708)	(103.728.440)	-		

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Valor justo dos ativos	148.711.302	103.502.336	-	-	-
Resultado do plano	1.677.594	(226.104)	-	-	-

I. Reconciliação dos Valores Divulgados	Valor Presente das Obrigações Atuariais	Valor Justo dos Ativos do Plano	Custo do serviço passado	(Ganhos) / Perdas Atuariais	Limite de Ativo	(Passivo) /Ativo líquido total
1. Valor no início do exercício	(103.728.440)	103.502.336	-	(4.744.803)	-	(4.970.907)
2. Custo do serviço corrente da empresa	(75.383)	-	-	-	-	(75.383)
3. Custo dos juros	(11.661.235)	-	-	-	-	(11.661.235)
4. Rendimento esperado dos ativos	-	14.267.573	-	-	-	14.267.573
5. Amortizações	-	-	-	-	-	-
6. Ganhos ou perdas atuariais	(7.148.903)	38.034.278	-	(30.885.374)	-	-
7. Contribuições pagas pela empresa	-	2.606.091	-	-	-	2.606.091
8. Contribuições pagas pelos empregados	(38.194)	38.194	-	-	-	-
9. Benefícios pagos pelo plano	9.737.170	(9.737.170)	-	-	-	-
10. Benefícios pagos diretamente pela empresa	-	-	-	-	-	-
11. Implementações	-	-	-	-	-	-
12. Mudanças de hipóteses	(34.118.722)	-	-	34.118.722	-	-
13. Aquisições	-	-	-	-	-	-
14. Redução antecipada das obrigações	-	-	-	-	-	-
15. Eliminação antecipada de obrigações	-	-	-	-	-	-
16. Benefícios especiais de desligamento	-	-	-	-	-	-
17. Outras despesas	-	-	-	-	-	-
18. Outros - transferência de saldos	-	-	-	-	-	-
19. (Ganhos)/perdas com direitos de reembolso	-	-	-	-	-	-
20. Reconhecimento Parágrafo 58A	-	-	-	-	-	-
21. Reconhecimento ORA	-	-	-	-	-	-
22. Mudança no efeito do limite de ativo	-	-	-	-	(166.139)	(166.139)
23. Valor no final do exercício	(147.033.707)	148.711.302	-	(1.511.455)	(166.139)	-

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

J. Demonstração da despesa / (receita) a reconhecer no próximo ano	31/12/2012	31/12/2013
1. Custo de serviço corrente	75.383	36.875
2. Custo de juros sobre as obrigações atuariais	11.661.235	11.679.215
3. Rendimento esperado dos ativos	(14.267.573)	(11.819.770)
4. Implementações	-	-
5. Custos de amortizações	-	-
(a) (Ganhos) / Perdas atuariais não reconhecidos	-	-
(b) Custo de serviço passado não reconhecido	-	-
(c) Aumento do (Ativo) / Passivo na adoção do pronunciamento não reconhecido	-	-
6. Despesa / (Receita) a ser reconhecida no próximo exercício antes do ajuste do limite do Ativo	(2.530.955)	(103.680)
7. Contribuições normais do empregador vertidas no ano	-	-
8. (Ganhos) / Perdas reconhecidos devido ao impacto da redução no plano	-	-
9. Efeito do limite do parágrafo 58(b) (incluindo as recomendações do IFRIC 14)	-	-
10. Impacto decorrente de redução no plano de benefícios	-	-
11. Despesa / (Receita) a ser reconhecida no próximo exercício após o ajuste do limite do Ativo	(2.530.955)	(103.680)

K. Fluxo de Caixa	Efetivo	Esperado
1. Contribuições da empresa	2.606.091	32.281
2. Contribuições dos empregados	38.194	32.281
3. Benefícios pagos	9.737.170	9.908.521

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

CELPA

- Hipóteses e premissas adotadas

	<u>Avaliação Atuarial 2012</u>	<u>Avaliação Atuarial 2011</u>
1. Taxa de desconto para o cálculo do valor presente	4,5% - todos os planos	5,5% - todos os planos
2. Taxa de rendimento esperada sobre os ativos dos planos	4,5% - todos os planos	5,5% - todos os planos
3. Taxa de crescimento salarial futuro	2%	2%
6. Fator de capacidade:		
Dos salários	1,00	1,00
Dos benefícios	1,00	1,00
7. Tábua de mortalidade geral	AT 2000 - Male	AT 2000 - Male
8. Tábua de mortalidade de inválidos	IBGE 2011, ambos os sexos.	IBGE 2010, ambos os sexos.
9. Tábua de entrada em invalidez	Nula	Nula
10. Tábua de rotatividade	Nula	Nula

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Adotou-se como taxa esperada de retorno dos ativos do plano, compostos substancialmente por renda fixa (vide item 7), a média das cotações diárias do título NTN-B (indexados ao IPCA – IBGE), de aproximadamente 20 anos, divulgado para o segundo semestre de 2012. A taxa de desconto dos fluxos futuros dos benefícios também foi baseada no rendimento do título retromencionado.

- Movimentação das obrigações atuariais

Síntese da Avaliação Atuarial:

	Planos de benefícios				
	CELPA BD-I	CELPA BD-II	R	Total	CELPA-OP
1. Exigível atuarial	110.215	58.324	13.421	181.960	115.327
2. Benefícios concedidos					
Aposentadoria	101.709	35.513	-	137.222	10.263
Invalidez	1.188	2.133	9.795	13.116	-
Pensão	7.318	15.976	3.626	26.920	-
3. Benefícios a conceder					
Benefício definido	-	4.702	-	4.702	-
Contribuição definida	-	-	-	-	105.064

Conciliação da posição dos fundos de benefício definido:

	CELPA - BD-I		CELPA - BD-II		R		Total	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Valor presente da obrigação de benefício definido								
Saldo no início do exercício	100.058	96.600	50.678	49.154	11.241	9.692	161.977	155.446
Custo do serviço corrente	-	3.458	319	1.494	-	1.549	319	6.501
Custo dos juros	4.960	5.313	2.625	2.703	604	533	8.189	8.549
Benefícios pagos	(8.394)	(9.697)	(4.210)	(4.953)	(1.311)	(1.264)	(13.915)	(15.914)
(Ganhos)/Perdas atuariais	13.592	4.384	8.913	2.280	2.887	731	25.392	7.395
Saldo no final do exercício	110.216	100.058	58.325	50.678	13.421	11.241	181.962	161.977
Valor justo dos ativos do plano								
Saldo no início do exercício	144.975	134.279	71.955	67.218	11.723	11.457	228.653	212.954
Retorno esperado	6.524	7.385	3.238	3.697	528	630	10.290	11.712
Contrib. recebidas do empregador/participantes	-	-	8	31	12	1.709	20	1.740
Benefícios pagos	(8.394)	(9.697)	(4.210)	(4.953)	(1.311)	(1.264)	(13.915)	(15.914)
Ganho/(Perda) atuarial	10.324	13.008	4.985	5.962	2.589	(809)	17.898	18.161
Saldo no final do exercício	153.429	144.975	75.976	71.955	13.541	11.723	242.946	228.653
Posição líquida	43.213	44.917	17.651	21.277	120	482	60.984	66.676
Não reconhecida	43.213	44.917	17.651	21.277	120	482	60.984	66.676
Reconhecida	-	-	-	-	-	-	-	-

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Composição dos ativos dos planos:

	CELPA - BD-I		CELPA - BD-II		CELPA - R		Total	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Disponível, gestão previdencial e administrativa	180	133	162	450	653	502	995	1.085
Investimentos								
Títulos públicos	46.634	43.438	23.007	21.516	4.340	3.744	73.981	68.698
Créditos privados e depósitos	50.071	70.438	24.703	34.890	4.660	6.071	79.434	111.399
Ações	1.457	2.927	725	1.464	116	198	2.298	4.589
Fundos de investimento	47.198	20.217	23.374	10.053	4.088	1.598	74.660	31.868
Imobiliários	6.111	6.254	3.082	3.154	-	-	9.193	9.408
Empréstimos e financiamentos	1.941	1.864	1.022	945	132	100	3.095	2.909
Outros realizáveis	54	-	26	-	7	1	87	1
Total	153.646	145.271	76.101	72.472	13.996	12.214	243.743	229.957

Reconciliação contábil

	Passivo atuarial não coberto (a)	Confissão de dívida (b)	Contribuição corrente	Total
Saldo em 31/12/2010	13.983	1.720	1.584	22.196
Despesa do exercício	-	24	-	24
Pagamentos de contribuições / dívida	-	(1.744)	(1.584)	(3.328)
Constituição de passivo atuarial	352	-	-	352
Contribuição corrente	-	-	3.217	3.217
Saldo em 31/12/2011	14.335	-	3.217	22.461
Despesa do exercício	-	-	-	-
Pagamentos de contribuições / dívida	-	-	(9.876)	(9.876)
Constituição de passivo atuarial	1.014	-	-	1.014
Contribuição corrente	-	-	12.778	12.778
Saldo em 31/12/2012	15.349	-	6.119	26.377

(a) Passivo atuarial não coberto: tem origem em acordo firmado entre a Companhia e os ex-empregados e pensionistas da Companhia. Nos termos do acordo, deliberado pela Resolução nº 10 de 4/8/1989, pela Administração da Companhia e passando a vigorar a partir de 11/6/1996, que conferiu direitos e benefícios previdenciários ao grupo de pessoas acima referido. A Companhia mantém provisionado integralmente o valor apurado deste passivo atuarial na rubrica "Plano de aposentadoria e pensão".

Contas a pagar à Redeprev - Confissão de dívida: em 7/6/1996 foi assinado o Instrumento Particular de Confissão de Dívida, consolidando dívidas no montante de R\$ 12.727 naquela data. O valor contratado está sendo amortizado em 180 parcelas mensais, atualizadas monetariamente pela variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC e acrescidas de juros de 0,5% ao mês, com vencimento final em 30/6/2011.

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

36 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com as apólices de seguros contratadas pela Equatorial e pela controlada CEMAR estão demonstrados a seguir:

- EQUATORIAL:**

Riscos	Vencimento das Apólices	Importância Segurada (R\$Mil)
Responsabilidade Civil - D&O	7/6/2013	10.000
Sede da Equatorial – RJ	22/4/2013	1.580

- CEMAR:**

Riscos	Vencimento das Apólices	Importância Segurada (R\$Mil)
Riscos Operacionais	1/1/2013	169.684
Responsabilidade Civil Geral - Operações	1/1/2013	7.000
Seguro Garantia Judicial	(a)	34.908
Automóvel	31/1/2013	(b)

(a) 29 apólices com vencimentos entre julho de 2012 a outubro de 2016.

(b) 72 veículos segurados.

A controlada CEMAR adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão especial das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

- GERAMAR:**

Riscos	Vencimento das apólices	Importância segurada
Riscos Nomeados e Operacionais	31/05/2014	515.700
Responsabilidade Civil Geral	07/01/2014	5.000
Responsabilidade Civil Diretoria e Administração	21/05/2013	10.000
Seguro Funcionários	09/11/2013	1.900

A controlada em conjunto GERAMAR adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficiente para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão especial das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram revisadas pelos seus auditores independentes.

- CELPA:**

Ramo do Seguro	Vencimento das Apólices	Importância Segurada
Aeronáutico Facultativo Casco	15/10/2013	US\$1.100
Aeronáutico Facultativo RCF	15/10/2013	US\$50.000
Aeronáutico Facultativo Reta Obrigatória	15/10/2013	R\$ 476
Fluvial	03/07/2013	R\$ 316
Responsabilidade Civil Geral - Operações	30/11/2013	R\$ 20.000
Riscos Operacionais	30/11/2013	R\$ 234.630
Automóvel	30/12/2013	(c)
Compreensivo Empresarial	15/04/2013	R\$ 5.952
Seguro Garantia Judicial	(a)	
Seguro Garantia Leilão de Energia	(b)	

(a) 05 apólices com vencimentos em Jan/Mar/Jun/Ago e Out de 2013.

(b) 1 apólice com vencimento em Mar/13.

(c) 384 veículos segurados.

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

A controlada CELPA mantém apólices de seguros, por montantes considerados suficientes, para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável por danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica.

37 Instrumentos financeiros

a. Considerações gerais

Em atendimento à Deliberação CVM 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia e suas controladas efetuaram análise dos seus instrumentos financeiros, a saber: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, ativos financeiros da concessão, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e derivativos, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros estabelecidos em seus contratos de financiamento (*covenants*).

b. Política de utilização de derivativos

A Equatorial apenas utiliza operações com derivativos para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras, ambos através de operações de SWAP. Atualmente, a Equatorial possui duas operações SWAP, sendo uma com o BTG Pactual e outra com a sua controlada direta CELPA.

c. Valor justo dos instrumentos financeiros (Consolidado)

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 estão identificados a seguir:

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

ATIVO	Consolidado			
	31/12/2012		31/12/2011	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	135.146	135.146	242.655	242.655
Investimentos de curto prazo	1.592.099	1.592.099	205.745	205.745
Contas a receber de clientes	1.240.620	1.240.620	542.607	542.607
Depósitos Judiciais	269.995	269.995	151.264	151.264
Ativo financeiro da concessão	1.052.945	1.052.945	79.214	79.214
Total	4.290.805	4.290.805	1.221.485	1.221.485

PASSIVO	31/12/2012		31/12/2011	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Fornecedores	709.930	709.930	189.203	189.203
Empréstimos e financiamentos	2.643.763	2.643.763	1.204.869	1.204.869
Operações swap	2.050	2.050	-	-
Debêntures	534.089	556.194	264.527	267.033
Total	3.889.832	3.911.937	1.658.599	1.661.105

c. Valor justo dos instrumentos financeiros--Continuação

- **Investimentos de curto prazo** – são classificados como de valor justo através do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é 1.
- **Contas a receber de clientes**– decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- **Ativo financeiro de concessão** – são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável.
- **Fornecedores** – Decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

- **Empréstimos e financiamentos**— os empréstimos e financiamentos tem o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimento da Companhia e eventualmente gerenciar necessidades de curto prazo. São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão contabilizados pelos seus valores amortizados.
- **Debêntures** - são classificadas como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizadas pelo seu valor amortizado.
- **Instrumentos financeiros derivativos** – são classificados pelo valor justo através do resultado têm como objetivo a proteção às oscilações de taxa de juros e moeda estrangeira. Para as operações de swaps, a determinação do valor de mercado foi realizada utilizando as informações de mercado disponíveis.

d. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa da Companhia são instrumentos financeiros de alta liquidez e o valor de mercado reflete o valor registrado no balanço patrimonial. São compostos por numerários disponíveis e investimentos financeiros.

A Companhia mantém os equivalentes de caixa com a intenção de atender a seus compromissos de caixa de curto prazo.

Os investimentos financeiros da Companhia são de curto prazo e de alta liquidez. São também conversíveis em um montante conhecido de caixa e são indexadas ao CDI, que é considerada uma taxa livre de risco. Desta forma classificamos todos os nossos investimentos financeiros como equivalentes de caixa.

e. Fatores de risco - Instrução CVM nº 475

Por ser uma holding, os principais riscos da Companhia estão relacionados ao desempenho das suas Controladas e controlada em conjunto. Conforme a Instrução nº 475 da CVM.

Os fatores de risco foram detalhados conforme demonstrado abaixo:

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

- **Risco de crédito-** Os saldos elevados, bem como as idades dos recebíveis provenientes de contas a receber de clientes constituem um risco para a liquidez e para a estrutura de capital da Companhia. A Administração acompanha as situações em aberto e para mitigar o risco de inadimplência. A Companhia utiliza todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negativação de débitos e negociação das posições em aberto. Para mitigar o risco das instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a Companhia seleciona apenas instituições com baixo risco, avaliadas por agências de rating. A Companhia preserva seus ativos de concessão de acordo com a legislação vigente e monitora as possíveis definições nas regras de reversão da concessão.
- **Risco de liquidez -**O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentados nas notas nº 20 e 21.

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

A geração de caixa da Companhia e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, prestam a Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez.

- **Riscos de mercado** – Os riscos de mercado estão associados a flutuações nas taxas de juros e indexadores de dívidas ou taxas de câmbio, compreendendo ainda os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento antecipado.
- **Risco Cambial**– Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio. Atualmente a exposição da controlada CEMAR ao câmbio é de 0,64% de sua dívida. A controlada CEMAR monitora continuamente as taxas de câmbio e de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A sensibilidade desta dívida foi demonstrada em cinco cenários, em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM. Um cenário com taxas reais verificadas 31 de dezembro de 2012 (Cenário Provável); mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) da cotação da moeda estrangeira considerada.

Incluímos ainda mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a depreciação de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V).

Risco de Variação Cambial		(R\$)				
Operação	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III	Cenário IV	Cenário V
Passivos financeiros						
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	USD	(256)	(6.205)	(12.154)	5.693	11.642
Referência para passivos financeiros		Taxa em 31/12/2012	25%	50%	-25%	-50%
Dólar USD/R\$		2,04	2,55	3,07	1,53	1,02

Visando proteção cambial, a Equatorial Energia pactuou com o banco BTG Pactual a operação em derivativo do tipo SWAP em dezembro de 2012, sobre um principal de R\$93.678, encerrando 2012 com perda de R\$2.050. Com a operação, a Equatorial figura ativa em dólar e passiva em CDI.

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Abaixo os detalhes da operação:

Operação CETIP: 12L00014843

Valor base montante do contrato: R\$93.678

Data de início: 14/12/2012

Data de vencimento: 28/05/2013

Parâmetros para atualização:

BANCO BTG PACTUAL: 100% CDIE (Código 03 do CETIP)

EQUATORIAL: CELPBZ 10 (Código 5107 do CETIP) através da seguinte fórmula =
(Cotação Final x PTXV Final) / (Cotação Inicial x Taxa de Câmbio Inicial)

Onde:

Ativo Objeto: CELPBZ 10 ½ 06/03/16 Corp, ISIN: USP22826AA23

Valor de face do Ativo Objeto: US\$250,000

Cotação Inicial (em reais): 17,928750 (Preço de abertura da posição do Ativo Objeto)

Cotação Final: Preço de fechamento do Ativo Objeto em 24/05/2013;

PTXV: Taxa de câmbio de Venda divulgada pelo Sistema de Informações do Banco Central – SISBACEN, através da transação PTAX800, Opção 5, Tipo A, Código 220.

Caso essa taxa não seja divulgada, será utilizada a taxa de câmbio indicada pelo BTG Pactual.

Taxa de Câmbio Inicial: 2.090000

PTXV Final: PTXV em 27/05/2013

Da mesma forma a sua controlada CELPA pactuou com a Equatorial Energia um SWAP para proteção cambial da mesma, que fechou 2012 com perda de R\$247.632,73, sendo o BTG Pactual o “AGENTE DE CÁLCULO” da operação. Com a operação a CELPA figura como ativa em dólar e passiva em CDI.

Abaixo os detalhes da operação:

Operação CETIP: 12L00016060

Valor base montante do contrato: R\$93.678

Data de início: 14/12/2012

Data de vencimento: 28/05/2013

Parâmetros para atualização:

EQUATORIAL: 100% CDIE (Código 03 do CETIP)

CELPA: CELPBZ 10 (Código 5107 do CETIP) através da seguinte fórmula = (Cotação Final x PTXV Final) / (Cotação Inicial x Taxa de Câmbio Inicial)

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Onde:

Ativo Objeto: CELPBZ 10 ½ 06/03/16 Corp, ISIN: USP22826AA23

Valor de face do Ativo Objeto: US\$250,000

Cotação Inicial (em reais): 17,928750 (Preço de abertura da posição do Ativo Objeto)

Cotação Final: Preço de fechamento do Ativo Objeto em 24/05/2013;

PTXV: Taxa de câmbio de Venda divulgada pelo Sistema de Informações do Banco Central – SISBACEN, através da transação PTAX800, Opção 5, Tipo A, Código 220.

Caso essa taxa não seja divulgada, será utilizada a taxa de câmbio indicada pelo BTG Pactual.

Taxa de Câmbio Inicial: 2.090000

PTXV Final: PTXV em 27/05/2013

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos derivativos da Companhia e suas controladas, vigentes em 31 de dezembro de 2012 e 2011, que podem ser assim resumidos:

Empresa (SWAP com Equatorial)						
Valor de referência		Descrição	Valor Justo		Efeito Acumulado	
2012	2011		2012	2011	A receber / (Recebido)	A pagar / (Pago)
Nacional (BRL)			Nacional (BRL)			
SWAP						
		Posição ativa moeda				
93.678	-	estrangeira - USD	93.678	-	-	-
		Posição passiva taxa				
		de juros CDI	(93.925)	-	-	-
			(247)	-	-	

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

- **Risco de vencimento antecipado-** A controlada CEMAR possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com covenants que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento mencionados nas notas explicativas nº20(Empréstimos e financiamentos) e nº21 (Debêntures).
- **Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros-** As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia. Abaixo demonstramos os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no Endividamento em moeda nacional da Companhia.

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da controlada CEMAR foi demonstrada em cinco cenários.

Apresentamos em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM, um cenário com taxas reais verificadas em 31 de dezembro de 2012 (Cenário Provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) dos indexadores.

Incluímos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a depreciação de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros						
Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário II	Cenário III	Cenário IV	Cenário V
Ativos financeiros						
Aplicações financeiras	CDI	35.418	44.273	53.128	26.564	17.709
Passivos financeiros						
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	CDI	(41.628)	(72.389)	(103.149)	(10.868)	19.893
	TJLP	(27.194)	(34.335)	(41.475)	(20.053)	(12.912)
	IGPM	(1.516)	(4.878)	(8.240)	1.847	5.209
	IPCA	(10.729)	(10.729)	(10.729)	(10.729)	(10.729)
Referência para ativos e passivos financeiros						
	Taxa em 31/12/2012	25%	50%	-25%	-50%	
CDI (% ano)	8,4	10,5	12,6	6,3	4,2	
TJLP (% ano)	5,75	7,19	8,62	4,31	2,87	
IGP-M (% ano)	7,82	9,77	11,73	5,86	3,91	
IPCA (% ano)	5,84	7,3	8,76	4,38	2,92	

O Impacto da Sensibilidade no Resultado e no Patrimônio Líquido da controlada CEMAR é demonstrada abaixo:

Impacto da Sensibilidade no Resultado e no Patrimônio Líquido		
Cenários	Resultado do Exercício (Lucro / Prejuízo)	Patrimônio Líquido
Cenário Provável	-	-
Cenário II	(38.358)	(38.358)
Cenário III	(76.717)	(76.717)
Cenário IV	38.358	38.358
Cenário V	76.717	76.717

Para proteção quanto a exposição à taxa de juros do SWAP firmado entre Equatorial e BTG Pactual, a Equatorial tornou-se parte na operação de SWAP com sua controlada CELPA, conforme exposto e detalhado nos riscos cambiais. Com a operação a Equatorial figura na condição ativa em CDI e passiva em dólar, encerrando 2012 com ganho de R\$247. Abaixo de forma resumida:

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

- **Risco de Escassez de Energia** - O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

f. Gestão do capital

A Companhia e suas controladas administram o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do nível de endividamento e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital eficiente e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida em níveis que venham a otimizar o retorno de capital aos seus investidores e garanta a liquidez da Companhia.

O gerenciamento do capital está baseado no acompanhamento de três indicadores financeiros, estabelecendo os limites máximos que não comprometem as operação do Grupo:

- Dívida Líquida / EBITDA
- Dívida Líquida / (Dívida Líq. + Patrimônio Líquido)
- Dívida de Curto Prazo / Dívida Total

38 Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia das controladas CEMAR e CELPA são os seguintes:

CEMAR

	Vigência	2012	2013	2014	2015	2016	Após 2016
Energia Contratada	2011 a 2042	621.672	609.232	669.214	733.079	813.310	41.906.046

CELPA

	Vigência	2012	2013	2014	2015	2016	Após 2016
Energia Contratada	2012 a 2042	1.005.989	1.119.211	1.258.040	1.252.466	1.348.006	6.793.997

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do CCEAR, e foram homologados pela ANEEL.

39 Demonstrações dos fluxos de caixa

O caixa e equivalente de caixa são constituídos conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Caixa e bancos	21	5	68.668	25.336
Equivalentes de caixa	2	36	66.478	217.319
Total	23	41	135.146	242.655

Equivalentes de caixa correspondem às operações realizadas junto às instituições financeiras que operam no mercado financeiro nacional e possuem baixo risco de crédito, são remuneradas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) a percentuais que variam de 102,5% a 105,0% (de 102,5% a 105% em 31 de dezembro de 2011) e estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata. Estas operações têm vencimentos inferiores a 3 meses da data de contratação e com compromisso de recompra pelo emissor.

Não houve no exercício qualquer mudança na política utilizada pela Companhia para determinar os componentes do caixa e equivalentes de caixa.

Durante o exercício de 31 de dezembro de 2012 o Grupo realizou pagamentos equivalente a R\$20.447 (R\$37.839 em 31 de dezembro de 2011) relativo a Imposto de Renda e Contribuição Social da pessoa jurídica, conforme detalhado na Demonstração do Fluxo de Caixa – Atividades Operacionais. O pagamento de valores retidos na fonte de terceiros e apenas recolhidos pela entidade estão classificados na demonstração de fluxo de caixa conforme sua origem.

Demonstração do fluxo de caixa decorrente de obtenção de controle – Atividades de Investimentos

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

	CELPA
Fundos de investimentos	(99.811)
Consumidores e revendedores	(526.699)
Serviços pedidos	(38.661)
Depósitos Judiciais	(32.910)
Impostos a recuperar	(45.497)
Estoques	(8.900)
Aquisição de CCC	(112.052)
Outros créditos	(92.863)
Consumidores e revendedores	(19.932)
Impostos a recuperar	(91.701)
Ativo Financeiro de Concessões	(516.009)
Sub-rogação da CCC	(198.484)
Investimentos	(7.533)
Intangível	(2.421.558)
Fornecedores	316.467
Folha de Pagamento e provisão de férias	26.877
Empréstimos e Financiamentos	1.149.955
Recuperação Judicial	418.090
Taxas regulamentares	110.886
Impostos e contribuições a recolher	833.738
Dividendos	30.043
Taxa de iluminação pública	17.684
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	89.876
Participação nos lucros	116
Coligadas e controladas ou controladoras	286.230
Indenizações trabalhistas	135.952
Outras contas a pagar	257.548
Provisão para contingências	569.624
Plano de aposentadoria e pensão	14.335
Fluxo de caixa da aquisição menos caixa da controlada	44.811

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

40 Segmento de negócios

Os segmentos operacionais da Companhia são internamente organizados principalmente como entidade jurídica. A Companhia agrupou os segmentos operacionais da seguinte forma: Distribuição, Geração, Serviços / Comercialização e Administração central e outros.

A Companhia analisa o desempenho dos segmentos e aloca - lhes recursos baseando-se em diversos fatores, sendo as receitas e o lucro operacional os fatores financeiros preponderantes.

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

	Distribuição		Geração		Serviços / Comercialização		Administração Central e outros		Eliminações e ajustes		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Ativos Operacionais	8.148.291	2.975.797	202.885	155.765	38.938	14.291	2.485.150	963.720	(1.441.803)	(710.742)	9.433.461	3.398.831
Passivos Operacionais	6.767.551	2.011.661	157.068	111.983	25.998	8.245	313.769	41.592	(358.450)	(33.193)	6.905.936	2.140.288
RECEITA LÍQUIDA	2.778.684	1.912.105	102.687	38.455	105.812	28.398	-	1.570			2.987.183	1.980.528
CUSTO DO SERVIÇO	(1.968.701)	(1.250.669)	(66.783)	(8.077)	(87.381)	(17.978)	-				(2.122.865)	(1.276.724)
LUCRO BRUTO	809.983	661.436	35.904	30.378	18.431	10.420	-	1.570	-	-	864.318	703.804
											-	
Despesas com vendas	(146.980)	(110.472)	-	-	-	-	-				(146.980)	(110.472)
Despesas gerais e administrativas	(237.385)	(201.853)	(7.086)	(6.105)	(11.567)	(8.725)	(28.042)	(10.829)			(284.078)	(227.512)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-	173.934	174.162	(173.934)	(174.162)	-	-
(-) Provisão para desvalorização de Investimento	-	-	-	-	-	-	-				-	-
Amortização do Ágio	-	-	-	-	-	-	(5.816)	(8.389)			(5.816)	(8.389)
	425.618	349.111	28.818	24.273	6.864	1.695	140.076	156.514	(173.934)	(174.162)	427.444	357.431
Receita financeira	254.996	105.241	721	928	586	653	4.263	4.215			260.566	111.037
Despesa financeira	(347.286)	(151.925)	(8.003)	(11.814)	(209)	(15)	(3.556)	(711)			(359.054)	(164.465)
RESULTADO ANTES DO TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	333.328	302.427	21.536	13.387	7.241	2.333	140.783	160.018	(173.934)	(174.162)	328.956	304.003
Imposto de renda e contribuição social	(108.452)	(54.925)	(3.359)	(2.082)	(2.287)	(805)	213	(22)			(113.885)	(57.834)
LUCRO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES DOS NÃO CONTROLADORES	224.876	247.502	18.177	11.305	4.954	1.528	140.996	159.996	(173.934)	(174.162)	215.071	246.169
Atribuível aos acionistas controladores					(1.572)	183			(72.503)	(86.356)	(74.075)	(86.173)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR SEGMENTO	224.876	247.502	18.177	11.305	3.382	1.711	140.996	159.996	(246.437)	(260.518)	140.996	159.996

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

41 Eventos Subsequentes

Medida provisória nº 605

Em 24 de janeiro de 2013, foi publicado a medida provisória nº605, que altera a Lei nº10.438, de 26 de abril de 2002, na parte em que cria a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Esta medida inclui como objetivos deste encargo o provimento de recursos para compensar descontos aplicados nas tarifas de uso dos sistemas elétricos de distribuição e nas tarifas de energia elétrica, bem como recursos para compensar o efeito da não adesão à prorrogação de concessões de geração de energia elétrica, assegurando assim o equilíbrio da redução das tarifas das concessionárias de distribuição, consoante disposto no § 2º do art. 1º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013.

Aumento de capital

Em 17 de janeiro de 2013 foi autorizado o aumento de capital da Companhia mediante a conversão de R\$234.757 de crédito devido pelo BNDES Participações contra a Companhia, através da emissão privada de 13.203.450 (treze milhões, duzentos e três mil, quatrocentas e cinquenta) novas ações ordinárias, ao preço de R\$17,78 (dezessete reais e setenta e oito centavos).

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Conselho de Administração

Alessandro Monteiro Morgado Horta

Alexandre Gonçalves Silva

Carlos Augusto Leone Piani

Celso Fernandez Quintella

Firmino Ferreira Sampaio Neto

Gilberto Sayão da Silva

Paulo Jerônimo Bandeira de Mello Pedrosa

Conselho Fiscal

Efetivos

Felipe Sousa Bittencourt

Paulo Roberto Franceschi

Sergio Passos Ribeiro

Equatorial Energia S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 dezembro de 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Diretoria Executiva

Ana Marta Horta Veloso
Diretora

Eduardo Haiama
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Firmino Ferreira Sampaio Neto
Diretor Presidente

Tinn Freire Amado
Diretor

Felipe Oppenheimer Pitanga Borges
Diretor

Geovane Ximenes de Lira
Gerente de Contabilidade e Tributos
Contador
CRC PE 012996-O-S-MA

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Equatorial Energia S.A.
São Luís - MA

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Equatorial Energia S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Equatorial Energia S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Equatorial Energia S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 3, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Equatorial Energia S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controlada em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Fortaleza (CE), 31 de março de 2013

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP015199/O-6-S-MA

Carlos Santos Mota Filho
Contador CRC – PE 020.728/O-7-S-MA

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal da EQUATORIAL ENERGIA S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas que o acompanham, quais sejam, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações do Resultado, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado, bem como as Notas Explicativas relacionadas, e o correspondente Relatório emitido pelos Auditores Independentes, todos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2.012.

Nossos exames das demonstrações citadas no parágrafo anterior foram complementados, ainda, por análises e documentos e, substancialmente, por informações e esclarecimentos prestados aos membros do Conselho Fiscal pelos Auditores Independentes e pela Administração da Companhia.

Desta forma, com base nos trabalhos e esclarecimentos prestados pela ERNST & YOUNG TERCO Auditores Independentes e no seu relatório, emitido em 31 de março de 2.013, sem ressalvas e, ainda, nos esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia, este Conselho Fiscal, pela unanimidade de seus membros, concluiu que as Demonstrações Financeiras, acima mencionadas, acompanhadas do Relatório Anual da Administração, estão adequadamente apresentadas e opina favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2.013

Felipe Souza Bittencourt

Sergio Passos Ribeiro

Paulo Roberto Franceschi

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores da Companhia Srs. Firmino Ferreira Sampaio Neto, Diretor-Presidente; Eduardo Haiama, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores; Ana Marta Horta Veloso, Tinn Freire Amado e Felipe Oppenheimer Pitanga Borges, diretores sem designação específica, declaram que (i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012; e (ii) reviram, discutiram e concordam, sem quaisquer ressalvas, com as opiniões expressas no parecer emitido em 31 de março de 2013 pela Ernst & Young Terco Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia, com relação às demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores da Companhia Srs. Firmino Ferreira Sampaio Neto, Diretor-Presidente; Eduardo Haiama, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores; Ana Marta Horta Veloso, Tinn Freire Amado e Felipe Oppenheimer Pitanga Borges, diretores sem designação específica, declaram que (i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012; e (ii) reviram, discutiram e concordam, sem quaisquer ressalvas, com as opiniões expressas no parecer emitido em 31 de março de 2013 pela Ernst & Young Terco Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia, com relação às demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012.